



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

LIDIANE FREITAS COSTA

**A AÇÃO POLÍTICA EM ORGANIZAÇÕES NEGRAS DA
BAHIA: VELHOS E NOVOS DILEMAS DA AÇÃO COLETIVA**

Salvador
2013

LIDIANE FREITAS COSTA

**A AÇÃO POLÍTICA EM ORGANIZAÇÕES NEGRAS DA
BAHIA: VELHOS E NOVOS DILEMAS DA AÇÃO COLETIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Alvino Oliveira Sanches Filho

Salvador
2013

LIDIANE FREITAS COSTA

**A AÇÃO POLÍTICA EM ORGANIZAÇÕES NEGRAS DA
BAHIA: VELHOS E NOVOS DILEMAS DA AÇÃO COLETIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em: 01/03/2013

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alvino Oliveira Sanches Filho
Universidade Federal da Bahia
Orientador

Prof. Dr. Clovis Luiz Pereira Oliveira
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Valdemar Ferreira de Araújo Filho
Universidade Federal da Bahia

Dedico este trabalho a Bruno Evangelista
e a Joelma Freitas, minhas almas irmãs.

AGRADECIMENTOS

Antes de expressar a minha gratidão a muitas pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, gostaria de agradecer a Deus pela vida, pela oportunidade de aprender, de conhecer pessoas maravilhosas e me fortalecer frente a desafios e adversidades.

Agradeço a minha família pelos cuidados e amor dedicados a mim. Especialmente, as mulheres mais admiráveis que conheço, a minha mãe, Noélia, e a minha querida avó Benedita.

Agradeço, especialmente, ao professor Alvino Sanches, meu orientador, pela compreensão e paciência diante das minhas dificuldades durante a realização desta pesquisa, além da valiosa orientação.

Não posso deixar de agradecer aos professores Clovis Oliveira e Valdemar Araújo, também membros da banca de qualificação pelas importantes críticas e sugestões dadas a este trabalho.

Meus sinceros agradecimentos aos militantes das organizações estudadas que disponibilizaram documentos e contatos para a concretização deste projeto. Agradeço muitíssimo a todas as pessoas entrevistadas que cederam seu tempo e conhecimentos, particularmente, a Gilberto Cruz, Everaldo Vieira, Valdir Estrela, Rose Ramos e Jerônimo Silva.

A todos meus colegas do mestrado, especialmente a Moniele Santos, Priscilla Caires e Paulo Felipe Arancibia pelas boas risadas e apoio mútuo.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio durante o curso das disciplinas.

Agradeço também a meus amigos que relevaram minha ausência em vários momentos divertidos e importantes das nossas vidas. Muito obrigada pela amizade e incentivo.

Sou grata, particularmente, a minha querida amiga Lanuza Lima pela amizade e apoio.

Agradeço a minha tia, Joelma Freitas, a quem também dedico este trabalho, pelo apoio incondicional, amizade e orações. Neste quesito, lembro novamente da minha avó Benedita. Muito obrigada! Tenho certeza que a fé de vocês contribuiu para o meu fortalecimento diante das dificuldades.

E por fim, agradeço a Bruno Evangelista, meu amor, por dividir comigo todos os sentimentos que envolviam este trabalho. Compartilhar a vida com você torna o mundo mais leve, bonito e generoso.

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é investigar quais são os limites e possibilidades dos agentes coletivos serem bem sucedidos em suas reivindicações políticas. Examinaremos como as organizações negras baianas constroem suas ações coletivas, bem como, buscaremos apreender a dinâmica interna das organizações, como os agentes constroem a ação organizada e quais são os principais problemas enfrentados por estes na construção da ação política. A pesquisa testou a hipótese de que as clivagens raciais, religiosas e político-partidárias constituem entraves para consolidação de alianças políticas entre as organizações dos movimentos negros estudadas. Para fundamentar os achados da pesquisa, nos apoiamos nas considerações de Olson (1965), notadamente sua análise sobre o comportamento dos indivíduos racionais nas modernas organizações, e Sartori (1987), a respeito das decisões políticas, de como elas são eleitas e impostas a todos independentemente de quem toma as decisões. As entrevistas semi-estruturadas, a análise documental e a observação participante forneceram o material de análise necessário para elaboração desta dissertação. Os resultados encontrados sugerem que o arranjo organizativo deficiente das organizações cria obstáculos para a construção da ação coletiva mesmo em grupos pequenos; a dificuldade de mobilização dos membros é um problema que atinge todas as entidades estudadas e cria um importante impasse para o sucesso da ação organizada; as convicções políticas, ideológicas e religiosas dos membros restringem as entidades a pequenos círculos de solidariedade. Por conseguinte, constituem entraves significativos para consolidação de alianças que aumentariam as possibilidades de obtenção de benefícios coletivos, razão de existência destas organizações.

Palavras-Chave: Movimento Negro. Ação coletiva. Processo decisório. Organizações negras. Bahia.

ABSTRACT

The main purpose of this work is to investigate what are the limits and possibilities of collective agents succeed in their political claims. We will examine how Bahia's black organizations build their collective actions as well as we seek to learn the internal dynamics of the organizations, how the agents build the organized action and figure the main problems faced by them in the construction of political action. The research tested the hypotheses that racial, religious and electoral alliance cleavages constitute obstacles to the consolidation of political alliances among the organizations of the black movements that were studied. In order to substantiate the findings of the research, we rely on considerations of Olson (1965), especially his analysis about the behavior of rational individuals in modern organizations, and Sartori (1987), about political decisions, how they are chosen and imposed to everyone regardless of who makes the decisions. The semi-structured interviews, the documental analysis and the active observation provided the necessary analysis material to elaborate this Master's thesis. The results obtained suggest that the deficient organizational arrangement of the organizations creates barriers to the building of the collective action even in small groups; the difficulty of mobilizing members is a problem that affects all the studied organizations and creates a significant obstacle for the success of the organized action; the political, ideological and religious convictions of the members restrain the entities to small groups of sympathy. Therefore, they constitute major problems to the consolidation of alliances that would increase the possibilities of obtaining collective benefits, reason of existence for these organizations.

KEYWORDS: Black movement. Collective action. Decision-making process. Black organizations. Bahia.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABADEC: Associação Beneficente da Assembléia de Deus em Camaçari;
ACBANTU: Associação Cultural de Proteção do Patrimônio Bantu;
AME: Aliança dos Ministros Evangélicos do Brasil;
AMEC: Associação de Mulheres Evangélicas de Camaçari;
ANEC: Associação de Negros Evangélicos de Camaçari;
ANEC: Associação de Negros Evangélicos de Candeias;
ANNEB: Aliança de Negras e Negros Evangélicos do Brasil;
APN: Agentes de Pastoral Negros;
ARENA: Aliança Renovadora Nacional;
C.A: Centros acadêmicos;
CBE: Congresso Brasileiro de Evangelização;
CDCN: Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra;
CDCN: Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Camaçari;
CEERT: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade;
CEN: Coletivo de Entidades Negras;
CENACORA: Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo;
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho;
CNNC: Conselho de Negras e Negros Cristãos;
CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
COMEC: Conselho dos Ministros Evangélicos de Camaçari;
CONEN: Coordenação de Entidades Negras;
COPIR: Coordenação de Promoção da Igualdade Racial;
CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil;
CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia;
CUT: Central Única dos Trabalhadores;
D.A: Diretórios Acadêmicos;
DPA: Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro;
EDUCAFRO: Educação e cidadania para afro-descendentes e carentes;
ENEN: Encontro Nacional de Entidades Negras;

FETAG: Sindicato dos Metalúrgicos e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia;

FNB: Frente Negra Brasileira;

GGC: Grupo Gay de Camaçari;

GTEDEO: Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação;

GTI: Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra;

IPAC: Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia;

IPCN: Instituto de Pesquisa das culturas negras;

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

MDB: Movimento Democrático Brasileiro;

MDMT: Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho;

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

MDST: Movimento dos Desempregados e Sem Teto de Salvador;

MNE: Movimento Negro Evangélico;

MNU: Movimento Negro Unificado;

MNUCDR: Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial;

OIT: Organização Internacional do Trabalho;

ONG: Organizações não-governamentais;

PC do B: Partido Comunista do Brasil;

PDC: Partido Democrata Cristão;

PNUD: Programa de Combate ao Racismo do Conselho Mundial de Igrejas;

PSB: Partido Socialista Brasileiro;

PSD: Partido Social Democrático;

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira;

PSP: Partido Social Progressista;

PT: Partido dos Trabalhadores;

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro;

SEPPIR: Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial;

SEPROMI: Secretaria de Promoção da Igualdade Racial;

SESOL: Superintendência de Economia Solidária;

SESP: Secretaria de Serviços Públicos e Prevenção à Violência;
SETRE: Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte;
SINBA: Sociedade de Intercâmbio Brasil-África;
SPM: Superintendência de Políticas para as Mulheres;
STF: Supremo Tribunal Federal;
SUCOM: Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município;
TEN: Teatro Experimental do Negro;
UDN: União Democrática Nacional;
UENF: Universidade Estadual do Norte Fluminense;
UERJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro;
UFBA: Universidade Federal da Bahia;
UHC: União dos Homens de Cor;
UNEB: Universidade Estadual da Bahia;
UNEGRO: União de Negros pela Igualdade;
UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: MOVIMENTOS NEGROS CONTEMPORÂNEOS: CONTINUIDADES, MUDANÇAS E DESAFIOS	23
1.1 A Resistência em Movimentos	24
1.2 Os partidos políticos e a questão racial.....	28
1.3 Novos tempos, o despertar dos Movimentos Negros	30
1.4 Tendências, demandas e desafios dos Movimentos Negros Contemporâneos.....	35
1.5 Considerações sobre o capítulo apresentado	42
CAPÍTULO 2: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, RECURSOS, ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES DE AÇÃO: MAPEANDO AS ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS ...	45
2.1 A União de Negros pela Igualdade	45
2.2 A Associação de Negros Evangélicos de Camaçari	55
2.3 A Aliança de Negras e Negros Evangélicos do Brasil.....	59
2.4 Considerações sobre o capítulo apresentado	66
CAPÍTULO 3: DIALOGANDO COM OS ACHADOS DA PESQUISA: UMA TENTATIVA DE CONCILIAR EMPÍRIA E TEORIA	69
3.1 Tomada de decisões, custos internos, riscos externos e preferências desiguais	71
3.2 Institucionalização e Burocratização	78
3.3 Mobilização dos membros e incentivos seletivos.....	83
3.4 As alianças e as clivagens raciais, partidárias e religiosas	88
3.5 Considerações sobre o capítulo apresentado	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

A razão para existência das organizações é de que certos objetivos têm mais chances de serem alcançados através da ação conjunta, ou seja, os indivíduos que compõem a organização possuem interesses comuns e compreendem que a ação coletiva pode trazer benefícios, os quais não seriam proporcionados pela ação individual. Em sociedades profundamente marcadas por desigualdades socioeconômicas e políticas, a luta por melhoria de condições de vida, de acesso a bens materiais e pelo direito à cidadania, são motivos importantes para organização de indivíduos socialmente excluídos. Tais ações, organizadas por aqueles que possuem interesses comuns, tem repercutido sobre os trabalhos de cientistas sociais e políticos e despertado a atenção sobre as dificuldades encontradas pelos agentes para a construção da ação coletiva, pois a consecução desta, ainda que promova os interesses comuns de um dado coletivo, não é a razão determinante para participação de seus membros na execução da ação organizada (OLSON, 1999).

O objeto desta pesquisa compreende as ações e as estratégias das organizações negras. Partimos do suposto de que, ao agregar pessoas com interesses comuns, as organizações devem agir de modo a alcançar seus objetivos. A partir desta constatação, este trabalho busca enfrentar as seguintes questões: Como as organizações negras estudadas constroem suas ações coletivas? Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelas organizações pesquisadas para consecução de seus interesses comuns? Como variáveis étnicas, religiosas e partidárias repercutem sobre as ações dessas organizações? Cabe ressaltar que nosso interesse não é avaliar os resultados da ação, e sim a dinâmica de construção dessa. O objetivo do nosso trabalho é, portanto, investigar quais são os limites e possibilidades para que os agentes coletivos sejam bem sucedidos em suas reivindicações políticas. Face à finalidade da pesquisa, propomos testar a hipótese de que clivagens raciais, religiosas e político-partidárias constituem entraves para a consolidação de alianças políticas entre as organizações do movimento negro. Isto porque dificultam a articulação de uma pauta comum ao distanciar os agentes e constranger as ações do coletivo.

Para realizar os propósitos do trabalho, foram selecionadas três organizações negras com intuito de acompanhar suas trajetórias políticas desde sua fundação: a União de Negros pela Igualdade – UNEGRO; a Associação de Negros Evangélicos de Camaçari – ANEC e a Aliança de Negras e Negros Evangélicos do Brasil – ANNEB. Embora possuam expressão nacional,

exceção apenas para a ANEC, focalizaremos suas ações no contexto local, isto é, nas cidades em que participam do jogo político. Ainda em vista ao propósito do estudo e a heterogeneidade no interior do movimento negro, selecionamos grupos políticos com características organizacionais distintas, conforme ficará claro no decorrer do texto. A escolha das organizações justifica-se, também, pelas identificações expressas por estas com as clivagens elencadas pelo trabalho. A UNEGRO possui uma estreita identificação com o Partido Comunista do Brasil, enquanto as duas últimas possuem a religião como base agregadora. Essas características marcantes das organizações são importantes para verificação da hipótese de pesquisa mencionada acima.

O interesse em estudar as organizações negras na Bahia decorre da possibilidade de dar continuidade às conclusões da monografia de conclusão do bacharelado em Ciência Política, realizado na Universidade Federal da Bahia – UFBA, em 2009. Na oportunidade, investigou-se a participação política de organizações negras: a Associação de Negros Evangélicos de Camaçari – ANEC, e o núcleo da União de Negros pela Igualdade em Camaçari. A análise das ações locais dessas organizações revelou a importância das alianças construídas, das estratégias adotadas de acordo com a situação em que os agentes estavam inseridos e das dificuldades para mobilização política. Constatou-se que os grupos carecem de recursos financeiros para custear suas ações e possuem dificuldades para mobilização dos seus membros. No entanto, a conclusão do trabalho indicou que as organizações estudadas foram agentes coletivos ativos no jogo político local. Os resultados desta pesquisa despertaram o interesse na investigação dos problemas impostos aos agentes para a construção da ação coletiva, bem como, permitiram apreender a dinâmica interna dessas organizações e conhecer o processo de tomada de decisão desses agentes políticos. Ressalte-se que a pesquisa atual objetiva acompanhar a ação das coordenações estaduais das organizações que possuem expressão nacional, buscando compreender, mais detidamente, a lógica de construção da ação coletiva do que essa em si mesma, investigando o processo de formulação das diretrizes de ação, seus participantes e os problemas que mais criam obstáculos para o sucesso da ação organizada, sobretudo na composição de alianças, vista, desde a pesquisa monográfica, como importante para o sucesso da ação coletiva.

O exame da ação desses coletivos sociais é relevante para ampliar o conhecimento acerca das estratégias de ação de grupos políticos e de suas formas de atuação nos contextos sociopolíticos nos quais estão inseridos. Além do mais, a atenção nas mudanças ocorridas no modo de agir das organizações pode nos trazer informações sobre a relação estabelecida entre o

Estado e os movimentos sociais no período em que as instituições democráticas estão se institucionalizando no país. O resultado da pesquisa poderá trazer subsídios para a compreensão de como os agentes políticos constroem as ações organizadas e quais os principais problemas enfrentados para o sucesso da ação coletiva. Além disso, auxiliar na compreensão da dinâmica de organização interna dos grupos e suas possibilidades de arranjos organizativos. A análise sobre as ações desses grupos poderá contribuir, também, para a discussão dos desafios e tendências dos movimentos negros na fase contemporânea. E mais, enriquecer o debate a respeito da emergência de um ator que reivindica ascensão política de seus membros, excluídos historicamente dos espaços de decisão em razão de serem negros. Enfim, este trabalho poderá colaborar para os estudos da ação coletiva de organizações no Brasil, em particular na Bahia.

Para obtenção e construção dos dados, utilizamos a entrevista semi-estruturada no sentido de captar todas as informações concernentes ao objetivo proposto. Selecionamos os informantes mais relevantes para investigação do tema, quais sejam, os membros das diretorias e das comissões das organizações estudadas, pois são estes que propõem as diretrizes de ação da organização e estabelecem as estratégias políticas.¹ A fim de complementar e enriquecer as informações obtidas por meio das entrevistas, realizamos, também, pesquisa com os documentos produzidos pelas organizações, tais como panfletos, manifestos, folders, cartas-abertas, projetos, relatórios e ofícios enviados pelas organizações, os quais foram considerados para reforçar nosso entendimento acerca da questão de pesquisa.

Para verificar as ações produzidas pelos grupos e a indicação de respectivas parcerias, buscamos registros nos meios de comunicação. Ademais, recorreremos também às redes sociais e blogs das organizações estudadas, uma vez que essas utilizam tais ferramentas como recursos estratégicos de articulação e mobilização de ação política. Por fim, e não menos importante, fizemos uso da observação participante para obtenção de informações que poderiam não ser reveladas através das entrevistas ou da pesquisa documental.² Do ponto de vista das categorias

14106_____

¹ Foram realizadas treze entrevistas, sendo que três foram concedidas pela Associação de Negros Evangélicos, quatro pela Aliança de Negras e Negros Evangélicos do Brasil e seis pela União de Negros pela Igualdade. Elas foram gravadas com o consentimento prévio dos entrevistados e a duração média foi de 30 minutos. É importante mencionar que as entrevistas foram transcritas conservando a fala original dos entrevistados sem alterações. Assim, nas citações não realizamos alterações de cunho gramatical ou ortográfico.

² Cumpre ressaltar que, ao longo do trabalho de campo, encontramos algumas dificuldades. A primeira, a resistência das organizações negras em participar da pesquisa. No projeto de pesquisa inicial, estava previsto a investigação de quatro organizações negras de maneira a garantir uma maior diversificação dos exemplos de organizações selecionadas para o estudo. No entanto, só conseguimos a colaboração efetiva das três organizações estudadas, o que suscitou na desistência de incluir a quarta organização negra. Outra dificuldade encontrada foi a escassez de documentos produzidos, bem como, a impossibilidade de encontrá-los. Os grupos estudados, por exemplo, não fazem atas das suas reuniões, exceto em situações que exijam tal

teóricas que pudessem contribuir para o entendimento dos achados da pesquisa, recorreremos às análises de Mancur Olson (1999 [1965]) e Giovanni Sartori (1994 [1987]). Sabemos dos riscos iminentes que envolvem tais escolhas, pois conciliar autores que partem de perspectivas epistemológicas distintas não é tarefa simples nem, por vezes, pertinente. Entretanto, aceitamos o desafio por entender que não se deve negligenciar as contribuições dos autores quando se trata de repercutir as questões que envolvem o processo de tomada de decisão e participação individual na construção da ação coletiva.

O trabalho de Mancur Olson, *A Lógica da Ação coletiva* (1999 [1965]), está inserido em um movimento mais amplo intitulado neo-institucionalismo, perspectiva teórica que entende o estudo dos processos políticos tendo como variável independente as instituições, o que a faz se diferenciar do pluralismo e do comportamentalismo, até então modelos analíticos dominantes na ciência política norte-americana (LIMONGI, 1994 apud FERNANDES, 2002). O neo-institucionalismo é uma corrente de pensamento ampla que abarca três subcorrentes: o institucionalismo histórico, o institucionalismo sociológico e o institucionalismo da escolha racional. Há uma distinção entre os neo-institucionalistas que utilizam o individualismo metodológico, e que são considerados adeptos da escolha racional, e os que não utilizam o individualismo metodológico, e que são considerados institucionalistas históricos e sociológicos. De acordo com alguns estudiosos que tentaram delimitar as diferenças entre as correntes neo-institucionalistas – tais como Lowndes (1996), Rhodes (1995), Kato (1996), Hall e Taylor (1996), Immergut (1998) e Ostrom (1991) – a corrente denominada *Escolha Racional*, que é conhecida também no campo da ciência política como *Escolha Pública*, vê as instituições como dotadas de problemas de ação coletiva, dadas as inconciliáveis interações políticas não cooperativas entre os indivíduos (FERNANDES, 2002) ³.

O trabalho de Olson é orientado por esta última vertente do pensamento neo-institucionalista “que utiliza a lógica dedutiva de análise, cuja premissa básica são instituições compostas por atores individuais que tomam decisões e agem a partir de escolhas e interesses

procedimento, como a cerimônia de posse da diretoria. Encontramos apenas uma ata de reunião da UNEGRO, descoberta aleatoriamente num site de busca. Relatórios financeiros só são realizados quando há necessidade de prestar contas para alguma instituição que financiou determinado projeto produzido pelo grupo ou para a direção nacional da entidade, quando é recomendado. Nas organizações evangélicas, a falta de documentos é mais grave que na UNEGRO, pois só foram encontrados alguns projetos, panfletos e manifestos. O fato é que a inexistência de atas, por exemplo, suscitou dificuldades para a compreensão da dinâmica da construção das estratégias políticas. Por isso, a observação participante, a participação nas reuniões e nos eventos promovidos pelas organizações, foi primordial para superar tais entraves.

³ Outra corrente neo-institucionalista que utiliza a escolha racional é chamada de institucionalismo econômico e vem da tradição da economia dos custos de transação baseada na teoria da firma (COASE, 1937 apud FERNANDES, 2002).

personais” (FERNANDES, 2002, p. 80). Hall e Taylor (2003) elegem quatro propriedades comuns nas análises desta subcorrente: a primeira é que os atores envolvidos na ação compartilham um conjunto de preferências e interesses e agem de modo utilitário para satisfazê-lo; segundo que os teóricos dessa escola consideram que as instituições apresentam dilemas de ação coletiva, definidas como situações em que os indivíduos agem de modo a maximizar a satisfação de suas preferências a despeito dos resultados da ação para coletividade; a terceira é que a interação entre os atores é estratégica, cujo cálculo é realizado a partir da expectativa que cada um tem sobre o provável comportamento dos outros atores; e, por fim, que as instituições são criadas para atender os interesses comuns de indivíduos. Influenciado por essas ideias, Olson (1965) elabora sua análise sobre o comportamento dos indivíduos racionais nas modernas organizações.

Para o autor, as ações promovidas por um grupo de indivíduos ou em seu nome são mais eficientes quando conduzidas por uma organização. Esta tem a função primordial de promover os interesses dos seus membros. Em razão disso, parecia elementar às teorias clássicas – Marxista e Liberal – que os indivíduos agiriam voluntariamente na execução da ação coletiva, assim como arcariam com o seu ônus. Olson discorda dessa preposição. Como o provimento dos benefícios é função fundamental das organizações e serão desfrutados por todos independentemente da contribuição individual dos membros para o custo da ação, o indivíduo racional tenderia a querer beneficiar-se com os frutos da organização sem necessariamente arcar com os custos da ação promovida pelo coletivo. Olson (1999) faz uma relação entre o tamanho do grupo e o comportamento do indivíduo, ou melhor, da inclinação do indivíduo em arcar ou não com ônus da ação coletiva, que varia de acordo com o grau de interesse do indivíduo em obter determinados bens e da percepção que esse mesmo indivíduo terá da necessidade da sua participação na execução da ação para obtenção dos benefícios.

Os grupos pequenos têm mais chances de obterem benefícios públicos sem usarem de coerção ou outro estímulo, pois os membros desses grupos podem verificar que a sua participação individual é indispensável no provimento dos bens coletivos. Ademais, se um benefício coletivo puder ser obtido através de um custo baixo comparativamente às vantagens que o benefício trará, um indivíduo sozinho pode arcar com o custo da ação, pois os ganhos trazidos pela obtenção desses benefícios poderão ser maiores do que a falta desse bem. Em grupos grandes, a participação individual é imperceptível para os demais membros, portanto o sucesso da organização não depende da colaboração efetiva de todos, o que favorece a presença de *free*

riding, a saber, aqueles que recebem os benefícios públicos sem arcar o custo da ação promovida pelo coletivo. Por esta razão, os grupos grandes ou “latentes” não conseguem promover um benefício coletivo de maneira satisfatória, pois ainda que este seja importante para todo o coletivo, o indivíduo integrante deste grupo não terá incentivo para arcar com os custos necessários da ação coletiva. Os grupos grandes são chamados de latentes porque possuem capacidade para ação, mas esse poder potencial só é concretizado através da adoção de incentivos seletivos. Quando os grupos utilizam de tais recursos, são denominados de grupos latentes mobilizados.

O autor afirma, também, que é necessário o emprego de incentivo independente e “seletivo” para estimular o indivíduo racional, inserido num grupo latente, a agir de maneira coletiva. Este incentivo à ação coletiva seria oferecido a todo o grupo, contudo de maneira seletiva, em relação a seus membros. Assim, só os membros que trabalham em prol dos interesses da organização, ou quem contribuam de alguma forma para o êxito da ação coletiva, seriam recompensados. Os incentivos seletivos podem ser positivos ou negativos, ou seja, tanto podem constranger com uma punição o indivíduo que não colaborar com a ação coletiva, como pode premiar aquele que contribui efetivamente para a promoção dos interesses comuns. Além de incentivos econômicos, os grupos podem propiciar a seus membros incentivos sociais, tais como amizade, respeito, prestígio, admiração etc. Em grupos pequenos, o indivíduo que tenta beneficiar-se à custa dos outros integrantes do grupo poderia obter um ganho econômico, todavia, certamente teria uma perda social, haja vista a reprovação da sua conduta pelos outros membros, e esta perda social poderia ser mais penosa do que a obtenção da vantagem econômica. Dessa forma, os incentivos sociais funcionam somente em grupos menores, pois nestes os membros possuem um contato face a face uns com os outros. Em comparação com os grandes grupos, os incentivos sociais são ineficientes porque não há como nenhum membro conhecer todos os outros integrantes. Assim, o indivíduo não sofrerá nenhum constrangimento social caso não colabore com a promoção dos interesses comuns. Dessa forma, os grupos pequenos têm mais chances de conseguir um nível razoável de benefício público que os grandes grupos.

Diante das considerações acerca da relação entre o tamanho dos grupos e a probabilidade de obtenção de um benefício coletivo, Olson elabora a seguinte questão: “Se os membros de um grande grupo não têm nenhum incentivo para organizar um *lobby* para obter uma benfeitora coletiva, como então pode ser explicado o fato de alguns grandes grupos serem

organizados?” (1999, p.147). Conforme o autor, o que diferencia os grandes grupos com expressivas características lobísticas dos que não as têm é que esses grupos também são organizados por algum outro objetivo. Os *lobbies* poderosos são subprodutos de organizações que têm capacidade de desempenhar alguma outra função além de fazer *lobby* por benefícios coletivos. As únicas organizações que dispõem de incentivos seletivos são aquelas que possuem autoridade e capacidade coercitiva. Para o autor, uma organização com o propósito exclusivamente político, isto é, que não desempenha nenhuma função além da lobística não pode coagir legalmente os indivíduos a se tornarem seus membros. Por outro lado, se a organização desempenhar outra função que justifique a afiliação compulsória, esta poderá ter as condições necessárias para fortalecer um *lobby*. Então, o *lobby* seria um subproduto dessa função, seja ela qual for. Assim, as grandes organizações precisam oferecer vantagens e/ou bens privados para estimular o indivíduo racional a contribuir financeiramente para promoção de um benefício coletivo.

Olson tentará mostrar que o poder dos grandes grupos econômicos de pressão dos Estados Unidos, isto é, associações rurais, sindicatos e associações profissionais, pode ser explicado pela teoria do subproduto. O autor demonstrou que essas organizações são coercitivas, e, além dos bens coletivos, oferecem benefícios exclusivos, o que estimula a participação efetiva de seus membros. A teoria do subproduto também pode ser aplicada a *lobbies* não- econômicos, tais como as organizações sociais e políticas, como, por exemplo, os partidos políticos estadunidenses, que, embora sejam importantes para a política norte-americana, não constituem verdadeiras organizações formais, pois seus membros não contribuem regularmente para as atividades lobísticas. De acordo com o autor, a teoria do subproduto não seria pertinente apenas para análise de grupos caracterizados com baixo grau de racionalidade. Vale lembrar que o indivíduo exposto por Olson é racional, isto é, capaz de realizar cálculos para maximizar seus ganhos ao passo que busca minimizar os custos envolvidos.

Diferente de Olson, Sartori, em *A teoria da democracia revisitada (1994 [1987])*, não realiza uma análise sobre a relação da participação individual e a construção da ação coletiva. No entanto, o autor se debruça a respeito das decisões políticas e como elas são eleitas. Sartori chama a atenção para as decisões coletivizadas, impostas a todos independentemente de quem toma as decisões. O autor afirma que, no nível macro, a política é o resultado das decisões coletivizadas, isto é, as decisões que afetam a maioria, senão todos os indivíduos, e que são tomadas por outros.

Sartori assegura que toda coletividade organizada submete-se a decisões coletivizadas, embora ocorram variações em nossas sociedades contemporâneas. Após constatar esse fato, o autor faz o seguinte questionamento: Quando e como devemos coletivizar uma área de decisões? Essas questões são respondidas através de dois instrumentos analíticos: os riscos externos e os custos decisórios. Os primeiros dizem respeito aos riscos para quem recebe as decisões, enquanto o segundo é concernente aos custos impostos aos próprios tomadores de decisões. Vale mencionar, que Olson também chama atenção para a existência destes custos para quem propõe e organiza uma ação para obtenção de um bem coletivo.

Sartori alerta que quanto maior o número de pessoas no órgão responsável pela decisão, maiores os custos de tomada de decisão. De forma inversa, os riscos externos diminuem ao aumentar o número de pessoas que participam do processo decisório. Diante do impasse, o autor busca encontrar um ponto de equilíbrio entre os custos internos e os riscos externos, acrescentando outras variáveis além do número de participantes. São elas: a forma de recrutamento dos indivíduos que tomarão as decisões e as regras para tomada de decisão. O autor argumenta que o estabelecimento do equilíbrio é algo possível porque os riscos externos variam mais de acordo com a forma de selecionar os indivíduos do que o número de participantes. A variável dos procedimentos da tomada de decisão também é importante para o funcionamento ótimo do órgão decisório, já que diz respeito fundamentalmente aos custos decisórios ou internos. Para Sartori, o método representativo surge como a única alternativa para reduzir os riscos externos sem aumentar proporcionalmente o número de decisores, haja vista que um grupo com um grande número de participantes dificulta ou inviabiliza a tomada de decisão. Então, “[...] apenas a redução drástica do universo dos representados para um pequeno grupo de representantes permite uma redução importante dos riscos externos (de opressão) sem agravar os custos decisórios” (1994, p. 298).

Sartori faz uma análise da tomada de decisão, não apenas no que é concernente às regras, mas também quanto aos resultados da decisão. O resultado pode apresentar duas modalidades: a modalidade de soma positiva na qual todos os jogadores podem ganhar; e a modalidade de soma zero, em que alguns perderão em benefício do sucesso de outros, isto é, um jogador ganha exatamente o que o outro jogador perde. O contexto decisório, que pode ser contínuo ou descontínuo, também é alvo da atenção do autor. O primeiro acontece quando há

inúmeras questões interligadas a serem tratadas, enquanto o contexto descontínuo trata de questões distintas, separadas, tais como os referendos e eleições.

O autor aponta mais um elemento importante para a escolha da decisão, qual seja, a intensidade das preferências, fracas ou fortes, a qual gera certas implicações para a política. Salaria que embora a intensidade das preferências seja comumente negligenciada nas discussões sobre o poder, ela é uma variável importante nos processos de tomada de decisão, visto que a intensidade das preferências de certos grupos compensa sua inferioridade numérica. Ele exemplifica estes reflexos com o princípio da maioria, o qual pressupõe que a preferência representada por mais pessoas vai se sobrepor àquela com menos defensores. Sartori alerta que o princípio da maioria não é aceito de forma integral uma vez que minorias intensas o contestam e se recusam a se submeter a ele. Para Sartori, a “intensidade é o elemento que aglutina grupos concretos, que os ativa e que explica seu impacto e força de atração” (1994, p. 302). Segundo o autor, a intensidade é um atributo de pequenas minorias, pois as majorias intensas são desfeitas à medida que as questões mudam, isto é, constituem uma maioria ocasional. Já os grupos pequenos têm mais chances de ser perenemente ativos e igualmente intensos a uma série de questões. Assim como Olson, o autor reconhece que os grupos pequenos reúnem melhores condições para se manterem coesos ao longo do tempo, o que possibilita maiores chances de organização e sucesso em ações políticas.

Sartori alerta que em alguns grupos decisórios, a desigualdade de intensidades de preferências é importante para realização de acordos. Aliás, ele afirma que o acordo só ocorre porque os indivíduos não são igualmente intensos em relação a todas as questões discutidas. Esses grupos referidos pelo autor são denominados *comitês*, reconhecidos por três características grupais: é um grupo pequeno de interação face a face; é durável e institucionalizado; e, por fim, toma decisões em relação a um fluxo contínuo. O autor revela que a maioria das decisões estabelecidas pelos comitês é unânime, todavia este não funciona com o princípio da unanimidade, pois os comitês chegam a um acordo unânime porque cada membro do grupo espera que aquilo que concede numa questão seja lhe retribuído em outra questão. É um acordo tácito, chamado por Sartori de código operacional. Uma das vantagens geradas é que as trocas não se dão apenas no momento da decisão, mas se estendem para discussão de futuras decisões. E se um determinado membro veta frequentemente uma decisão, ele sofrerá represálias no momento em que chegar a sua vez de ser retribuído. Sartori afirma que este método de escolha de

decisão é eficiente porque os incentivos e recompensas são realistas, uma vez que estas decisões são de soma positiva. É interessante frisar que Olson (1999) já reconhecia a importância da promoção de incentivos e recompensas para motivação dos indivíduos à participação das ações coletivas.

Para o autor, os comitês estão se proliferando nos regimes democráticos. Uma demonstração desse fato é a constante criação de grupos menores (comitês) incumbidos de tomar decisões no interior de órgãos decisórios extensos. Em grupos pequenos como os comitês, os indivíduos conseguem uma participação mais efetiva, condição que resolve o problema daqueles que estão inseridos no órgão decisório e que anseiam por participação. Entretanto, o autor reconhece o problema daqueles que estão fora dos comitês. Para resolver essa dificuldade, Sartori, mais uma vez, recorre ao modelo representativo ao afirmar que os membros dos comitês podem representar aqueles que se encontram fora dos espaços decisórios, enfatizando a importância do controle dos cidadãos sobre os órgãos decisórios como maneira de reduzir os riscos externos. O autor conclui com uma avaliação favorável sobre os comitês, uma vez que são eficazes na tomada de decisão, conseguem reduzir os riscos externos sem aumentar os custos decisórios, produzem resultados de soma positiva para a coletividade e, por fim, criam uma possibilidade de atendimento das reivindicações mais intensamente preferidas pelas minorias.

Como podemos constatar, as conclusões trazidas por Olson (1965) e Sartori (1994), embora partindo de supostos distintos, podem ser complementares. O primeiro nos ajuda a identificar os problemas enfrentados pelas organizações para promoverem a ação coletiva e nos propõe soluções para enfrentar estes dilemas, enquanto o segundo busca entender como os grupos tomam as decisões e qual é o melhor método para atender o maior número de pessoas, sem, no entanto, criar dificuldades para o bom funcionamento do órgão decisório. Esperamos que o desafio de agrupar argumentos de autores com pressupostos distintos, embora com preocupações semelhantes, tenha surtido o efeito desejado, qual seja, entender como as organizações funcionam para garantir o sucesso da ação coletiva e quais são os obstáculos enfrentados pelas mesmas.

Esta dissertação está organizada em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. Na introdução, são apresentados o objeto, o objetivo, a relevância do trabalho, o método utilizado para consecução da pesquisa e as principais contribuições teóricas para o estudo; o primeiro capítulo visa identificar as ações e as estratégias adotadas pelas organizações negras, assim como sua relação com a sociedade e o Estado. Para tentar alcançar

esse objetivo, recuperamos a trajetória política dos movimentos negros no Brasil, destacando as características das organizações negras ao longo do tempo. De modo geral, percebemos que as organizações contemporâneas guardam traços de continuidades em relação as suas antecessoras e que as estratégias políticas adotadas por elas foram se modificando a partir da maior participação na esfera do Estado; no segundo capítulo, são apresentadas as trajetórias e as características das organizações estudadas com o propósito de identificar as reivindicações pleiteadas pelas organizações e as principais ações adotadas por elas para atingir seus fins políticos. Observamos que as organizações possuem uma agenda política comum, e que guardam aspectos de atuação política semelhantes às organizações dos movimentos negros em fases anteriores. É importante frisar que tal fato não impediu as organizações de lutarem por interesses particulares, levando em consideração a identidade de cada uma.

No terceiro capítulo são apresentados e analisados os dados empíricos obtidos. Neste capítulo, tentamos responder as questões propostas pela pesquisa: Como as organizações negras estudadas constroem suas ações coletivas? Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelas organizações pesquisadas para consecução de seus interesses comuns? Como variáveis étnicas, religiosas e partidárias repercutem sobre as ações dessas organizações? Além disso, testamos a hipótese sugerida por este trabalho de que as clivagens raciais, religiosas e político-partidárias constituem entraves para consolidação de alianças políticas entre as organizações dos movimentos negros. Através da análise da dinâmica de construção da ação coletiva das organizações, verificamos que a hipótese foi confirmada, pois as organizações apresentam dificuldades em estabelecer alianças duradouras com outras organizações dos movimentos negros, por conta das suas preferências religiosas, político-partidárias e étnicas, como também, apresentam dificuldades na mobilização seus membros. Por fim, no último capítulo serão sublinhadas as principais contribuições do trabalho.

CAPÍTULO 1: MOVIMENTOS NEGROS CONTEMPORÂNEOS: CONTINUIDADES, MUDANÇAS E DESAFIOS

Este capítulo objetiva recuperar a trajetória do Movimento Negro no Brasil, buscando identificar a agenda de ação das organizações negras, assim como as estratégias adotadas e a interação existente entre estas o Estado, os partidos políticos e demais entes sociais, tais como igrejas e movimentos sociais. Sendo assim, é inevitável examinar a atuação das organizações negras nos anos anteriores à década de 70, análise imprescindível para perceber os elementos que diferenciam e aproximam as organizações negras contemporâneas das suas antecessoras. O contexto sócio-histórico no qual as organizações negras estavam inseridas influenciou o seu repertório de ação, e, por conseguinte, atribuiu distintas características aos movimentos negros organizados ao decorrer do tempo.

Conforme Regina Pinto (1993 apud PEREIRA, 2010), a expressão *movimento negro* teria surgido em 1934, num texto publicado no Jornal *A voz da raça*. Geralmente, é denominado de Movimento Negro o conjunto heterogêneo de grupos negros que reivindicam a melhoria das condições de vida da população afrodescendente. Uma definição amplamente aceita entre os ativistas do Movimento Negro é a do historiador e escritor Joel Rufino (1994, p.157 apud DOMINGUES, 2007).

(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo,], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado] e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana constitui movimento negro.

A inclusão de variados tipos de organizações e propósitos, presentes neste conceito de Rufino, demonstra que há um entendimento de que o Movimento Negro é o conjunto de vários movimentos negros, divididos em duas dimensões norteadoras da ação coletiva dos negros no

Brasil: a cultural e a política.⁴ Apesar disso, as falas de notórias lideranças negras em âmbito nacional, expostas em diversos trabalhos acadêmicos, tais como os de Verena Alberti e Amilcar Pereira⁵, referem-se ao Movimento Negro no singular, numa clara tentativa de afirmar uma unidade dentro da diversidade existente no interior deste Movimento Social, o que é compreensível do ponto de vista político-estratégico. Entretanto, do ponto de vista analítico, a adoção de um conceito amplo como o apresentado acima pode desencorajar uma discussão mais aprofundada das características, objetivos e atuação das organizações negras, além de dificultar a percepção de novas problemáticas apresentadas por estas. Diante disto, optamos por fazer a referência deste Movimento Social no plural definindo que as organizações negras, objeto deste estudo, são as que se definem, prioritariamente, como políticas.

1.1 A Resistência em Movimentos

O estudo da trajetória política dos movimentos negros no Brasil está dividido em certos períodos ao longo do século XX. Domingues (2007) identificou três fases dos movimentos negros brasileiros no decorrer deste século. A primeira fase compreende a primeira República ao Estado Novo (1889-1937); a segunda fase corresponde à segunda República durante a ditadura Militar (1945-1964) e a terceira fase do início da redemocratização à República Nova (1978-2000). Na primeira fase da mobilização negra organizada, os primeiros grupos que se têm notícia datam do início do século XX, os quais surgem em razão da exclusão socioeconômica do povo negro na sociedade brasileira. Conforme Andrews (1991, p. 32),

[...] os afro-brasileiros se encontravam excluídos seja politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da

24106

⁴ Conforme Barcelos (1996), as organizações negras ao longo da história apresentavam propostas de cunho culturais e políticas. Algumas organizações concentravam-se em práticas culturais, outras se preocupavam com a mobilização política. E outras com ambas as motivações. Assim, as estratégias culturais e políticas passaram a ser tema da literatura que discute a trajetória das organizações negras.

⁵ Os estudiosos realizaram vários trabalhos acadêmicos sobre o tema do Movimento Negro, com base nas informações coletadas no projeto “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas”, desenvolvido a partir de setembro de 2003 pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

“teoria do branqueamento”; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de empregos em favor dos imigrantes europeus.

As primeiras organizações deste período são grêmios, clubes e associações com fins prioritariamente assistencialistas e culturais. Data também deste período, a emergência de uma *imprensa negra*⁶ com preocupações de denunciar o preconceito sofrido pelos negros brasileiros. Segundo Petrônio Domingues (2007), as ações empreendidas pelo Movimento Negro nesta época não estavam inseridas num programa político definido, muito menos representavam um projeto ideológico mais amplo. Contudo, as ações destas entidades, ainda que tímidas, juntamente com a ativa imprensa negra, sobretudo na cidade de São Paulo, propiciaram as condições necessárias para formação de duas organizações importantes no período, a saber, o Centro Cívico Palmares, de 1926, e a Frente Negra Brasileira – FNB, em 1931, na cidade de São Paulo. Estes foram os primeiros grupos negros de cunho ostensivamente político. A FNB foi a entidade negra de maior relevância do país, estendendo-se, através de ramificações, a vários Estados do Brasil, inclusive na Bahia.

Segundo Domingues (2008), a FNB desenvolveu em São Paulo, um nível de organização razoável. Possuía um estatuto para regular seu funcionamento, sede, apresentava uma hierarquia rígida, publicava seu próprio jornal, o *A voz da Raça*. Em termos políticos, defendia um projeto nacionalista e autoritário, de evidente identificação com o fascismo europeu. No período de sua existência, conseguiu atrair muitos membros, em parte por sua capacidade de oferecer serviços a seus filiados, sobretudo nas áreas da saúde e educação. Conforme o autor, o departamento mais importante da instituição era o de instrução, pois, acreditava-se que a educação seria o meio eficaz de combater o preconceito de cor e propiciar a integração do negro na sociedade brasileira.

Com o intuito de promover a educação para os negros, haja vista as dificuldades dos mesmos em ter acesso ao sistema formal de ensino, a FNB mantinha uma escola para oferta de cursos de alfabetização para crianças, jovens e adultos, além de uma biblioteca. Segundo Domingues (2008), as lideranças expressavam em seus discursos uma crítica aos conteúdos didáticos que negligenciavam a participação do negro na formação do Brasil. É importante

25106_____

⁶ *Imprensa negra* é a expressão utilizada pelos estudiosos em mobilização negra do Brasil para designar os jornais produzidos por indivíduos negros dirigidos para o público afro-brasileiro a partir do século XIX com a proposta de enfrentamento do racismo e criação de redes de sociabilidade.

ressaltar que as atividades da FNB não ficaram restritas à cidade de São Paulo, pois, como já foi dito acima, havia ramificações da organização em vários estados do Brasil. Bacelar (1996) afirma que, também na Bahia, as principais propostas da FNB se davam no âmbito educacional. A entidade promovia em Salvador, no ano de 1933, cursos de alfabetização, música, datilografia e línguas para adultos. A FNB transformou-se em Partido Político em 1936, sendo extinta um ano depois, assim como os demais partidos políticos brasileiros, pelo Estado Novo.

Segundo Domingues (2007), a segunda fase de mobilização organizada dos negros inicia-se após a queda do Estado Novo. Conforme o autor, esta fase é caracterizada por uma intensificação dos protestos, contudo sem a mesma capacidade de adesão da fase anterior. Uma explicação para esta observação de Domingues é dada por Andrews (1991). Para o autor, o ingresso dos trabalhadores negros na indústria paulistana, após o ano de 1930, gerou consequências políticas por duas razões. A primeira é que a redução dos empecilhos à participação dos negros no mercado de trabalho diminuiu o ressentimento entre a população afrodescendente e o Estado; a segunda é que a filiação dos negros ao movimento operário controlado pelo Estado os integrou ao sistema político do país. Conforme Andrews, “(...) ao admitir a participação política dos afro-brasileiros, as instituições populistas da Segunda República reduziram grandemente a percepção da necessidade de um movimento político negro, racialmente distinto” (1991, p. 36). O autor afirma, ainda, que as organizações negras do período de 1945-1964 desenvolveram atividades exclusivamente no âmbito cultural e educacional. Para outro pesquisador do mesmo período, Hanchard (2001 [1994]), o movimento negro limitou-se a protestos que eram apenas de nível simbólico, destacando a cultura afro-brasileira, devido a sua incapacidade de congregar diversos grupos com diferentes estratégias em uma coalizão, com o fim de reunir forças de forma concentrada e clara.

Outros estudiosos possuem uma interpretação diferente deste período. Joselina da Silva (2003) argumenta que a atuação das organizações negras ultrapassava as práticas assistencialistas e culturais, pois este período de abertura política (1945-64) foi valioso para o reaparecimento de antigas organizações negras de caráter contestatório, assim como para o surgimento de novas entidades. Luíza Bairros (1996) também tece críticas à interpretação de Hanchard. Ela afirma que o autor americano generaliza as experiências do movimento negro do período de 1945 a 1988 em uma só classificação: a do *culturalismo*, negligenciando outros aspectos do movimento negro brasileiro. Conforme Bairros, o autor não percebe que o *culturalismo* é uma característica

presente na mobilização negra durante o período estudado. Para a autora, seria fundamental que Hanchard tivesse identificado a diversidade existente no interior do movimento negro a fim de definir o caráter dos projetos dos afro-brasileiros e quais os aspectos destes foram absorvidos pela hegemonia dos brancos, relativizando, assim, seu argumento sobre o *culturalismo*. Parecem-nos pertinentes os argumentos das estudiosas, pois as ações dos atores e as estratégias por eles adotadas devem ser avaliadas dentro do contexto político no qual estes formulam seus objetivos e suas preferências. Segundo Hebert Simon (1957, apud FRIEDBERG, 1995 [1993]), as preferências e as estratégias dos indivíduos são (re)formuladas não só dentro do contexto original em que se encontram como também à medida que o processo da ação se desenrola.

Na segunda fase de mobilização negra, Domingues (2007) assinala a criação de diversos grupos negros no país, sobretudo na região sudeste. Todavia, o autor destaca duas entidades de maior visibilidade política, são elas a União dos Membros de Cor –UHC e o Teatro Experimental do Negro – TEN. Este foi criado em 1944, na cidade do Rio de Janeiro, por um grupo de artistas e ativistas negros liderados por Abdias Nascimento. O principal objetivo do grupo era formar uma companhia de atores negros que pudessem retratar personagens livres de estereótipos racistas. Conforme Hanchard (2001 [1994]), o TEN assumiu outras funções culturais e políticas logo após a sua criação. Assim como os demais grupos da época, a companhia acreditava que a educação seria um meio capaz de promover a valorização social do negro. Logo, o TEN oferecia a seus membros cursos de alfabetização e introdução à cultura geral. Além disso, promoveu concursos de beleza, lançou o jornal Quilombo, em 1948, fundou o Instituto Nacional do Negro, em 1949 e organizou o primeiro Congresso do Negro Brasileiro, em 1950 (DOMINGUES, 2007; ROSA, 2007). Após a instalação da ditadura militar em 1964, a companhia restringiu suas atividades e praticamente foi extinto em 1968, ano em que Abdias Nascimento partiu para o auto-exílio nos Estados Unidos.

A outra organização referida por Domingues é a União dos Homens de Cor – UHC, um grupo formado no ano de 1943, em Porto Alegre. Segundo Joselina da Silva (2003), um dos principais objetivos da UHC era propiciar uma educação formal e profissional para seus membros. No entanto, para a autora, suas iniciativas permitiram verificar outros objetivos mais “audaciosos”. Para confirmar isso, ela aponta algumas estratégias utilizadas pelos grupos: estabeleciam parcerias e alianças com personalidades e autoridades locais negras que se mostrassem sensíveis à causa do povo negro; as lideranças negras estudavam as teorias

acadêmicas da época, o que lhes possibilitava participar dos debates sobre a questão racial no Brasil; organizavam movimentos de pressão para denunciar a discriminação racial; repercutiam em sua imprensa às ações governamentais que beneficiassem a população negra; produziam campanhas para inclusão de negros em propagandas oficiais; participavam do conselho das Organizações não Governamentais, pertencente ao escritório da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, no Rio de Janeiro, com o propósito de dar visibilidade internacional ao racismo no Brasil. Com o golpe militar em 1964, a UHC, como os demais grupos negros organizados, encerrou suas atividades.

1.2 Os partidos políticos e a questão racial

As ações das organizações negras em ambas as fases foram intercaladas por dois períodos de ditadura, ou seja, de forte repressão à contestação política. Além dessa dificuldade, soma-se o desinteresse dos partidos políticos pela questão racial. Hanchard (2001 [1994]) afirma que os partidos políticos de orientação ideológica de esquerda e direita sempre minimizaram as desigualdades raciais. Sobre o assunto, Alburquerque e Fraga Filho (2006) ratificam o argumento de Hanchard, uma vez que também compreendem que as organizações negras não obtiveram apoio destes. Os setores de direita entendiam que tais contestações políticas eram uma afronta à ideia de democracia racial, propagada pelos militares, enquanto os setores da esquerda compreendiam as desigualdades raciais como resultado da exploração das classes dominantes e que a revolução socialista acabaria por eliminar todos os tipos de desigualdades. Portanto, uma luta específica contra o racismo não faria sentido. De acordo com Ivair Santos (2001), a identificação do Movimento Negro com os partidos de esquerda, imaginada e teorizada como um processo quase natural, estava constrangida pela não-incorporação das suas demandas específicas à agenda partidária.

Conforme Santos (2001), no período da República Velha, a participação dos negros no interior dos partidos era considerada inconcebível e estes eram incapazes de incluir os interesses da população afro-brasileira e encaminhar suas demandas. Isto porque as próprias leis afastavam do processo eleitoral milhões de pessoas, como as mulheres e os homens analfabetos. Além disso,

não havia garantias de que o voto fosse dado livremente ou sem o risco de fraudes. Com a queda da República Velha em 1930, criou-se uma expectativa de reforma política. Segundo Santos, a nova legislação eleitoral de 1932 contribuiu para a decisão de a Frente Negra Brasileira transformar-se em Partido da Frente Negra Brasileira. Como foi dito acima, a FNB transformou-se em partido político em 1936, mas um ano depois foi extinta pelo Estado Novo, assim como os demais partidos. Analisando os programas partidários dos partidos políticos no período de 1945-1964 a fim de encontrar referências sobre a questão racial, Santos encontrou o tema nos seguintes partidos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Democrata Cristão (PDC). O Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), os maiores partidos desse período, não faziam nenhuma menção à questão racial em seus programas. Entretanto, foi um parlamentar da UDN, Afonso Arinos, o autor da primeira lei anti-discriminatória do país, a lei nº. 1.390, de 1951 ou Lei Afonso Arinos⁷.

O Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, um dos partidos políticos mais importantes do período, de forte apelo ao Varguismo e ao discurso trabalhista, conseguiu construir uma forte identificação com a classe trabalhadora, exceto em São Paulo, onde o Partido Social Progressista (PSP) desempenhou este papel. Amaury de Souza (1971 apud SANTOS, 2001) concluiu que a maioria dos negros, independentemente da classe social em que estavam inseridos, era petebista, ao passo que os brancos eram, da mesma forma, udenista. Santos ressaltou que Getúlio Vargas sempre foi bem quisto pela população negra, havendo um sentimento de gratidão pelas reformas⁸ empreendidas durante seu governo. Em 1965, a ditadura militar, através do Ato Institucional nº 2, extinguiu o multipartidarismo. No ano seguinte, foram criados dois partidos políticos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Assim, os ativistas negros identificados com as antigas lideranças partidárias tiveram que se definir por um dos partidos. Santos revela que nos programas destes partidos pouco ou quase nada tinha a respeito da questão racial. Entretanto, em 1974, muitas lideranças negras filiaram-se ao MDB e, paulatinamente, foram criando canais para introduzir a questão racial nas discussões partidárias. Segundo Santos, cada introdução de um parágrafo no programa era comemorada como uma

29106

⁷ A lei foi motivada pelo escândalo envolvendo uma bailarina negra estadunidense, Katherine Dunham, que foi impedida de se hospedar num hotel em São Paulo, em razão de ser negra, conforme denúncia da própria.

⁸ Foram introduzidas leis trabalhistas, tais como a adoção do salário mínimo, férias anuais, descanso semanal e etc. Posteriormente essas leis seriam sistematizadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editada em junho de 1943. Também foi mantida a Justiça do Trabalho, encarregada de dirimir conflitos entre empregados e empregadores.

vitória dos movimentos negros. Em 1979, com a estratégia de dividir a oposição e prolongar a vida do regime, o governo implementou o multipartidarismo, manobra que resultou, de fato, na divisão da oposição. Leonel Brizola foi o primeiro político opositor branco que considerou a questão racial como um problema nacional importante. O PDT identificou a questão racial como a quarta prioridade do programa, após a causa das crianças, dos trabalhadores e das mulheres. (JOHNSON III, 2000). Desta forma, o período da redemocratização abre novos espaços para a participação dos militantes negros.

1.3 Novos tempos, o despertar dos Movimentos Negros

A ditadura militar, instalada a partir do golpe de 1964, silenciou as vozes dos ativistas negros, pois a repressão cuidava de minar qualquer tipo de organização de caráter reivindicatório. A discussão sobre a questão racial foi dificultada uma vez que o novo regime tratou de reforçar a ideia de democracia racial, a saber, a crença de que as relações raciais no Brasil seriam harmoniosas. A gradual liberação política a partir da década de 70 permitiu uma maior participação civil no cenário político. Dessa maneira, os movimentos negros brasileiros voltaram a se reorganizar, juntamente com o surgimento de outros movimentos sociais, tais como o estudantil, das mulheres, dos gays etc. Esse período é identificado por Domingues (2007) como o início da terceira fase dos Movimentos Negros no Brasil, fase de mobilização e o início do Movimento Negro Contemporâneo, cuja atuação e demandas diferenciavam as ações das novas organizações com as das suas antecessoras.

Um marco importante desta fase foi a fundação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial – MNUCDR, em 1978, na cidade de São Paulo. As bases para formação do MNUCDR foram lançadas desde 1976 entre os contatos das entidades do Rio de Janeiro e São Paulo⁹. Conforme Hanchard (2001 [1994]), a organização tinha o intuito de abranger todas as

30106_____

⁹ O MNUCDR apresentou-se para sociedade no dia 07 de julho de 1978. Através de ato público, reuniu centenas de pessoas em frente ao Teatro Municipal para denunciar a discriminação sofrida por quatro atletas negros nas dependências do clube Regatas Tietê e a tortura e o assassinato de Robson Silveira da Luz, pela polícia paulistana. Dezesesseis grupos assinaram a carta convocatória para o ato público de fundação da nova entidade, contudo somente sete organizações estavam presentes, além de cinco entidades cariocas que se manifestaram através de nota de solidariedade (SILVA, 2007).

entidades negras no país e promover um movimento de massas. Essa pretensão não foi uma novidade, haja vista que a FNB possuía o mesmo propósito, sustentando, inclusive, que a entidade possuía 200 mil membros. Entretanto, nenhum estudo revela o número exato de integrantes da entidade, mas há relativo consenso entre os estudiosos sobre a impossibilidade dessa afirmação (VELASCO, 2009). O papel desempenhado pelo Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, que depois passou a se intitular apenas Movimento Negro Unificado – MNU, é considerado por muitos militantes como o mais relevante para a orientação dos movimentos negros do Brasil. O surgimento do MNU no cenário político estimulou a formação de novas organizações de combate ao racismo. Este período não só testemunhou o novo ânimo dado aos movimentos negros como também a volta da imprensa negra.

Segundo Domingues, a formação do MNU foi influenciada pelo contexto sócio-histórico local e internacional. No que tange aos acontecimentos externos, a luta política no Brasil se inspirou na luta pela ampliação dos direitos civis à população negra nos Estados Unidos, cuja reivindicação principal era a extensão da igualdade de oportunidades a todos, e nos movimentos de libertação dos países africanos, principalmente os de língua portuguesa. De acordo com o autor, tais experiências contribuíram para que o MNU adotasse um discurso radical contra a discriminação. No plano local, a organização propulsora da criação do MNU foi a Convergência Socialista, organização popular de base marxista¹⁰. O autor afirma, ainda, que a Convergência Socialista serviu como uma escola política ideológica para importantes lideranças dos movimentos negros contemporâneos, os quais desenvolveram habilidades de redação e de política que posteriormente foram empregadas na atuação do MNU. O jornal publicado pela organização no período de 1977 a 1979, o *Versus*, possuía uma seção intitulada *Afro Latino América* como um espaço destinado à denúncia da exploração sofrida pelos negros em três dimensões da vida social: a de classe, a de raça e a de gênero. Conforme Hanchard, as bases ideológicas mostradas nestes textos foram decisivas para as posturas adotadas pelos movimentos negros.

A associação da luta racial com a questão de classe apresenta-se como uma especificidade da nova fase de mobilização e ajuda-nos a perceber o momento em que as organizações negras

31106_____

¹⁰ A Convergência socialista tinha como base ideológica a versão trotskista do marxismo. Para este grupo, a luta contra a discriminação racial deveria ser combinada com a luta anticapitalista (HANCHARD, 2001 [1994]).

passaram a se articular com a esquerda. Até então, as organizações negras possuíam uma identificação ideológica com a direita, como era o caso da Frente Negra Brasileira, que nutria simpatia pelos regimes autoritários europeus. Além do mais, não há mais nas novas organizações uma exaltação ufanista. É evidente que esta postura nacionalista adotada pelas organizações negras é plenamente compreensível se considerarmos o contexto sociopolítico dos períodos em que as entidades estavam inseridas. O MNU adotava uma postura independente quanto a partidos políticos, embora muitos de seus membros fossem filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) por ocasião da fundação da entidade (HANCHARD, 2001 [1994]). Vale mencionar que a experiência de militantes em partidos políticos antes do golpe de 64 foi importante para estruturar as entidades dos movimentos negros na década de 70. Como podemos atestar no depoimento de Amauri Mendes Pereira¹¹: “O Yedo [Ferreira] tinha uma coisa que ninguém tinha: ele sabia fazer estatuto [...] E isso era um diferencial. Ele sabia como registrar a organização, fazer as jogadas nas atas, ele sabia este processo institucional.” (PEREIRA, 2010, p. 176).

Embora as organizações negras tivessem a clara noção de que as relações raciais não eram harmoniosas e de que o racismo no país era uma experiência real, não realizavam, até o surgimento do MNU, um questionamento enfático sobre a suposta democracia racial e muito menos sobre a ideologia do branqueamento¹². O MNU, mais do que denunciar as desigualdades entre negros e brancos, mostrava-se também solidário às reivindicações de outros segmentos marginalizados, ou seja, propunha alianças para atingir seus objetivos políticos. Segundo Pereira (2010), a denúncia do “mito da democracia racial”, recorrente nos discursos das organizações negras contemporâneas, aparece em todos os documentos publicados pelo MNU, nos quais são sempre encontradas as frases “por uma verdadeira democracia racial” e “por uma autêntica democracia racial”. Além do mais, o MNU condenava explicitamente o discurso oficial pró-mestiçagem como meio de integração do negro à sociedade brasileira, entendendo que a exaltação do mestiço só reforçava o ideal de branqueamento e funcionava como um importante

32106_____

¹¹ Foi fundador da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba), em 1974. Integrou a direção do Instituto de Pesquisa das culturas negras (IPCN), em 1975, no Rio de Janeiro. Participou da criação do MNU em 1978, na cidade de São Paulo. Atualmente é doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹² O branqueamento é uma categoria analítica que pode ser utilizada por dois sentidos. A primeira como incorporação dos modelos culturais do branco pela população negra, como meio de ascender no espaço social dominado pelos não negros. Enquanto, o segundo é visto como o “clareamento” da população brasileira, registrado por censos oficiais e previsto em estatísticas do final do século XIX e início do século XX. (ANDREAS HOFBAUER apud DOMINGUES, 2002).

entreve para mobilização política destes (DOMINGUES, 2007). O desejo por uma nova sociedade evidencia a posição ideológica da organização. Não é mais o negro que deve integrar-se à sociedade, mas esta que deve se transformar para abrigar e respeitar a diversidade.

Uma mudança significativa na atuação política dos movimentos negros contemporâneos diz respeito à revisão das manifestações culturais do povo negro. A data 13 de maio, dia da comemoração da abolição da escravatura, com reverências à subserviente mãe preta e à bondosa princesa Isabel, passou a ser considerada como um dia de denúncia e reflexão sobre o racismo acometido à população afro-brasileira. Numa assembléia nacional do MNU, realizada no dia 04 de novembro de 1978, na cidade de Salvador, ficou estabelecido o dia 20 de novembro como o dia Nacional da Consciência Negra¹³.

A preocupação com a área da educação perpassou todas as fases de mobilização negra no país. A diferença crucial é que nas duas primeiras fases, a educação era vista como meio de ascensão dos negros, e, por conseguinte, capaz de integrá-los à sociedade. Além do mais, era a principal solução para eliminar o racismo. Para os movimentos negros contemporâneos, a questão educacional continuou sendo uma demanda importante de reivindicação, mas com a necessidade de uma revisão dos conteúdos dos livros didáticos e da introdução da disciplina história da África nos currículos escolares, bandeira defendida pelo MNU. Também cumpre ressaltar o fato de que nos últimos anos, a reserva de vagas nas instituições públicas de ensino superior para estudantes negros foi a principal bandeira das diferentes organizações negras no Brasil.

Conforme Domingues (2007), na fase contemporânea, os movimentos negros “africanizaram-se”. Houve a busca de construir uma identidade específica do negro e por isso o resgate das raízes ancestrais norteou o comportamento dos ativistas. A negritude deveria ser expressa na dança, na música, na alimentação, no padrão de beleza, que conduziram os militantes a (re)inventar uma estética negra, com seus penteados, vestimentas etc. As propostas lançadas significavam um rompimento com os valores brancos, uma atitude não encontrada nas fases anteriores, que tinham uma postura mais conciliadora e de assimilação dos padrões culturais brancos. As religiões de matrizes africanas também seriam lembradas como focos de resistência das tradições africanas. Quanto a esse aspecto, a relação do ativismo negro com o candomblé sofreu modificações ao longo do tempo. Na década de 70, o candomblé era visto como guardião

33106_____

¹³ É importante mencionar que a primeira entidade a propor o dia 20 de novembro como data negra foi o Grupo Palmares, de Porto Alegre, em 1971.

da tradição africana, e a distância das lideranças negras com o candomblé poderia ser explicada “pela postura de secularização presente em setores ligados aos movimentos e partidos de esquerda que viam na religião, em geral, aparelhos ideológicos produtores de alienação política” (SALES JR., 2009). O autor lembra que o candomblé era alvo de críticas pelos ativistas negros por conta da sua convivência com o catolicismo e pela prática de sincretismo. A partir dos anos 80, há uma intensificação na relação dos movimentos sociais negros com o candomblé que passa a ser considerado um agente importante de ação política concreta. A luta das lideranças religiosas em prol a liberdade religiosa foi incorporada ao conteúdo programático das organizações negras, e a defesa do candomblé passou a ser entendida como uma faceta da luta antirracista.

É importante frisar que as novas demandas das organizações negras não ficaram restritas ao campo da cultura, ainda que estas construções sejam imprescindíveis para sua práxis política. Durante a década de 80, elegeu-se uma importante bandeira dos movimentos negros, a defesa dos remanescentes de quilombos. Assim, os movimentos negros, essencialmente urbanos, aumentaram seu raio de ação para comunidades negras rurais. Neste período, surgiram as organizações de mulheres negras, que não se sentiam contempladas nas discussões promovidas pelo movimento feminista, liderado por mulheres brancas da classe média, nem pelos movimentos negros. A mobilização negra também se estendeu a segmentos da Igreja católica e protestante. Atenta aos acontecimentos contemporâneos no mundo, a Igreja católica passou a demonstrar uma atenção especial às minorias étnicas. A percepção dessa mudança de perspectiva é notada em alguns eventos promovidos pela Igreja, tais como o Concílio do Vaticano II, de 1962-1965, e as Conferências Gerais do Episcopado Latino americano de Medellín, na Colômbia, em 1968 e de Puebla, no México, em 1979. Nesses, a igreja católica se compromete com os pobres e reconhece que os índios e os negros são os grupos mais desprotegidos da América Latina. A discussão sobre a questão negra no interior e além dos muros da Igreja influenciaria a formação da organização Agente da Pastoral Negros, em 1981, inspirado ideologicamente pela Teologia da libertação.

Conforme Rios (2008), os agentes da Pastoral Negros desenvolveram duas estratégias de ação, uma no interior da própria igreja e outra junto com a população negra e pobre.

Na igreja católica, tentaram conscientizar e organizar os sacerdotes negros e influenciar as autoridades progressistas desta Instituição. Um dos marcos desta investida aconteceu em 1983, ano em que os ativistas negros decidiram realizar o primeiro encontro dos religiosos, seminaristas e padres negros, no colégio de freiras chamado Assunção. (...)

Nos ministérios dos sacerdotes negros, a população pobre e negra é o principal desafio. (...) Nesse período, os APNs desenvolveram atividades de “conscientização da comunidade negra” acerca da sua história e cultura. (2008, p. 73)

As igrejas evangélicas também lançaram um olhar sobre a questão negra. Em 1986, a igreja metodista criou uma Comissão de Combate ao racismo a fim de investigar a existência de prática de racismo no interior da igreja. A atuação desta comissão se estendeu a outras igrejas evangélicas, além de atuar em parceria com a pastoral negra católica. Impulsionado pela atuação da supracitada comissão, um grupo de igrejas evangélicas, juntamente com a igreja católica, criou a Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo – CENACORA. Sua influência se estendeu até Genebra, onde esta comissão tornou-se uma das consultoras do Programa de Combate ao Racismo do Conselho Mundial de Igrejas. (PNUD, 2005). Entretanto, não encontramos referências que analisem a atuação das comissões negras evangélicas nesse segmento.

1.4 Tendências, demandas e desafios dos Movimentos Negros Contemporâneos

Certamente, a conjuntura política do país influenciou a organização dos movimentos negros. As ações e as estratégias adotadas pelas organizações foram mais ou menos incisivas de acordo com o grau de abertura concedido pelo Estado. Todavia, este também redefiniu sua postura face à questão negra à medida que os protestos tornaram-se mais contundentes. Enfim, a relação Estado-movimentos negros sofreu importantes modificações ao longo do tempo. O processo de institucionalização e transformação das demandas dos movimentos sociais negros em políticas públicas corrobora esta perspectiva. É importante frisar que este processo não ocorreu isento de tensões, sobretudo no interior dos movimentos negros, que paulatinamente viram a mutação de um opositor natural a aliado. Ademais, a suposta cooptação de lideranças dos movimentos pelo Estado resultou imediatamente em duas discussões internas: a primeira, a desconfiança quanto a uma possível contenção das ações dos movimentos negros; a segunda concernente a disputas internas pelos cargos ofertados pelo Estado. Com o passar do tempo, os ativistas negros realizaram uma nova interpretação sobre a participação dos movimentos no

âmbito do Estado e chegaram quase há um consenso de que as políticas governamentais deveriam ser formuladas com a participação dos beneficiados.

Uma das primeiras iniciativas do Estado neste processo foi a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra em São Paulo, no governo de Franco Montoro (1983-1987). Este colegiado era constituído por militantes oriundos do Movimento Negro e burocratas de diferentes órgãos, os quais cuidavam das políticas públicas do Estado de São Paulo. Em nível federal, foi criada no governo de Sarney, em 1988, ano do centenário da abolição da escravatura, a Fundação Cultural Palmares, com o intuito de desenvolver trabalhos concernentes à questão racial. Dois anos antes, ainda no governo Sarney, foi tombada a Serra da Barriga, em Alagoas, local onde existiu o quilombo dos Palmares. A fundação Cultural Palmares está vinculada ao Ministério da Cultura, o que indica que a questão racial era tratada pelo Estado como eminentemente cultural. Em 1988 foi promulgada a nova Constituição do Brasil, na qual há um reconhecimento claro da existência do racismo no país. A atuação dos deputados Benedita da Silva, Paulo Paim e Carlos Alberto de Oliveira Caó na Assembléia Constituinte, todos militantes da questão racial, garantiu o estabelecimento do racismo como crime inafiançável e imprescritível, e conseguiu incluir nas Disposições Transitórias, a demarcação das terras remanescentes de comunidades quilombolas.

Tal reconhecimento por parte do Estado, entretanto, não propiciou imediatamente ações eficazes para enfrentar o problema. Estas começaram a se apresentar recentemente através, sobretudo, das ações afirmativas, as quais surgem no cenário político brasileiro como uma solução proposta pelos Movimentos Negros para reparar os problemas decorrentes da discriminação racial. A criação de órgãos específicos, assim como o reconhecimento legal do racismo no país, foi importante para discussão e implementação de políticas com recorte racial. A primeira tentativa de propor uma política afirmativa partiu dos técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho em 1968, após a constatação de condições desiguais de competição dos negros em relação aos não negros no mercado de trabalho. A sugestão propunha que as empresas privadas fossem obrigadas a contratar uma percentagem mínima de “homens de cor”. Esta percentagem poderia variar de 10% a 20% de acordo com o setor da atividade. Entretanto, tal lei sequer chegou a ser elaborada (GUIMARÃES, 1996). Em 1983, o deputado federal, Abdias Nascimento, militante-intelectual do Movimento Negro, elaborou um projeto de lei n. 1.332 que propunha medidas compensatórias à população afro-brasileira. O

projeto sugeria reserva de vagas para mulheres negras e para homens negros na seleção de candidatos para emprego público, bolsas de estudos para estudantes negros, eliminação da prática de racismo no setor privado, revisão dos textos dos livros didáticos, introdução da disciplina História da África e dos africanos no Brasil. Todavia, este projeto de lei não foi aprovado pelo congresso.

A iniciativa de Abdias do Nascimento trouxe novo ânimo para mobilização das organizações negras. Em 1995 aconteceu a *Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo pela cidadania e a vida*, realizada em 20 de novembro em homenagem aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, que contou com a participação de 30 mil militantes, evento importante para luta em favor da adoção de ações afirmativas. Em resposta à mobilização coletiva, foi criado, por decreto presidencial, um Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra – GTI, com o propósito de formular políticas públicas para promoção da população afro-brasileira que não fossem, essencialmente, de cunho cultural. Ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação – GTEDEO, em resposta à denúncia da Central Única dos Trabalhadores – CUT, e do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade – CEERT¹⁴ à Organização Internacional do Trabalho – OIT pelo descumprimento do Estado brasileiro do tratado da convenção n.111, no qual o país se comprometia a garantir a promoção de igualdade de oportunidades no mercado de trabalho (MOEHLECKE, 2002). Esse episódio exemplifica uma nova tendência dos movimentos negros contemporâneos apontada por Domingues (2008), qual seja, a sindicalização da luta antirracista. Segundo o autor, a aproximação dos ativistas negros com os líderes sindicais acontece em 1986, quando houve a articulação para a realização do I Encontro Estadual de Sindicalistas Negros, na cidade de São Paulo, cujo objetivo era discutir e combater a discriminação racial no ambiente de trabalho. De acordo com o autor, a partir da década de 90, começa a surgir no interior das centrais sindicais comissões para tratar a promoção da igualdade racial. Contudo, adverte que a participação dos sindicatos no enfrentamento do racismo está aquém do esperado, mas admite que a inclusão da questão negra na pauta foi importante para ampliar as alianças no combate das desigualdades entre negros e não negros.

37106_____

¹⁴ É uma organização não governamental de São Paulo, fundada em 1990, que tem o objetivo de prestar consultoria a órgãos públicos e privados para estudo, formulação e implantação de programas de promoção de igualdade racial.

Apesar do avanço conquistado pelos Movimentos Negros no Governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), as ações afirmativas com recorte racial ainda sofriam grandes resistências do Estado e da sociedade. Vale ressaltar que a discussão das ações afirmativas para negros no Brasil ficou restrita à adoção de cotas, o que, a nosso ver, constrangeu o debate. A questão das cotas ganhou repercussão nacional em 2001, durante a preparação do relatório brasileiro para a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em setembro deste mesmo ano. Para composição desse relatório, foi criado um Comitê Nacional composto paritariamente por representantes dos órgãos do governo e da sociedade civil. Sob o impacto da repercussão desta conferência, muitas ações foram empreendidas no Brasil com a finalidade de denunciar as desigualdades sociais oriundas da discriminação racial, além de propor medidas de combate a essas desigualdades. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA foi o primeiro órgão governamental a realizar uma pesquisa sobre as desigualdades socioeconômicas entre negros e não negros. A divulgação dos números que expressam a discriminação racial no Brasil ratifica as denúncias realizadas pelos grupos negros durante sua trajetória de luta.

Rosana Heringer (2002) faz um levantamento de propostas de ações afirmativas de iniciativa do governo federal, governos estaduais e municipais, além de iniciativas privadas e não governamentais a partir de setembro de 2001. A maioria delas diz respeito à política de cotas nas universidades e no serviço público, mas destacam-se, também: Ministério de Desenvolvimento Agrário (2001), estabeleceu cotas de 20% dos cargos para negros, não apenas para os funcionários concursados e comissionados, como também para empregados de empresas terceirizadas; o Supremo Tribunal Federal e o Ministério da Justiça (2001) também reservaram 20% das vagas para funcionários negros; Houve a adoção de 40% das vagas para estudantes negros nas Universidades Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e Universidade Estadual do Norte Fluminense- UENF (2001); a Universidade Estadual da Bahia (2002) estabeleceu 40% de vagas para estudantes negros em todos os cursos de graduação e pós-graduação; o Instituto Rio Branco passa a oferecer 20 bolsas de estudo por ano para afrodescendentes que desejem concorrer ao concurso de admissão realizado pelo Instituto, responsável pela formação de diplomatas brasileiros.

As primeiras iniciativas de ações afirmativas, em especial aquelas que contemplam a educação, revigoraram a luta histórica das organizações negras, as quais sempre reclamaram do

déficit educacional dos afro-brasileiros em comparação aos não negros. Por isso, as principais bandeiras de luta dessas organizações passaram a ser a aprovação da lei de cotas e o Estatuto da Igualdade Racial. Em 20 de julho de 2010, o presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) sancionou o Estatuto da Igualdade Racial, cuja primeira versão havia sido apresentada em 2000, pelo então deputado Paulo Paim (PT). O Estatuto garante, entre outras coisas, a obrigatoriedade do estudo da História da África e da população brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados; reconhece a capoeira como desporto de criação Nacional; reafirma o direito de liberdade de consciência e de crença e o livre exercício de cultos religiosos de matriz africana; garante a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras; prevê a criação de Ouvidorias Permanentes em Defesa da Igualdade Racial (Brasil, 2010). Contudo, o texto aprovado retira algumas reivindicações históricas do Movimento Negro presentes no projeto original, tais como a adoção de cotas para negros em universidades, em candidaturas políticas, em Televisão e no Cinema. No entanto, no dia 26 de abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal aprovou de forma unânime as cotas raciais para o ingresso na Universidade de Brasília. É importante esclarecer que a decisão do STF não obriga nenhuma instituição de ensino a adotar o sistema, mas pode fortalecer a cobrança dos movimentos sociais negros sobre adoção do sistema de cotas nas instituições educacionais.

Sem engano, a tendência de institucionalização dos movimentos negros é a principal característica da mobilização atual. Esse processo refletiu na própria organização das entidades negras, vez que, exigiu a profissionalização da militância, formalização e burocratização das organizações, adoção de novas estratégias de mobilização de recursos e especialização do ativismo (RIOS, 2008). Rios argumenta que as novas organizações substituíram a denúncia, comum na década de 70, por uma intervenção social adotada pelas Organizações não-governamentais – ONGs, geralmente reconhecidas por ocupar um lugar negligenciado pelo Estado. Sendo assim, muitas entidades tornaram-se ONGs, vez que são estruturas excelentes para assistir a população negra carente. Mas para atingir este propósito, é necessário montar um aparelho técnico administrativo permanente, além de garantir recursos financeiros necessários à manutenção. Desta maneira, as entidades negras passaram por um processo de formalização e burocratização das suas atividades. É evidente que não podemos afirmar que todas as entidades negras tornaram-se ONGs, mas que foi uma estratégia importante dos movimentos negros contemporâneos.

Ainda conforme a autora, esta transformação altera a maneira adotada para captação de recursos econômicos. No passado, as organizações negras dependiam quase que exclusivamente da contribuição individual de seus membros para o sustento da entidade, além da solidariedade de pessoas sensíveis à causa negra. Outra estratégia utilizada para manter a rotina das organizações era a promoção de eventos, desfiles, cursos etc. Assim, “(...) a formação de grupos e associações dependeu de contatos ou inserção que tinham em sindicatos, centros religiosos, universidade, clubes, igreja, partidos, dentre outros” (RIOS, 2008, p.148). Segundo Rios, este quadro sofreria modificações a partir da década de 80, principalmente em relação à captação de recursos, condição fundamental para a institucionalização do movimento. As entidades passam a buscar recursos financeiros em instituições de fomento, órgãos públicos, empresas e até mesmo em organizações internacionais, conforme previsto em seus estatutos. Em consequência houve uma redução do número de associados, pois a inclusão em ONGs é rigidamente controlada. De fato, só há duas opções para a participação: como beneficiado de algum serviço ou como funcionário. Os patrocinadores, públicos ou privados, são aliados e suas relações com as ONGs são formais. Santos (2008) também observa a crescente profissionalização dos quadros dos movimentos negros a partir da década de 90.

Praticamente todos os movimentos sociais encontraram dificuldades diversas em termos de atração e mobilização de novos militantes dispostos a dedicar tempo as causas sociais. Em organizações ou partidos políticos de tipo filiativo é comum que os militantes dediquem parte de seu tempo as causas defendidas por sua entidade ou ideologia política. Com a necessidade de profissionalização de quadros no mundo das ONGs e dos partidos, exige-se muito mais tempo para que as tarefas mínimas possam ser efetivamente cumpridas. O militante é dessa forma transformado em funcionário-militante, sendo responsável por determinadas tarefas dentro da organização: secretário executivo, coordenador de projetos, secretária (o), assistente de projetos etc. É comum que se encontre em tais organizações pessoas que, na realidade, não são necessariamente militantes ou ativistas “orgânicos”. Pelo contrário, desempenham papéis específicos de caráter administrativo ou gerencial, raramente envolvidos no fazer político da instituição. (p. 11-12)

Conforme Rios (2008), as diretorias dessas entidades são representadas por lideranças, geralmente as fundadoras, que possuem tempo de militância, uma rede de contatos externos estabelecidos, reconhecimento junto à opinião pública, carisma. Mas a autora assegura que apesar do personalismo ainda estar presente nas lideranças das organizações, essas estão cada vez mais profissionais, pois a conjuntura exige o uso de conhecimentos técnicos e acadêmicos, seja para elaboração de projetos sociais, seja para oferecer uma assistência qualificada aos gestores de

políticas públicas. Outro ponto relevante é que a manutenção e desenvolvimento dos serviços prestados pelas ONGs não pode contar com a solidariedade e participação parcial dos militantes, pois é preciso uma equipe de funcionários qualificados na área que atua no interior da entidade. O ativismo negro voluntário convive com o modelo de gestão de recursos, cada vez mais acentuado nas grandes organizações não governamentais. Outra característica do ativismo negro contemporâneo é a especialização em determinadas demandas sociais. Segundo Rios, os movimentos negros atuam em grandes áreas como educação, saúde, trabalho, advocacia e direitos humanos.

Conforme Cardoso (2005), a área de maior atuação dos movimentos negros na Bahia é a educação. A autora justifica a predileção por duas razões. A primeira é pela grande participação de educadores nos movimentos negros da Bahia, e, em segundo lugar, pelo fato de que as muitas organizações que compõem os movimentos negros baianos são entidades culturais e, enquanto entidades que promovem a cultura afro-brasileira, não poderiam abrir mão do recurso da educação para alcançar esse objetivo. Desde o surgimento do primeiro grupo negro na Bahia, a questão educacional configura-se como área privilegiada, como vimos anteriormente sobre a atuação da Frente Negra no cenário baiano, condição que se mantém na década de 90 quando ocorre um aumento significativo de organizações negras com propósito de promover ações educativas.

No decorrer dos anos 90, diversas outras organizações culturais negras e organizações não-governamentais em Salvador, desenvolveram ou consolidaram projetos educativos que consideravam a singularidade da infância e juventude negra e da sua cultura: o bloco afro Ilê Aiyê (1989) e sua escola Mãe Hilda (1985), e atualmente, o seu Projeto de extensão pedagógica (1995); O Grupo Cultural Olodum e sua Escola Criativa (1991); O Centro Projeto Axé, enquanto organização não-governamental, e o seu projeto Erê (1991), e atualmente sua Escola Ilê Ori (1999); o Centro de Estudos Afro-Orientais e o seu projeto Profissionalização para a cidadania (1995); a Timbalada e a sua escola Pracatum (1999). Quase todas essas ações educativas representam uma ampliação da intervenção das organizações ligadas aos Movimentos Negros na Bahia e todas incluem a cultura negra nas suas práticas educativas (CARDOSO, 2006, p.71)

Apesar das conquistas políticas e dos avanços institucionais produzidos pelos esforços dos movimentos negros nestas últimas décadas, ainda não foi possível reduzir significativamente as desigualdades entre negros e não negros no Brasil. A inclusão de uma agenda política negra no país foi uma grande conquista, haja vista que atualmente nenhum programa de governo pode negligenciar absolutamente a questão racial. Não obstante, a implementação de políticas

afirmativas em diversas áreas ainda sofre bastante resistência. Isto porque, as desigualdades socioeconômicas entre negros e brancos ainda são entendidas como de origem sociais, apesar da denúncia sistemática do racismo pelos movimentos negros. Para reverter esse quadro, muitos militantes acreditam que é necessário construir uma entidade nacional de representação coletiva, que reflita a pluralidade de interesses dos movimentos sociais negros, pois acreditam que a fragmentação e o isolamento desses enfraqueceram suas ações diante do poder público.

Um outro dilema que configura-se em desafio diz respeito a dificuldade de mobilização da população negra para o enfrentamento do racismo. Muitas organizações, como a FNB, por exemplo, tentaram produzir um movimento de massas no qual os afrodescendentes fossem incorporados à luta antirracista. Todavia, nenhuma organização conseguiu realizar tal façanha. Hanchard argumenta que a supremacia da hegemonia racial construída pelos brancos possibilitou o processo de não reconhecimento racial pelos afro-brasileiros, situação que impediu também a mobilização. Segundo o autor, esse tipo de hegemonia promove a discriminação racial entre negros e brancos, ao passo que nega sua existência, através do discurso de igualdade racial. Isso gerou uma incapacidade de ativistas do movimento em mobilizar os afro-brasileiros em termos de bases raciais, pois estes não conseguiam enxergar em seu cotidiano as desigualdades promovidas pela discriminação racial. Nos últimos anos, houve uma maior participação dos negros na política, no entanto esses ainda são sub-representados nos espaços institucionais. Há um consenso entre os ativistas de que a situação de inferioridade do negro na realidade social brasileira só será resolvida quando os negros conquistarem o poder do Estado, pois representantes políticos sensíveis à causa negra não são suficientes para solucionar os problemas enfrentados pelos afrodescendentes. São necessários representantes que sejam oriundos da própria militância negra, que compartilhem efetivamente o desejo de promover transformações profundas.

1.5 Considerações sobre o capítulo apresentado

Ao traçar a trajetória do Movimento Negro no Brasil, percebemos que o contexto sociopolítico influenciou ativamente na formulação das estratégias políticas adotadas pelas organizações negras, pois a repressão vivida em vários momentos históricos do país impôs

obstáculos importantes à contestação política dos afro-brasileiros. Além do mais, a não incorporação da questão racial nos programas dos partidos políticos também contribuiu para a falta de discussão das demandas específicas dos negros na sociedade brasileira. O fim da ditadura militar e o processo de redemocratização do país, iniciado como início da distensão política em 1979, propiciaram o cenário político adequado para a reivindicação do exercício da cidadania plena, da igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. A partir de então, as organizações negras passaram a lutar ostensivamente contra as desigualdades sociais entre negros e não negros. Formularam um discurso que buscava resgatar a auto-estima do negro a fim de mobilizá-lo para luta antiracista. Por isso, a valorização da cultura africana e o reconhecimento da contribuição do negro no Brasil foram bandeiras levantadas pelas organizações negras. Por conta da atuação dessas organizações, o Estado passou a incorporar as demandas do Movimento Negro e assim, paulatinamente, iniciou-se um processo de institucionalização desse movimento social. A participação nas esferas de poder trouxe novas possibilidades de estratégias para as organizações negras, sem, no entanto, descartar o antigo repertório de ação. A identificação das estratégias políticas utilizadas pelas organizações negras em diferentes épocas nos auxilia na compreensão das dificuldades encontradas para construção da ação coletiva em organizações negras contemporâneas e nos permite verificar se essas guardam características de atuação das suas antecessoras.

As observações sobre o processo de institucionalização dos movimentos negros e seus impactos na organização das entidades que os compõem são interessantes para refletir sobre a fase contemporânea do ativismo negro no Brasil, e ajudam-nos a perceber o novo perfil de militância, as alianças que estão sendo construídas com o Estado e outros setores da sociedade. Contudo, Santos (2008) estabelece uma importante diferença entre os movimentos negros que atuam no cenário político. Há as entidades dos movimentos negros de base filiativa, chamadas pelo autor de “filiativo-nacionais”, como por exemplo, o MNU, Agentes de Pastoral Negros, União de Negros pela Igualdade- UNEGRO etc, os quais se diferenciam das novas organizações formadas a partir da década de 90, que são ONGs, como o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade – CEERT. Tal diferenciação é relevante porque nos permite perceber os limites das análises sobre o processo de institucionalização dos movimentos negros, haja vista que os escassos trabalhos produzidos sobre o tema no Brasil revelam apenas aspectos de um tipo de organização negra, as ONGs. As evidências encontradas não nos permitem generalizar as

conclusões para todo o conjunto de organizações, pois não sabemos em que medida estas características apresentadas acima podem ser identificadas em organizações políticas de abrangência nacional, tais como o MNU, UNEGRO, Coordenação de Entidades Negras – CONEN etc. Ademais, muitos estudos sobre os movimentos negros no Brasil são tomados para análise de organizações sediadas no eixo Rio – São Paulo, o que negligencia o conhecimento sobre a mobilização negra em outros estados.

CAPÍTULO 2: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, RECURSOS, ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES DE AÇÃO: MAPEANDO AS ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS

Neste capítulo serão apresentadas as organizações selecionadas para estudo, descrevendo, em linhas gerais, suas trajetórias, suas características e seus objetivos políticos, ações importantes construídas por essas e sua estrutura organizacional. Ademais, interessa-nos saber quais são as principais questões discutidas e se existe uma agenda comum que una as organizações negras baianas. As informações para realização deste capítulo foram obtidas através da análise de documentos, tais como estatutos, panfletos, cartas produzidas pelos grupos, matérias publicadas nos meios de comunicação internos e externos aos grupos, além das informações fornecidas nas entrevistas. A primeira organização a ser apresentada será a União de Negros pela Igualdade-UNEGRO, logo após será descrita a Associação de Negros Evangélicos de Camaçari – ANEC e por fim conheceremos a Aliança de Negras e Negros Evangélicos do Brasil – ANNEB. É importante salientar que alguns dados da Associação de Negros Evangélicos de Camaçari – ANEC foram obtidos durante o nosso trabalho monográfico ocorrido em 2009.

2.1 A União de Negros pela Igualdade

A União de Negros pela Igualdade – UNEGRO é uma entidade de expressão nacional, criada no dia 14 de julho de 1988, na cidade de Salvador. Atualmente está presente em 23 estados da federação (Bahia, Rondônia, Roraima, Amazonas, Amapá, Acre, Pará, Tocantins, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Alagoas, Piauí, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal). Na Bahia, está organizada nos municípios de Salvador, Camaçari, Simões Filho, Dias D'Ávila, Feira de Santana, Conceição de Almeida, Santo Amaro da Purificação, Cruz das Almas, Valença, Senhor do Bonfim, Ilhéus, Itabuna, Coração de Maria, Terra Nova e São Sebastião do Passé. Os objetivos expressos no estatuto da entidade são: lutar contra o preconceito e a discriminação racial; incentivar políticas públicas de combate ao racismo; garantir a

preservação e o desenvolvimento da cultura negra; defender os direitos culturais da população afrodescendente; estimular a participação política dos negros no país, combater a homofobia; apresentar solidariedade e apoio à luta dos povos africanos e povos oprimidos de todo o mundo; defender o direito pleno do negro à cidadania; defender uma sociedade livre da exploração de classe, raça e gênero.

O surgimento da UNEGRO reflete o processo de intensificação da fragmentação dos movimentos negros. A partir do final da década de 80, surgem muitos grupos de atuação local, o que demonstra a perda da capacidade do MNU em congregar as forças numa luta-antirracista de âmbito nacional, como já mencionamos no primeiro capítulo. Segundo o coordenador de assuntos educacionais da UNEGRO, um dos fundadores da entidade, a idéia de fundar a organização data de 1986, quando um companheiro do partido, militante da UNEGRO até os dias atuais, o convidou juntamente com mais dois militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) para discutir a possibilidade de criação de uma organização do movimento negro de caráter marxista. Conforme o coordenador da UNEGRO, esses militantes possuíam experiência de participação organizada no movimento negro através do MNU, mas havia muitos conflitos internos por causa das diferenças político-partidárias, pois a maioria dos integrantes do MNU era também filiada ao Partido dos Trabalhadores-PT.

Tinha dificuldade de se inserir na estrutura porque tinha disputa partidária. Aí ele achou (companheiro militante) que tinha possibilidade e também tinha uma coisa que nos incomodava muito, até hoje nos incomoda, mas já incomodou mais no movimento negro, que era um sentimento anticomunista flagrante entre vários militantes do movimento negro e no MNU tinha muito isso, eles tinham muito isso, ojeriza [...] ao partido comunista porque achavam que os partidos comunistas sempre relegavam a luta do negro a último plano, nunca deram importância [...] (Informante A, coordenador de assuntos educacionais)

A fim de amadurecer a idéia, esses primeiros idealizadores buscaram o apoio de um dirigente estadual do PCdoB, o qual atualmente não é mais filiado do referido partido, nem da UNEGRO. Esse viria a ser o primeiro presidente da entidade. O convite ao militante seria uma escolha estratégica, haja vista que esse poderia ajudá-los na inserção junto ao partido e a sindicatos. No ano de 1987, as discussões foram ampliadas, primeiro a pessoas filiadas ao PCdoB e posteriormente a pessoas sem filiação política ou vinculadas a outros partidos políticos, por exemplo, o PT. Então, em 1988, um pequeno grupo fundou formalmente a UNEGRO. Observa-se que a própria fundação da entidade é resultante das divergências ideológicas e de competição

política partidária num interior de uma organização do movimento negro, no caso, o MNU. A formalização da entidade ocorreu posteriormente sob a responsabilidade do primeiro presidente da organização, por conta do seu conhecimento para realização das atividades mais burocráticas, experiência adquirida na direção do partido político no estado. A organização contou com sedes provisórias até 1991, quando conseguiu seu assento definitivo.

A União de Negros pela Igualdade – UNEGRO possui uma hierarquia definida pelo estatuto. Há uma coordenação nacional, um Conselho deliberativo, um Conselho fiscal, além das coordenações estaduais. É importante salientar que a UNEGRO possui uma presença mais significativa nas capitais, contudo, em alguns estados, há uma inserção da organização no interior, a exemplo da Bahia. A coordenação nacional executa as decisões discutidas em Congresso realizado pela própria organização. O Congresso ocorre de três em três anos em diferentes capitais, nas quais a organização possui representação, com o intuito de eleger a nova direção da entidade, diagnosticar problemas sofridos pela população negra, traçar diretrizes de ação para resolução destas questões, promover um debate interno sobre a própria organização, além de realizar uma auto-avaliação dos avanços e das dificuldades enfrentadas por esta nos últimos anos. A coordenação também pode apresentar ao Conselho as ações políticas a serem adotadas pela entidade.

O I congresso nacional com o tema: “Agora, são outros 500” ocorreu em São Paulo, no ano de 2000. O II congresso foi realizado em 2003 na Bahia, com a proposta: “Reparação, Políticas de Ação Afirmativa e o Projeto de um país sem racismo”. É válido observar que a abertura do encontro aconteceu em Salvador, porém os trabalhos foram desenvolvidos em Itaparica. Já o penúltimo Congresso nacional da organização aconteceu no Rio de Janeiro sob o tema: “Movimento Negro: um passo além da proposta”. A promoção do IV Congresso nacional da organização aconteceu no mês de novembro de 2011, no Distrito Federal, com a seguinte questão: “Por um novo Projeto de Desenvolvimento Nacional: Negras e Negros compartilhando o poder”.

Neste último congresso, foi proposta a substituição da Coordenação Nacional pela Diretoria Nacional organizada da seguinte forma: Presidente, Secretário Geral, Tesoureiro, Diretor (a) de Comunicação, Diretor (a) de Relação Internacional, Diretor (a) de Gênero, Diretor (a) de Juventude, Diretor (a) de Educação e Cultura, Diretor (a) de Saúde e Diretor (a) de Trabalho e Renda. Quanto ao Conselho, importante fórum de decisão interno da entidade,

continuará com as atribuições estabelecidas no estatuto, e com mandato de três anos. Hoje a composição do Conselho é formada pelos seguintes estados: São Paulo, Bahia, Pernambuco, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Espírito Santo, Amazonas, Ceará e Rio Grande do Sul. Além do Conselho deliberativo, há também o Conselho fiscal, formado por três titulares e três suplentes. Na Bahia, a UNEGRO apresenta as coordenações: Administrativa e Finanças; Jurídica; Comunicação e Imprensa; Gênero; Cultura e Esportes; Educação; Juventude e por último a de Habitação. Há também 08 suplentes para as coordenações. Além dessas, há as coordenações regionais, cujos representantes das pastas são das cidades mais representativas do grupo em cada região: Metropolitana (Camaçari), Sertão (Feira de Santana), Sudoeste (Vitória da Conquista), Sul (Ilhéus), Extremo Sul (Teixeira de Freitas), Recôncavo (Cruz das Almas), Baixo Sul (Valença), Norte (Senhor do Bonfim) e Nordeste (Paulo Afonso). A organização carece de membros qualificados em determinadas áreas precisando contar com o empenho individual de certos militantes que coordenam essas pastas sem necessariamente possuírem formação técnica e científica na área que atuam.

Estima-se que haja cerca de dois mil membros filiados à organização em toda Bahia¹⁵. Nos últimos sete anos, o número de filiados aumentou significativamente por conta da expansão da organização para o interior. No entanto, a entidade não possui o número exato dos seus filiados por duas razões. A primeira, não há contabilização do número de fichas de filiação na sede que abriga os cadastros dos membros residentes da cidade de Salvador; o segundo motivo é que não há um rígido controle sobre as informações dos núcleos municipais. Esses, por sua vez, em sua maioria, também não acompanham rigorosamente o número de filiados associados em suas respectivas cidades. Exceção, apenas, para as cidades de Feira de Santana e Camaçari, respectivamente, com cento e três e trezentos e vinte membros registrados. Conforme os coordenadores, filiar indivíduos é importante, mas se essa filiação não for acompanhada de uma estrutura organizativa capaz de atender e formar politicamente a militância, essa ação não tem sentido. É mais interessante para organização atrair pessoas que se destaquem em espaços sociais importantes, isto é, demonstrem que podem ser militantes ativos. Por isso, há uma atenção especial nas universidades, terreiros e bairros. Atrair novos membros é fundamental para revitalização dos quadros da organização e, por conseguinte, dar novo impulso à luta por seus objetivos políticos.

48106_____

¹⁵ Dado obtido no documento do plano de crescimento da UNEGRO para o ano de 2006.

A entidade sobrevive com as doações de entidades parceiras, tais como o sindicato dos Metalúrgicos e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia – FETAG e das contribuições dos membros da organização. Por isso, ao longo da sua trajetória, enfrentou dificuldades para manter o funcionamento jurídico-administrativo regular da organização. Em momentos mais críticos, a organização careceu de recursos materiais básicos, tais como equipamentos e móveis para execução do trabalho administrativo. Não possuía um orçamento que garantisse o pagamento regular de despesas como luz elétrica, água, telefone, produtos de limpeza e aluguel da sede, a qual, no ano de 2001, foi interditada pelo Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia – IPAC, por conta da reforma do Centro Histórico. Em 2002, a entidade buscou realizar um plano para atender as necessidades administrativas através da cobrança individual dos membros com um valor a ser estipulado pelo coletivo e a realização de eventos mensais para arrecadação, tais como bingos, festas, passeios, rifas e etc. Com a obtenção de recursos em caixa, poderiam produzir material de propaganda da entidade (camisas, broches, cadernos etc.) e converter em mais recursos para organização. No entanto, a organização não conseguiu manter um calendário de atividades com fins financeiros. Ademais, a ideia de contribuição regular dos membros, embora conste no estatuto, não obteve resultado por conta das condições socioeconômicas dos filiados¹⁶.

Graças a doações de instituições parceiras, a organização conseguiu arrumar uma estrutura primária para executar suas atividades administrativas. A principal representante política da organização, em Salvador, também contribuiu para o pagamento das despesas administrativas da entidade. Atualmente a organização possui um computador, uma impressora, telefone e internet para atender suas necessidades administrativas. Além do mais, conta com a colaboração de uma das coordenadoras para manter a sede aberta diariamente para o público, ainda que não seja em período integral. A UNEGRO admite que a carência material é um grave entrave para o desenvolvimento da organização. A auto-sustentação da organização ainda é uma meta não alcançada pela entidade. A principal razão apontada para não implantação de uma política de finanças reside na própria condição socioeconômica da maioria dos filiados, os quais

49106—

¹⁶ Por não ter outro imóvel para guardar os documentos da entidade, e por contar com a garantia dos responsáveis das obras que a reforma não acarretaria em prejuízo material para entidade, os diretores da organização decidiram pela permanência de parte dos documentos na sede em reforma. Todavia, a promessa não foi cumprida e os documentos foram perdidos. O que ocasionou perda da memória da entidade. As informações a respeito dos recursos materiais da organização podem ser obtidas através dos ofícios enviados pela UNEGRO a entidades parceiras nos últimos anos e do documento de metas da coordenação de administração e finanças para o ano de 2002.

não podem contribuir regularmente sob a pena de comprometer seu orçamento doméstico. Vale lembrar que os coordenadores são os militantes que mais contribuem financeiramente para a entidade. Por não ter receita fixa, a organização não realiza balanços financeiros mensais, sendo que a prestação de contas só ocorre quando a entidade recebe doações de instituições parceiras para realização de projetos.

Para atingir os objetivos políticos da organização, esta utiliza um variado repertório de ação que expressa uma tentativa de inserção nos diversos espaços sociais e políticos importantes com o propósito de dar notoriedade à organização, recrutar pessoas à luta antirracista e buscar conquistas efetivas para o povo negro. Assim, a UNEGRO buscou marcar presença desde a sua fundação em atividades propostas pelo calendário do ativismo negro, como por exemplo, o dia da consciência negra, o dia de combate à intolerância religiosa e etc. Participou também em eventos importantes de mobilização negra no país tais como: a *Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo pela cidadania e a vida*, realizada em Brasília, em 1995; encontros de discussões com outros movimentos sociais, como o de mulheres e de trabalhadores; além de debates com outras entidades negras. A organização também promove seminários para seus militantes com a proposta de formar novas lideranças negras e realiza atividades para um público mais amplo, composto por estudantes, religiosos, trabalhadores e etc. Não discutiremos sobre todas as ações realizadas pela entidade desde a sua fundação, mas citaremos abaixo alguns exemplos de ações promovidas pela organização com o intuito de ocupar espaços estratégicos para fomentar a luta antirracista.

Ao longo da sua trajetória, a entidade buscou levar suas idéias para espaços privilegiados de discussão política, tais como as universidades. Na década de 2000, a entidade promoveu três edições do seminário intitulado “O Negro na Educação” na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Estes eventos contaram com a participação de pesquisadores, educadores, políticos, sindicalistas da área da educação e pessoas que se destacaram na área no cenário baiano. Com o apoio do Centro de Estudos Afro Orientais, órgão suplementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, a UNEGRO organizou as jornadas do azeite e do ferro, ambas realizadas no ano de 2002, no auditório da biblioteca dos Barris. Esses eventos tinham o objetivo de resgatar e fortalecer a identidade cultural e religiosa do candomblé. Nos anos 2000, a entidade organizou quatro edições do seminário *Exu em Debate: da compreensão à superação da Ignorância*, com o propósito de compreender essa divindade,

resgatar seus verdadeiros atributos e contribuir para a discussão do combate ao racismo e da intolerância religiosa. A quarta edição do evento contou com o apoio da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Vale destacar que a promoção do tema religioso reflete a tentativa de aproximação da entidade com os terreiros de candomblé e suas respectivas lideranças. O combate à intolerância religiosa também é uma bandeira política defendida pela entidade. Embora a UNEGRO possua uma identidade comunista, o que justificaria um afastamento do campo religioso, uma vez que a religião é tida pelos comunistas como produtora de alienação política, a organização tem como uma das suas principais bandeiras a defesa das religiões de matrizes africanas e muitos dos seus membros também são adeptos ao candomblé. Esse aparente paradoxo pode ser explicado pelo contexto histórico no qual a organização foi criada, década de 80, momento em que as organizações negras incorporaram a defesa das religiões afro-brasileiras em seus conteúdos programáticos. Nesse período, essas religiões, mais especificamente o candomblé, foram resignificadas e ganharam *status* de políticas, uma vez que a prática religiosa consistia numa insubordinação sociocultural à elite branca dominadora. Ser adepto declarado do candomblé para os ativistas negros na época não era apenas uma escolha religiosa era, sobretudo, uma opção política.

Os últimos eventos promovidos pela entidade contaram com a participação de professores, pesquisadores, sacerdotes de religiões de matrizes africanas e militantes da entidade. A Universidade Católica de Salvador também foi escolhida para sediar eventos promovidos pela UNEGRO. Em 2005, por exemplo, ocorreu o seguinte debate: “O discurso do Afrodescendente Frente às teorias Racistas”, a partir da exposição do professor Flávio Gonçalves, tendo como debatedores dois coordenadores da entidade. É importante frisar que a ação da organização nos centros educacionais de nível superior não se restringe apenas à promoção de eventos acadêmicos, a entidade também estimula seus membros a disputem as eleições de organização estudantil, nos centros acadêmicos – C.A(s) e nos Diretórios Acadêmicos – D.A(s) dos cursos de nível superior, sobretudo na área de ciências humanas. Num ofício enviado pela entidade a uma empresa de andaimes em 2006, foram solicitadas 02 faixas e 15 camisas para a utilização da chapa 01 na disputa pelo C.A do curso de filosofia na Universidade Católica de Salvador. As ações nas universidades são importantes para evidenciar e fortalecer a organização no cenário sociopolítico baiano e atrair membros com grau maior de qualificação educacional. Ademais, o

apoio dessas instituições e dos seus respectivos professores é fundamental para dar respaldo acadêmico ao discurso político da organização e, por conseguinte, legitimar as demandas reivindicadas.

Outra ação que visa uma significativa repercussão social foi a criação do *Troféu Clementina de Jesus*, criado em 1996 pela organização com o intuito de homenagear personalidades negras que se destacaram nas mais diversas áreas de atuação. Podemos citar entre os homenageados o professor Milton Santos, professor Ubiratan Castro, a ialorixá mãe Stella de Oxossi, o antropólogo Vivaldo Costa, a sindicalista Creusa Maria Oliveira dentre outros notáveis. A organização também estende sua ação a bairros populares soteropolitanos, tais como Paripe e Pernambués. Os eventos são variados, podem ser palestras com temas concernentes à questão negra, realização de shows folclóricos e etc. A participação em editais de seleção para projetos contribui para o fortalecimento das ações da entidade, especialmente nos bairros populares. Um exemplo disso foi a execução do projeto *Ponto de Cultura*¹⁷ do ano de 2006 a 2008 no bairro da Fazenda Grande do Retiro. O objetivo do projeto era capacitar os jovens de faixa etária entre 12 a 21 anos em computação gráfica. Além da proposta de inclusão digital, as atividades incluíam a participação em oficinas de teatro, capoeira, educação ambiental, identidade negra e *hip hop*. Os critérios para participação no projeto eram: ser residente do bairro da Fazenda Grande do Retiro, ser estudante da rede pública de educação e possuir uma renda familiar de até dois salários mínimos. A entidade entrou em contato com a Associação Cultural de Proteção do Patrimônio Bantu – ACBANTU para divulgação do projeto nos terreiros de candomblé situados no bairro. A ação em bairros populares demonstra a preocupação da entidade em ampliar o raio de discussão da questão negra a um público que considera mais penalizado com a discriminação racial.

Atualmente a UNEGRO é uma das organizações sociais responsáveis pela distribuição de cestas de alimentos às comunidades de terreiros em Salvador¹⁸. A entidade busca desenvolver nos terreiros ações que ultrapassem o caráter assistencialista de distribuição de alimentos. Um exemplo disso foi a promoção de um seminário, oportunamente realizado na data marcada pela

52106_____

¹⁷ O Ponto de Cultura é a ação principal do programa do Ministério da Cultura, denominado Cultura Viva. Foi criado na gestão do então ministro Gilberto Gil, em 2004. A finalidade da política é impulsionar ações socioculturais já existentes nas localidades, ou seja, criar condições materiais para o fortalecimento das iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil.

¹⁸ A ação é desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Este programa também atende a outros grupos específicos que se encontram em estado de insegurança alimentar, tais como os indígenas, os quilombolas, as famílias atingidas por barragens, as famílias acampadas e famílias de pescadoras artesanais.

entidade para o cadastramento dos terreiros participantes do programa. O evento supracitado ocorreu em maio de 2012 e contou com a participação de representantes de órgãos públicos, secretárias e autarquias da administração municipal e estadual tais como: a Superintendência de Economia Solidária- SESOL, a Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte- SETRE, a Superintendência de Políticas para as Mulheres- SPM, a Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município – SUCOM, o Instituto Mauá, a Fundação Palmares, o Ministério Público e a Ouvidoria da Câmara municipal. A idéia era servir de intermediação entre estas instâncias formais com as comunidades de santo, que comumente desconhece a atuação dessas instituições. Segundo a idealizadora do encontro, integrante da comissão de distribuição de cestas de alimentos, o objetivo prioritário da organização com esta ação é possibilitar condições de emancipação do povo negro e isso inclui o conhecimento dos meios formais que ele pode utilizar.

Outra ação importante para conceder visibilidade à organização foi sua atuação na Feira de São Joaquim. Em 2004, a entidade organizou o Seminário *Quarenta anos da Feira de São Joaquim*. Dois anos depois, criou uma comissão para intensificar a ação na Feira¹⁹. O intuito era servir de intermediário entre esta e o poder público, a fim de colaborar com a preservação e valorização do espaço que garante a renda de trabalhadores negros. A ação propunha algumas metas:

- Articular ações com vistas a regularização do terreno da Feira de São Joaquim junto ao Patrimônio da União e demais órgãos do governo federal;
- Dialogar com a prefeitura municipal do Salvador a fim de garantir que os feirantes não sejam permissionários e sim proprietários dos seus estabelecimentos comerciais, conforme prerrogativas legais;
- Articular com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia) e Fundação Gregório de Matos ações de reconhecimento da Feira de São Joaquim como patrimônio histórico e cultural;
- Buscar parcerias com a finalidade de elaborar e realizar projetos de requalificação da feira, atendendo os graves problemas de saneamento, segurança alimentar, segurança policial, limpeza, mobilização, armazenamentos de produtos e mercadorias, transportes que prejudicam a vida dos feirantes e afastam os consumidores;
- Promover atividades educativas e culturais com o objetivo de preservar as características originais da feira de São Joaquim;
- Divulgar a importância da Feira de São Joaquim para vida cultural, econômica, social e política de Salvador. (UNEGRO, 2006, grifos nossos)

53106_____

¹⁹ As informações sobre a ação na Feira de São Joaquim foram obtidas através do projeto de intervenção na Feira, realizado pela organização.

Conforme a avaliação realizada pelos próprios ativistas²⁰, a organização conseguiu acompanhar de perto a negociação entre a delegacia do patrimônio da União e a prefeitura municipal em relação à gestão da Feira; também encaminharam a solicitação de transformação da Feira em bem cultural de natureza imaterial junto ao IPHAN. No entanto, não conseguiram manter uma articulação de instituições (UFBA, CREA, IPHAN, IPAC, PETROBRÁS, CAIXA ECONÔMICA) em defesa da Feira, nem realizar uma pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos trabalhadores e dos consumidores dos seus produtos, que segundo a organização seria importante para influenciar a decisão do poder público. Algumas dificuldades foram postas para o não cumprimento das metas, tais como os escassos recursos financeiros da organização e a falta de articulação entre a Secretaria de Serviços Públicos e Prevenção à Violência – SESP e o Sindicato dos Feirantes.

Em junho de 2012, a organização, em parceria com a Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, Sindicato dos Feirantes e Ambulantes de Salvador e da Associação dos Feirantes de São Joaquim, promoveu uma ação intitulada *Viva São Joaquim!*. A proposta era atrair as pessoas para o novo espaço da Feira, haja vista que a mudança de uma parte dos feirantes para o galpão de Águas de Menino diminuiu consideravelmente as vendas²¹. O evento contou com o apoio da Petrobrás, BahiaGás e da Ouvidoria da Câmara Municipal de Salvador. A ouvidora-geral da Câmara Municipal defende, entre outras propostas, o tombamento da Feira de São Joaquim como patrimônio cultural do Brasil. Até o momento, o processo de obtenção do título de Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, conferido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN ainda está em andamento. Vale mencionar que outros atores sociais também estão envolvidos nesse processo, tais como a UFBA, o Sindicato dos Engenheiros, a Fundação Cultural Palmares e a Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.

54106_____

²⁰ Informações obtidas através de um balanço sobre a ação na Feira.

²¹ A mudança foi realizada por conta da reforma do local original da Feira de São Joaquim. A previsão para o término da obra é o primeiro semestre de 2014.

2.2 A Associação de Negros Evangélicos de Camaçari

Conforme Silva (2011), o Movimento Negro Evangélico surge nos anos 70 no interior da igreja metodista, que mais tarde culminaria na criação da Pastoral de Combate ao racismo, que por sua vez contribuiria para formação da Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo – CENACORA. Segundo o autor, várias organizações negras surgiram na década de 80, tais como a Associação Evangélica Palmares, o Fórum de Mulheres Negras Cristãs, a Sociedade Cultural Missões Quilombo e os Negros Evangélicos de Londrina, ambas criadas em 1988. Nos anos 90, surgem mais grupos, destaque para Igreja Revelação Ancestral na cidade de Salvador. Todavia, somente nos anos 2000 há um aumento significativo de organizações negras evangélicas. Em Alagoas, no ano de 2005, surgiu a Pastoral da Negritude da Igreja Batista do Pinheiro. Na Bahia salientamos a criação do Conselho de Negras e Negros Cristãos – CNNC, derivado da Igreja Revelação Ancestral, e a Associação dos Negros Evangélicos de Camaçari, dentre outros. Diferente dos demais grupos evangélicos baianos, a ANEC possui objetivos que ultrapassam os muros da igreja, ou seja, não reivindicam apenas uma revisão do papel do negro no interior das igrejas, mas também lutam por melhores condições de vida para população afrodescendente.

A Associação de Negros Evangélicos de Camaçari- ANEC foi fundada no dia 07 de fevereiro de 2007 por membros de diversas igrejas evangélicas, sendo alguns de seus dirigentes líderes religiosos.

Eu me lembro em fevereiro de 2007, foi quando a ANEC foi fundada e eu estava na igreja. Eu fui chamado por ser uma pessoa do movimento negro tradicional, sempre fui, já tenho mais de 25 anos nessa brincadeira. Aí eu fiquei evangélico em 2004, aí comecei a ver muitos negros na igreja, mas negros despercebidos da realidade extra congregação, da realidade que existia além das paredes da congregação. E comecei a perceber que ou os negros evangélicos de Camaçari tomavam um posicionamento de se firmar como entidade ou nós não teríamos como disputar, no bom sentido, tudo que estava vindo como benefícios para a raça negra. Porque não é uma crítica, só pontuando, aonde você vai hoje, a qualquer entidade da sociedade civil, você encontra 2, 3, 4 adeptos das religiões africanas, mas você não encontra nenhum evangélico. Aí não tem como se disputar espaço dentro dos movimentos sociais, espaço de políticas, se você não está representado. Foi com esse intuito de representar, de trazer, de colocar, dar uma *up* em nós negros evangélicos, destacar este povo [...] a ANEC começou [...] (Informante A, presidente da ANEC).

O objetivo primordial da organização, segundo as próprias lideranças, é despertar a discussão racial no âmbito das igrejas evangélicas, a fim de combater a discriminação racial, cuja manifestação apresenta-se de forma dissimulada entre os irmãos de fé. Desta maneira, suscitar a reflexão sobre a questão racial e discutir como ela é definidora de papéis sociais fora e dentro dos templos evangélicos é primordial para agregar o negro evangélico às reivindicações que ele não entendia como sua. Pois, conforme as declarações dos integrantes da ANEC, as lutas por demandas históricas do povo negro estavam associadas aos negros oriundos de religiões de matrizes africanas. De acordo com estes agentes, os negros evangélicos sofrem dupla discriminação: enquanto negros, eles seriam discriminados dentro da igreja. Eles observam que dificilmente o homem ou a mulher negra ocupa um lugar de destaque, como a orientação do “rebanho”, isto é, poucos se tornam pastores ou pastoras; enquanto evangélicos, eles se sentem discriminados por outros negros.

A ANEC é orientada por um estatuto que estabelece a hierarquia da organização. Há o presidente, o vice-presidente, o secretário geral, a diretoria financeira, a diretoria de eventos, a diretoria de marketing e o Conselho fiscal. A diretoria é composta por doze pessoas, cada uma assume uma pasta, com exceção do Conselho fiscal, que é formado por três conselheiros e três suplentes. A organização é composta apenas por membros evangélicos e possui registro. Suas reuniões acontecem a cada quinze dias em diversos locais, pois a organização ainda não possui sede própria. O grupo se reúne nas igrejas, na biblioteca municipal, em sedes de sindicatos e até mesmo na Câmara Municipal, local em que trabalha o vice-presidente da entidade. Os membros não contribuem regulamente para a sustentação da organização, haja vista que esta não apresenta despesas fixas. Por isso, também não realizam balanços financeiros, a prestação de contas só é realizada quando a entidade recebe alguma doação pelas instituições parceiras. A contribuição dos membros é voluntária e geralmente tem a finalidade de promover eventos, os quais são promovidos, também, a partir de doações de empresários, da prefeitura municipal, da Câmara Municipal, de algumas congregações evangélicas e do Grupo Gay de Camaçari²². Atualmente, a organização conta aproximadamente com 60 membros associados. O presidente da ANEC afirma que a ANNEB e a ANEC possuem mais ou menos a mesma quantidade de membros associados.

56106_____

²² A entidade não é necessariamente uma parceira formal da organização evangélica, mas, por conta da amizade pessoal entre os presidentes das duas organizações, o GGC oferece apoio, se solicitado, a entidade evangélica.

No entanto, não são necessariamente os mesmos filiados, haja vista que os evangélicos que não residem em Camaçari são associados à ANNEB.

A ANEC defende a formulação de políticas públicas para os negros na cidade. A organização reivindica políticas reparatórias nas áreas da saúde, educação, trabalho e segurança. A organização defende a criação de uma Secretaria de Promoção da Igualdade Racial em Camaçari para promover políticas públicas destinadas aos negros. As políticas consideradas prioritárias pela organização são voltadas para as áreas de educação, saúde e segurança. Na área de educação, propõe a criação de cursos profissionalizantes, pois, segundo eles, os negros não conseguem ocupar melhores posições no mercado de trabalho por causa de sua baixa escolaridade. Reivindica um ensino público de qualidade, uma maneira eficiente de o Estado garantir igualdade de oportunidades entre negros e não negros. A violência sofrida pelos jovens negros nas grandes cidades também é denunciada pela entidade. Além desses objetivos mais universais, o grupo expressa interesses particulares. A ANEC pretende despertar nos membros das igrejas evangélicas uma consciência étnica, já que, segundo o grupo, os negros evangélicos não refletem sobre seu lugar no mundo, sobretudo no espaço ocupado dentro das igrejas pentecostais e neopentecostais, a exemplo da carência de líderes religiosos negros nas igrejas. Essa falta de identificação étnica, segundo a ANEC, é devida à ausência de políticas educacionais direcionadas aos afrodescendentes dentro das congregações, essas seriam imprescindíveis para valorização e crescimento intelectual dos indivíduos.

Para atingir seus objetivos políticos, a ANEC utiliza algumas estratégias. A organização busca uma inserção nos espaços sociais e políticos. Por isso, suas ações expressam o intuito de conceder notoriedade à organização na sociedade e, em especial, no próprio cenário dos movimentos sociais, haja vista a necessidade de se apresentar como um novo movimento social negro. Atrair pessoas que gozam de certo prestígio social e financeiro para compor uma rede de solidariedade local foi uma estratégia utilizada por muitas organizações negras ao longo da história dos movimentos negros, como por exemplo, a União dos Homens de Cor, na década de 40 (SILVA, 2003). Por isso, a ANEC convidou para a organização pessoas importantes dentro do próprio segmento evangélico, pois é fundamental para o fortalecimento da entidade a simpatia das lideranças das diversas igrejas e, assim, obter a aprovação para mobilizar evangélicos negros. Desta maneira, os membros da Associação buscaram o apoio de líderes religiosos que fossem sensíveis à causa para iniciarem uma nova discussão dentro das igrejas, suscitando uma reflexão

sobre a condição de negro e de evangélico, ao mesmo tempo. Para começar sua ação dentro das igrejas foi necessário convencer as autoridades religiosas da cidade sobre a relevância da questão do negro nas igrejas, vez que os membros da ANEC reconheciam que, sem o consentimento do Conselho dos Ministros Evangélicos de Camaçari – COMEC, a tentativa de mobilização seria mal sucedida.

A organização também procurou atrair outras lideranças locais não evangélicas para o grupo, como, por exemplo, o presidente da Associação dos Carroceiros da Bahia. O reconhecimento de outras organizações sociais é imprescindível para consolidação do grupo na cidade. Empresários, evangélicos ou não, negros ou não, também são alvo da entidade, uma vez que a organização sobrevive de doações. A ANEC foi fundada em 2007, mas suas primeiras ações ocorreram no ano seguinte. Essas ações tinham o intuito de apresentar a organização para os evangélicos. Atrelado a isso, a organização pretendia ocupar espaços sociais importantes, mas isso só seria possível através do reconhecimento da associação como uma organização de um novo movimento social negro por outros agentes políticos da cidade. Para alcançar este objetivo, um dos seus primeiros esforços foi trazer para seus eventos personalidades políticas, ativistas negros de organizações já consolidadas, tais como a UNEGRO, o Coletivo de Entidades Negras – CEN, o Conselho Nacional de Negras e Negros Cristãos – CNNC, além de autoridades do COMEC. Outro passo importante da organização para se firmar como uma organização do Movimento Negro Evangélico foi a busca pela participação no calendário do ativismo negro e evangélico do município. No ano de 2010, a organização conseguiu desfilar com um trio na Marcha para Jesus²³. Ademais, no mesmo ano, finalmente a organização conseguiu se inserir nas comemorações do novembro negro. No dia 21 de novembro, a organização promoveu um show evangélico para celebrar o dia da Consciência Negra. Em 2011, no dia 19 de novembro, a ANEC também promoveu um show evangélico para celebrar a data.

A ANEC entendia que sua ação em âmbito estritamente local não era suficiente para difundir a bandeira do Movimento Negro Evangélico na Bahia. Por conta disso, firmou uma parceria perene com a Aliança de Negras e Negros Evangélicos do Brasil – ANNEB, organização de expressão nacional, que foi estabelecida na Bahia em 2010. Um dos principais responsáveis pela seção da entidade na Bahia foi o presidente da ANEC, que também preside a ANNEB – BA.

58106_____

²³ A Marcha para Jesus foi instituída por lei em 2005 e é o mais importante evento evangélico do município de Camaçari.

A partir da parceria com esta organização, a ANEC ganhou um novo ânimo para defender e consolidar o Movimento Negro Evangélico em Camaçari, o que permitiu o fortalecimento da ANEC frente a outros agentes políticos da cidade e sua inserção em espaços sociais importantes. Além da ANNEB, a Associação conta com o apoio da Aliança dos Ministros Evangélicos do Brasil – AME, do Conselho dos Ministros Evangélicos de Camaçari – COMEC, da Associação Beneficente da Assembléia de Deus em Camaçari – ABADEC, da Liga dos Evangélicos, que reúne as associações evangélicas de diferentes igrejas do município. Como podemos atestar, as alianças da ANEC foram construídas basicamente no interior do segmento evangélico.

2.3 A Aliança de Negras e Negros Evangélicos do Brasil

A Aliança de Negras e Negros Evangélicos do Brasil – ANNEB nasce no ano de 2007, como fruto de divergências ideológicas entre os ativistas cristãos negros quanto ao conteúdo e o lugar ocupado no interior dos movimentos sociais negros. As lideranças negras cristãs concordam quanto à defesa do cristianismo enquanto religião de matriz africana. No entanto, divergem em outros aspectos ideológicos. Alguns ativistas defendem a adoção de uma postura afrocêntrica e condenam casamentos inter-raciais, como afirmação e prática da vida africana. Enquanto outros acreditam que o referencial africano deve ser menos radical, pois deve haver igualdade entre os diversos povos do mundo. Além do mais, consideram-se brasileiros e não africanos em diáspora. Outra questão que provoca desentendimento entre os ativistas negros é sobre a natureza da mobilização negra evangélica. Há os que acreditam que esta seja mais uma face do Movimento Negro Brasileiro, tido como uma força atuante una, ainda que se admita a heterogeneidade das organizações que o compõe. Enquanto outros alegam que a luta empreendida por negros evangélicos configura-se num novo movimento social negro brasileiro, o Movimento Negro Evangélico. Essas significativas divergências não permitiram uma homogeneidade esperada pelos negros cristãos evangélicos, pois algumas organizações recusam a denominação evangélica e alegam ocupar um lugar no movimento negro brasileiro, como as demais organizações que defendem os interesses do povo negro.

A proposta de criação de uma organização evangélica nasceu no Fórum de Lideranças Negras Evangélicas que aconteceu em 2003, na Catedral da Igreja Presbiteriana Independente em

São Paulo. Esse evento foi construído por membros de diferentes denominações religiosas com o propósito de realizar uma mobilização de negritude nas igrejas. De acordo com Silva²⁴ (2011), o evento suscitou diversas atividades, culminando com a apresentação do *Manifesto Somos Afrodescendentes e Evangélicos sim*, apresentado no Congresso Brasileiro de Evangelização – CBE, em Belo Horizonte, no ano de 2003. Conforme o autor, neste período surgiu uma comunidade no site de relacionamento *Orkut*, denominada Negros Cristãos, local de discussão virtual que ficou popular e aglutinou negros evangélicos de vários estados do Brasil. Diante do intenso interesse e participação, surgiu a ideia de construir um Encontro Nacional. Segundo Silva, um membro da Bahia, teólogo e historiador, liderou as atividades de promoção do evento, para tanto sugeriu a criação de uma organização nacional forte, capaz de contemplar todos os estados do Brasil. Com este propósito, nasceu o Conselho Nacional de Negras e Negros Cristãos – CNNC. Entretanto, a organização criada na Bahia, tinha uma proposta diferente da apresentada do Fórum de Lideranças Negras Evangélicas. Enquanto esta pregava a supressão do racismo e o resgate da discussão racial nas igrejas, o CNNC defendia uma base pan-africanista e afrocentrada.

No Encontro Nacional, ocorrido em Salvador no ano de 2007, as diferenças de ideias defendidas pelo CNNC, divergentes da proposta original, causaram uma divisão dentro do grupo. Além da ótica pan-africanista e afrocentrada, o CNNC não aceitava ser incorporado ao Movimento Negro Evangélico, em vez disso, acreditava pertencer ao Movimento Negro. Os membros dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro não compartilhavam a mesma opinião, ao contrário, entendiam o Movimento Negro no plural, sendo assim o Movimento Negro Evangélico – MNE é mais uma expressão deste heterogêneo “Movimento”. Havia também outras discordâncias importantes, o CNNC não defendia a brasilidade como os demais participantes do evento, a visão do grupo era construída através do afrocentrismo e pan-africanismo. E mais, mostrava-se contrário a relações inter-raciais. Diante da incompatibilidade de ideias, evangélicos de diversos estados reuniram-se pra formar uma nova organização, capaz de recuperar a proposta original de mobilizar e aglutinar evangélicos negros de todo Brasil em defesa da negritude. Por conta disto, inicialmente, o CNNC²⁵ ficou restrito apenas ao estado da Bahia. Conforme Silva

60106_____

²⁴ Hernani Francisco da Silva atualmente é secretário executivo da Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo-CENACORA, gestor da rede social *Afrokut* – Rede de Negras e Negros Cristãos. Em 1988, fundou a Sociedade Cultural Missões Quilombo, com o objetivo de modificar a maneira que as igrejas evangélicas tratam a cultura negra.

²⁵ O CNNC, não possuía objetivos políticos no que diz respeito à ação do Estado, pois a preocupação primordial do grupo é lançar uma concepção afrocentrada do cristianismo, isto é, demonstrar que o cristianismo primitivo é de

(2011), este foi o primeiro *cisma* dentro do Movimento Negro Evangélico. Então, a ANNEB foi resultado de um cenário de disputas ideológicas.

A ANNEB seção Bahia nasceu da articulação do presidente da ANEC, filiado à ANNEB, com outras lideranças negras evangélicas do estado. Com o propósito de dar notoriedade ao Movimento Negro Evangélico e reclamar políticas públicas para este segmento, o presidente da ANEC, assim como os demais membros da entidade, procura participar de espaços que discutam políticas públicas para os afrodescendentes. Assim, num Fórum de Gestores de Promoção da Igualdade Racial conheceu outros ativistas negros evangélicos e, após algumas discussões, resolveram trazer uma filial da ANNEB para a Bahia, a fim de impulsionar o Movimento Negro Evangélico no estado ²⁶. Segundo o ativista, o processo de negociação e articulação com a sede da entidade em Brasília durou cerca de seis meses. O presidente da ANEC foi escolhido para presidir a nova organização baiana por sua experiência no Movimento Negro Evangélico, obtida através da atuação na ANEC. O vice-presidente da organização também é um dos dirigentes da ANEC e foi selecionado pelo mesmo motivo exposto acima. Por esta razão, inicialmente a ação da organização concentrou-se na cidade de Camaçari. Nos mesmos moldes da ANEC, a entidade busca atuar dentro e fora do segmento evangélico. Uma combinação de ação necessária para fortalecer o Movimento Negro Evangélico e por fim receber benefícios das políticas públicas.

A ANNEB é formada por pessoas físicas e/ou jurídicas, evangélicas, com identidade negra. Todavia, vale ressaltar que a organização é aberta para membros não negros e não evangélicos desde que essas pessoas se disponham a discutir as questões raciais, cristãs e sociais dentro e fora das igrejas. A organização é coordenada por uma Executiva Nacional que é formada por uma diretoria e pelos presidentes indicados em cada filial estadual. As decisões tomadas pela diretoria nacional são resultados de deliberações das assembleias realizadas com

matrizes africanas. Tal preocupação fica evidenciada pelo fato do idealizador do CNNC ter criado uma igreja negra em 1992, chamada de Igreja da Revelação Ancestral. Segundo Silva, a igreja era sustentada pelo próprio fundador e apresentava um discurso radical contra as tidas igrejas brancas cristãs e a favor de uma construção de uma identidade negra fortalecida por uma teologia afrocentrada. Contudo, a Igreja fechou as portas ainda na década de 90. Em novembro 2008, o presidente da CNNC funda uma nova igreja, chamada Comunidade Pan Africanista de Tzion – COPTAZION, esta também é alicerçada sobre as mesmas bases da organização, ou seja, pan africanista e afrocentrada. De acordo com esta concepção, tanto as igrejas evangélicas quanto as católicas omitiram a verdade sobre os antepassados africanos, que formavam as verdadeiras comunidades primitivas cristãs.

²⁶ Foi criado pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI, em 2007, com o objetivo de criar um espaço de diálogo entre o Estado e os municípios, a fim de criar estratégias para implementação de políticas de promoção da igualdade. Atualmente, o Fórum conta com a participação de 28 municípios.

participação mínima de 25% dos membros ativos e nomeados. O grupo diretor se reúne trimestralmente em locais previamente divulgados pela comissão de Comunicação, Cultura e Marketing, ou em espaços virtuais. Cada ANNEB estadual terá um Conselho estadual e uma diretoria composta pelas seguintes comissões, são elas: de Políticas de socialização e bem estar social; da Infância, adolescência e juventude; Ministerial; de Gênero; de Comunicação, Cultura e Marketing e Administrativa. Cada filial estadual possui um CNPJ da cidade que a abriga e é regida por um estatuto único da organização. Atualmente a ANNEB está presente nos estados de São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia.

A posse da diretoria da ANNEB-BA, assim como a sua oficialização, aconteceu no dia 16 de julho de 2010 na Câmara de Vereadores de Camaçari. Após mais uma edição da palestra *Protestantismo: a religião mais negra do Brasil!*, os membros da diretoria foram apresentados e convidados para receberem uma prece dos presentes, a maioria evangélicos, como uma forma de parabenizá-los e fortalecê-los para a nova missão enviada por Deus. O palestrante convidado foi o atual presidente do CNNC, que é filho do fundador da organização. Embora, o CNNC afirme que não faz parte do Movimento Negro Evangélico, mantém boas relações com a ANEC e com a ANNEB. A diretoria da ANNEB – Ba é composta por nove pessoas: o presidente, o vice-presidente, os diretores das comissões e um membro do Conselho estadual. Por não possuir sede própria, as reuniões mensais são realizadas em diversos espaços na cidade de Camaçari e no município de Salvador. Na primeira acontecem nas igrejas ou na biblioteca municipal, em Salvador ocorrem na sede do CDCN²⁷. A maioria das reuniões acontece em Camaçari. Há uma discussão interna sobre a localização da futura sede da entidade. Alguns membros entendem que esta deve ser em Salvador para dar mais visibilidade à organização e ao Movimento Negro Evangélico. No entanto, a maioria defende que a sede deve ser fixada em Camaçari, pois é o lugar onde o Movimento Negro Evangélico é mais forte. Além disso, a maioria do atual quadro de diretores pertence a esta cidade. Por conta disso, as decisões continuam centralizadas em Camaçari até a decisão definitiva sobre a questão.

Até o momento, a contribuição mensal dos membros associados não é obrigatória, pois ainda não está prevista em estatuto. A direção nacional defende que a organização necessita

62106

²⁷ A organização evangélica não compõe a entidade, mas devido à amizade pessoal do presidente do grupo evangélico com outras lideranças de organizações negras, tais como a CONEN e o CEN, que integram o CDCN, o grupo possui autorização para realizar reuniões no local. Segundo o presidente da ANNEB, é o único grupo evangélico que consegue a permissão para realizar reuniões no local.

aperfeiçoar os instrumentos legais que a rege para tomar esta iniciativa. Por isso, somente os diretores do grupo contribuem para as atividades organizativas. É importante salientar que esta contribuição é voluntária e esporádica, geralmente quando a entidade promove eventos. A organização é mantida pelo apoio de algumas entidades parceiras no segmento religioso e fora dele, através do Grupo Gay de Camaçari – GGC, doações de empresários locais e, sobretudo do apoio do governo local. A organização não realiza balanços financeiros mensais, uma vez que não possui receita fixa. Em ocasião de promoção de eventos, a organização envia à diretoria nacional um relatório, discriminando os custos e os patrocínios recebidos. Atualmente, a organização conta com aproximadamente 60 membros registrados, a maioria reside em Camaçari.

Assim como para as demais organizações estudadas, a falta de recursos financeiros também é um problema enfrentado pela organização, pois não pode manter uma receita fixa para manter uma sede. As atividades do grupo dependem da doação da prefeitura e de alguns patrocinadores, o que impede a organização de implementar alguns projetos para o público negro evangélico. Algumas despesas são custeadas pelo próprio presidente, a exemplo da criação do blog da entidade na internet e do aluguel da sede do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Camaçari – CDCN. O ativista considerava o blog um instrumento necessário para manter um diálogo com os filiados da organização, além de divulgar a entidade do grupo para todo o Brasil. A atitude deste em arcar sozinho com os custos de algumas despesas da organização exemplifica o argumento de Olson, segundo o qual determinados benefícios coletivos podem ser obtidos através de um custo baixo em comparação às vantagens proporcionadas por este mesmo bem. Por isso um indivíduo sozinho pode arcar com o custo da ação por considerar que os ganhos trazidos por esses benefícios são maiores do que sua falta. Podemos acrescentar também aos benefícios comuns conquistados pela organização, os benefícios individuais, tais como: *status*, prestígio e reconhecimento social que podem ser almejados com intensidade diferente entre os membros da organização.

Para atingir seus objetivos políticos, a organização promove ações para conseguir inserção nos espaços sociais e políticos, pois o acesso a esses espaços pode reforçar sua identidade enquanto organização negra evangélica e fortalecer o Movimento Negro Evangélico como um ator importante na luta da promoção da igualdade racial na Bahia. Para tanto, a organização busca um diálogo com as entidades negras já consolidadas no jogo político local, tais como a UNEGRO, o CONEN e o CEN. A interação com essas organizações é primordial para o

coletivo participar das principais discussões promovidas pelos movimentos negros baianos. A ANNEB não interage com outros grupos de movimentos sociais distintos, o que reforça a concepção de isolamento acometido ao Movimento Social Negro. Segundo Domingues (2008), os movimentos negros possuem um relativo sectarismo racialista e necessitam fomentar alianças com outros setores progressistas da sociedade para que haja conquistas importantes na luta antirracista. Contudo, a organização busca o apoio de pessoas que possam contribuir direta ou indiretamente com a ampliação do debate sobre o negro e a religião cristã. Por isso, a ANNEB conquistou o apoio de um padre da cidade. A organização acredita que a igreja católica possua uma experiência maior na militância negra e possa contribuir significativamente com a discussão. O grupo argumenta que a participação da Igreja católica no Movimento Negro Evangélico também poderia suscitar o interesse dos líderes evangélicos pela questão racial. Uma vez que sempre há uma disputa tácita entre essas denominações cristãs. Para o grupo, a inserção no meio religioso é mais difícil do que qualquer outro pela resistência das autoridades religiosas com o tema.

De fato, a ANNEB herdou as parcerias políticas da ANEC. Ademais, conta com a mesma rede de solidariedade da organização parceira, formada no interior do segmento evangélico. Então, a Liga dos Evangélicos, a Associação Beneficente da Assembléia de Deus em Camaçari – ABADEC, o Conselho dos Ministros Evangélicos de Camaçari – COMEC e a Aliança dos Ministros Evangélicos do Brasil – AME também apoiam a ação da ANNEB no município. Entretanto, a parceira mais importante para a ação política da entidade foi a aliança construída com a ANEC. A aproximação com a ANEC foi resultado da intermediação de dois diretores da ANNEB que também compõe a diretoria da ANEC. Acrescenta-se a isso, o fato de a organização ser o único grupo negro evangélico da cidade de Camaçari.

A maioria dos membros da ANNEB é filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Sendo assim, o coletivo, em parceria com outras entidades negras evangélicas, tentaram trazer a discussão do Movimento Negro Evangélico para o partido político. EM 2011, entre os dias 14 a 16 de maio, a ANNEB participou do *Encontro Nacional de Negras e Negros do Partido dos Trabalhadores*, em Brasília. No encontro, o presidente da ANNEB – Ba, que ocupa também o cargo de 2º secretário na direção nacional, encontrou com os membros da ANNEB – DF e decidiram reunir outros evangélicos que ali estivessem representando suas entidades a fim de elaborar uma carta aberta para ser apresentada ao grupo de trabalho *Religiões de Matrizes*

Africanas. A aceitação da carta pelo grupo de trabalho foi facilitada pelo fato de o presidente da ANNEB – Ba ter boas relações com outros filiados que estavam presentes no GT. O resultado da ação foi o estabelecimento do tema da diversidade religiosa nos próximos encontros, com o intuito de demonstrar que existe a presença de negros e negras em religiões que não sejam o candomblé e a umbanda. Na carta, os negros evangélicos do Partido dos Trabalhadores afirmam sua identidade evangélica, defendem um diálogo inter-religioso com negros de outras religiões, e propõe uma união dos afro-brasileiros, sem levar em consideração seu credo, para combater o racismo e a desigualdade no Brasil. Assinam essa carta, além da ANNEB – Ba, a ANNEB – DF, o Movimento Evangélico Progressista – MEP e a Associação de Negros Evangélicos de Camaçari – ANEC.

Outra estratégia para tornar a causa dos evangélicos negros conhecida é o uso da internet. As redes sociais, evangélicas ou não, têm se tornado uma boa ferramenta estratégica para ação política das organizações, além de divulgarem suas atividades, tais como palestras, passeatas, shows e etc., o coletivo expressa sua posição diante os acontecimentos sociais e políticos. A exemplo, o presidente da ANNEB/ANEC divulgou uma nota de apoio e apreço ao projeto da deputada estadual Luíza Maia, que visa proibir o Estado da Bahia de financiar artistas que depreciem a mulher em seus trabalhos. As redes mais populares, tal como o *Facebook*, são mais utilizadas para pôr as entidades em evidência, enquanto nas redes evangélicas, a exemplo do *Afrokut*, *Wiki Negritude Cristã* e páginas na Internet, como o Blog da União Evangélica Brasileira, as publicações parecem ter o objetivo de atrair e mobilizar evangélicos para as atividades do grupo. Aliás, esta é uma das dificuldades enfrentadas pela entidade. Conforme os membros do grupo, os evangélicos não foram estimulados a refletir sobre sua condição de negro nas igrejas. Acrescenta-se a isso o desinteresse dos evangélicos por assuntos considerados “mundanos”. As autoridades religiosas negam o racismo no interior das congregações religiosas e acreditam que tal discussão poderia trazer um sentimento de ódio e divisionismo entre os irmãos de fé, um risco para a unidade dos evangélicos.

2.4 Considerações sobre o capítulo apresentado

Todas as organizações estudadas apresentam uma organização interna constante, capaz de estimular a ação coletiva. Contudo, as entidades reclamam da deficiência material e de recursos financeiros. As organizações estudadas utilizam os mesmos meios para obtenção de recursos que suas antecessoras. Assim, seus recursos financeiros são provenientes da contribuição individual de seus membros e do auxílio de sindicatos, centros religiosos, igrejas, partidos políticos e etc. As organizações de orientação evangélica queixam-se da falta de uma sede onde possam se reunir frequentemente, abrigar materiais produzidos pelo grupo, receber convidados, ter acesso a computadores, telefone, internet, funcionários para o atendimento ao público etc. Por conta da escassez de recursos financeiros nas organizações estudadas, muitas vezes os membros da própria direção arcam com os custos da ação coletiva. Para os associados das entidades, a contribuição para as atividades da organização é voluntária, mas os dirigentes afirmam que ela é praticamente inexistente. A justificativa comum das organizações a esse impasse é que os filiados não possuem recursos financeiros para custear as despesas da entidade, condição que dificulta a participação constante em eventos promovidos pelo grupo.

Do exposto, identificamos que as organizações negras pesquisadas possuem objetivos universalistas. Todas compartilham o propósito de lutar pelo fim das desigualdades de origem racial no Brasil, em particular na Bahia. De modo geral, as áreas de educação, saúde e segurança aparecem como temas recorrentes entre as reivindicações realizadas pelas organizações negras. No entanto, as entidades evangélicas apresentam alguns objetivos particulares haja vista que se encontram em processo de consolidação política, possuindo, antes de tudo, a tarefa de construir um discurso político convincente, capaz de mobilizar os seus pares na luta empreendida. As organizações demonstram estarem afinadas com as discussões produzidas nos encontros internacionais, assim como suas orientações. Por conta disso, as entidades negras baianas constroem uma agenda comum a partir de documentos internacionais, tais como a Declaração e o Plano de Ação de Durban, revisto em 2009. Nos encontros também são definidos a bandeira de luta que deve ser empreendida a cada ano. É importante salientar que a formação de uma agenda comum não impede a construção de agendas de lutas próprias, de acordo com as questões que as

organizações considerem prioritárias na defesa da igualdade racial na realidade social onde elas estão inseridas.

As organizações negras pesquisadas preservam algumas características de atuação com as suas antecessoras do período anterior à fase contemporânea. A preferência pela área de educação como bandeira política é um exemplo disso. O anseio por um Movimento Negro nacional ainda está presente nas organizações contemporâneas. Todavia, a fragmentação dos movimentos negros ainda é uma característica marcante que perpassa toda a trajetória de luta de mobilização negra no Brasil. As organizações estudadas também apresentam algumas características que estudiosos assinalam como importantes para distinguir os movimentos negros no período contemporâneo. Em nossa pesquisa, percebemos que a atual relação entre o Estado e Movimentos Negros é predominantemente de cooperação. O Estado não é visto como opositor natural dos movimentos, sobretudo se o Estado for governado por partidos políticos com orientação de esquerda. A aproximação das organizações e seus membros com os partidos de esquerda se acentuou a partir do período de redemocratização do país. Acrescenta-se a isso uma tendência de institucionalização das suas demandas. As organizações pesquisadas encaminham suas demandas ao poder público por meio formal, o que não significa que as organizações contemporâneas abriram mão dos protestos de rua em seus repertórios de ação, como podemos observar na atuação política da UNEGRO. Todavia, as organizações evangélicas criadas mais recentemente não utilizam tais recursos estratégicos. É necessário mais estudos sobre o processo de institucionalização dos Movimentos Negros no Brasil para identificar se de fato os protestos de rua perderão o protagonismo no repertório de ação coletiva dos grupos negros.

A burocratização, apontada como uma tendência contemporânea pelos estudiosos dos movimentos negros, não foi identificada de maneira acentuada entre as organizações estudadas. Não existe uma rígida rotina burocrática a ser seguida, muito menos percebemos um processo de profissionalização da militância. Uma estratégia utilizada pelas entidades, presente em outras fases dos movimentos negros, é a escolha de pessoas com certa relevância social para compor o quadro da organização como maneira de conceder notoriedade e prestígio a essas. O retorno às raízes africanas, presente desde a década de 70, pôde ser percebido nas organizações estudadas, especialmente na UNEGRO, com a defesa do candomblé como bandeira política. As organizações evangélicas também retomam a África em seu discurso político. A ANNEB reforçou o discurso já defendido pela ANEC, porém sem muita ênfase, de que o cristianismo é

uma religião de matriz africana, situação que possibilitou uma maior “africanização” da ANEC, ou seja, uma maior valorização da África em seu discurso, interessante para promover uma maior aproximação com os demais grupos negros que desde a década de 70 “africanizaram-se”. Vale mencionar que essa “africanização” no Movimento Negro Evangélico é uma tendência pouco sentida, vez que as organizações evitam posições que possam ser consideradas no segmento evangélico como radicais. O isolamento político apontado como problema nos movimentos negros contemporâneos também pôde ser observado nas organizações pesquisadas.

CAPÍTULO 3: DIALOGANDO COM OS ACHADOS DA PESQUISA: UMA TENTATIVA DE CONCILIAR EMPÍRIA E TEORIA

Este capítulo busca apreender a dinâmica interna das organizações estudadas para construção da ação coletiva. Por isso, é necessário sabermos como as organizações definem as questões que norteiam sua ação política, como as decisões são tomadas pelo grupo e que membros participam da tomada de decisão. Ademais, é imprescindível conhecermos os arranjos organizacionais, assim como as condições materiais disponíveis para atuação política destes agentes. Vale salientar que as ações construídas pelas organizações negras também são resultados das suas interações com o universo sociopolítico em que estão inseridas, e que a expressão de suas preferências pode influenciar na escolha das suas parcerias políticas. Para analisar as questões postas acima, pretendemos recuperar as contribuições de Olson (1966) e Sartori (1984), respectivamente, quanto aos problemas impostos à ação coletiva e ao processo de tomada de decisão. Concomitantemente, tentaremos perceber se as organizações negras estudadas apresentam características que possam ser associadas aos Movimentos Negros Contemporâneos.

Frequentemente, a história dos movimentos negros no Brasil é contada através do estudo das organizações que compõe esse movimento social. Na prática política, a atuação das organizações de movimentos sociais confunde-se com o próprio movimento social que elas constituem embora, em termos conceituais, apresentem singularidades. Este trabalho não pretende interpretar os movimentos negros através do desdobramento das ações das organizações sociais, mas entender como elas constroem a ação coletiva, buscando perceber os limites e as possibilidades das suas atuações. Diante do propósito da pesquisa, levantamos uma hipótese de pesquisa explicitada na introdução deste trabalho que indica que clivagens raciais, religiosas e político-partidárias constituem entraves para a consolidação de alianças políticas entre as organizações do movimento negro. Ressalte-se que o trabalho não propõe um estudo comparativo entre as organizações, pois pretende compreendê-las em sua singularidade.

Para testar a hipótese de pesquisa, fez-se necessário tentar responder as indagações propostas pela pesquisa, a saber, como as organizações negras estudadas constroem suas ações coletivas? Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelas organizações estudadas para consecução de seus interesses comuns? Como variáveis étnicas, religiosas e partidárias

repercutem sobre as ações dessas organizações? Por isso procuramos nas entrevistas, nas observações diretas e nos documentos selecionados, as ações executadas pelas organizações, sejam essas tentativas de inserção no meio acadêmico, nas esferas de decisão, nos espaços religiosos, bem como, as dificuldades impostas à construção da ação coletiva e indicativos de formação de alianças, ou ausência destas para a concretização das ações. Embora a UNEGRO e a ANNEB possuam expressão nacional, nós nos limitamos a estudar sua atuação apenas no âmbito local. Conforme frisado, a pesquisa não pretende avaliar os resultados das ações, haja vista a dificuldade de identificar o sucesso de um determinado movimento social pela atuação particular de uma ou mais organização que o constitui. Como nos lembra Tarrow (2009, p. 205) “(...) embora seja possível relacionar os resultados com os esforços dos movimentos, não é fácil identificar quais ações causaram um resultado específico. Precisamos acrescentar as vozes dos ativistas o impacto da opinião pública, os grupos de interesse, os partidos e os executivos como causas potenciais dos resultados que interessam aos movimentos”. Além do mais, a própria concepção de sucesso é relativa, pois “o sucesso para muitos movimentos, pode consistir mais em estabelecer uma identidade coletiva do que conquistar sucesso político.” (MELLUCCI, 1996; PIZZORNO, 1978 apud TARROW, 2009, p. 205).

O material empírico será iluminado com base em quatro categorias analíticas recuperadas a partir da literatura discutida ao longo do texto, a saber, tomada de decisões, custos internos, riscos externos e preferências desiguais; institucionalização e burocratização; mobilização dos membros e incentivos seletivos; alianças e as clivagens raciais, partidárias e religiosas. O trabalho assume que, mesmo insuficiente, a escolha por essas categorias revelou-se importante para a compreensão dos resultados da pesquisa, demonstrando potencial para responder as questões colocadas, bem como, para testar a hipótese construída. Assume, também, que a análise se mostrou refém da necessidade da busca de detalhes e informações pontuais, por vezes repetitivas, óbice que dificulta uma leitura linear do texto, mas que se mostrou pertinente para seu entendimento diante das dificuldades metodológicas já explicitadas.

3.1 Tomada de decisões, custos internos, riscos externos e preferências desiguais

Do ponto de vista da definição de prioridades das entidades e de como se processa a tomada de decisões, a pesquisa identificou que a coordenação estadual baiana da UNEGRO, a partir do final da década de 90, passou a realizar um seminário anual interno para estabelecer as diretrizes de ação da entidade no qual ficou decidido que as coordenações temáticas apresentariam uma proposta de atuação a ser realizada durante o ano corrente. Antes, os coordenadores de cada pasta junto às suas respectivas comissões discutiriam suas prioridades específicas. Com a expansão da organização para o interior e, por conseguinte, a necessidade de formação de coordenações regionais, estas também passaram a participar do seminário de planejamento. As coordenações ao prepararem o trabalho, deveriam levar em conta o estatuto da organização e as deliberações expressas no último congresso nacional da entidade, que poderiam ser incorporadas, complementadas e até mesmo alteradas de acordo com a realidade de cada estado. A preparação do I Congresso Nacional, pensado com o objetivo de lançar orientações de ação para entidade, ocorrido em 2000, motivou a criação da proposta de realização de seminários anuais com o mesmo objetivo em âmbito estadual. A partir daí seriam selecionados os assuntos primordiais de cada pasta e estabelecido o plano de ações e metas da entidade.

Embora os seminários sejam fundamentais para nortear as ações desenvolvidas pelo grupo, a conjuntura política é muito importante para a escolha de prioridades. Um exemplo disso foi a adoção da luta em defesa do sistema de cotas nas universidades públicas baianas, assim que a Universidade Estadual da Bahia – UNEB acenou com a possibilidade de implantação deste sistema, que seria instituído em 2002. Ademais, podem ocorrer eventos que suscitem a atenção das organizações negras criando uma nova agenda de ação. Nem sempre as metas são alcançadas com satisfação, embora tal problema não seja verificado apenas na coordenação estadual baiana, pois a organização em nível nacional também enfrenta a mesma dificuldade, como expressa o documento elaborado pela organização no 4º Congresso Nacional realizado pela entidade, o qual estabelece como meta um plano de finanças capaz de garantir a sustentabilidade e o funcionamento da organização.

A UNEGRO na Bahia possui oito pastas temáticas, com dois dirigentes em cada pasta, cuja tarefa principal é desenvolver ações em suas respectivas áreas, trabalho compartilhado com

outros militantes. A composição de comissões não está restrita apenas no planejamento anual das ações políticas, mas presente em todo processo de construção da ação coletiva desenvolvida pela entidade. Com a posse de uma nova coordenação estadual, os respectivos dirigentes convidam os militantes a compor uma comissão a partir da sua afinidade com o tema da coordenação, geralmente militantes mais engajados os quais já assumiram a direção da coordenação estadual em outro momento. Não há um número estabelecido de pessoas que pode participar da comissão, nem é proibido que uma mesma pessoa se dedique a mais de uma comissão. No entanto, a média de participação regular é de quatro pessoas em cada comissão, situação que pode variar em função da natureza da ação que a coordenação vai construir.

As reuniões da entidade ocorrem a cada quinze dias. Embora sejam abertas a toda militância, os frequentadores são normalmente os coordenadores e os militantes mais engajados, que em sua maioria compõem as comissões. Estas podem se reunir independentemente dos encontros do coletivo, mas não há uma frequência de reuniões previamente estipulada, podendo acontecer de acordo com o entendimento da necessidade pelos integrantes. Algumas comissões temáticas podem se reunir mais que as outras. Isso varia de acordo com a dinâmica interna de cada coordenação, além da disponibilidade individual de cada militante. Ainda que a UNEGRO adote a formação de comissões para dinamizar o andamento das ações da entidade, nem sempre funcionam regularmente.

As decisões referentes às estratégias políticas são sempre tomadas pela coordenação estadual, pois, segundo os próprios coordenadores, a organização se tornaria inoperante caso necessitasse reunir o corpo da militância para tomar decisões. O conjunto da militância geralmente participa das atividades desenvolvidas pelo grupo dirigente, sejam cursos, seminários, congressos etc. No interior da coordenação estadual, a tomada de decisão acontece de forma descentralizada, haja vista que cada coordenação temática e suas respectivas comissões possuem autonomia. Contudo, essa autonomia é relativa, pois qualquer ação planejada por uma pasta deve ser submetida ao coletivo. Entretanto, no cotidiano da organização, muitas vezes os coordenadores e os membros das comissões apenas comunicam aos demais uma decisão já tomada em relação a um determinado assunto, pois há situações em que não é possível aguardar a reunião coletiva, ou até mesmo consultar os pares. Geralmente são questões referentes à sua própria pasta e sem tanto peso estratégico. Uma vez que assuntos tidos como vitais para entidade são discutidos por toda a coordenação, a responsabilidade dos erros e dos acertos deve ser

compartilhada por todos. A autonomia relativa de cada pasta favorece a dinâmica de funcionamento da organização.

O processo da tomada de decisão, seja no interior das comissões, seja nas reuniões da coordenação estadual, é consolidado pelo consenso e busca de superação das divergências sobre uma determinada questão. Na UNEGRO, uma forma de escapar desse dilema é a tentativa de convencimento do outro ou dos outros até que todos alcancem um entendimento comum sobre a questão. Então, aqueles que divergem tentarão convencer seus opositores e os demais do grupo, sobre a pertinência da sua opinião até a aceitação geral do coletivo. Raramente uma questão é posta em votação, isso só ocorre se a decisão em questão suscitar muita disputa interna, situação geralmente evitada, pois pode trazer mal estar entre os membros, sobretudo àqueles que terão sua proposta derrotada.

Na militância da UNEGRO é assim, vai à base do convencimento mesmo, a gente vai discutindo, vai se esgotando, vai apresentando argumentos, vai travando debates até a gente chegar a um consenso, é natural a gente passar muito tempo ali, até extrapolar o tempo, discutindo e dialogando, mas a gente busca um consenso ao final da reunião. Alguém consegue convencer o outro de aquele caminho é melhor, é assim que funcionam as reuniões da UNEGRO. (Informante B, coordenador jurídico)

O processo de tomada de decisão da UNEGRO nos leva a refletir sobre a sugestão dada por Sartori de equilibrar os custos internos e os riscos externos que envolvem o processo decisório. Para o autor, além do número de participantes envolvidos na tomada de decisão, a forma de recrutamento e as regras para definição das escolhas são imprescindíveis para garantir o equilíbrio entre os riscos, uma vez que os riscos externos variam mais com a forma de selecionar os indivíduos do que outras variáveis. Diante disso, observamos que na UNEGRO, ainda que as decisões mais estratégicas precisem ser aprovadas pela coordenação estadual, o espaço concedido nas comissões para ação dos membros atenua os riscos externos, isto é, o risco daqueles que recebem a decisão uma vez que a participação das comissões é aberta a qualquer militante da entidade. Não há nenhum tipo de critério para composição das comissões, além da afinidade pessoal do indivíduo com o tema. Ademais, a busca pelo consenso nas discussões indica uma tentativa de redução dos custos internos.

Conforme Sartori, a intensidade das preferências dos decisores também deve ser levada em conta na escolha das decisões, pois toda questão desperta um grau de interesse desigual entre os indivíduos, e essa parece ser a razão da existência de acordos no interior de alguns grupos

decisórios, designados por Sartori como comitês. Esses possuem três características elementares: trata-se de um grupo pequeno com interação face a face, é institucionalizado e decide de forma contínua sobre as questões decisórias. As características das comissões formadas na UNEGRO são próximas aos comitês descritos por Sartori. As comissões temáticas da entidade são grupos pequenos, duráveis e costumam decidir de forma contínua. A busca pelo consenso presente na tomada de decisão da UNEGRO parece validar a análise de Sartori, haja vista que um ou mais indivíduos serão mais eficientes no convencimento do outro, por isso eles devem ser mais intensos em sua defesa, e, sobretudo, mais persistentes em seus propósitos até obter a aprovação de todos.

Sartori adverte que o indivíduo que cede numa determinada decisão espera ser recompensado numa outra situação, evitando maior desgaste entre os integrantes do grupo, situação que indica a possibilidade de que o resultado da decisão seja de soma positiva, isto é, vantajosa para todos. As comissões da UNEGRO atendem a proposta de Sartori de equilibrar os custos internos decisórios e os riscos externos a tomada de decisão com mais eficiência que os comitês, pois estes precisam apelar para o sistema representativo para atender àqueles que não foram agregados aos comitês. Nas comissões, em tese, o número de participantes é ilimitado e a responsabilidade sobre a participação recai sobre o próprio indivíduo, o que diminui as chances deste reclamar das escolhas das decisões adotadas pelo grupo. Assim, o processo decisório adotado pela organização tenta contemplar a participação de todos os seus membros e atender as reivindicações mais intensamente preferidas pelas minorias em comparação à utilização do princípio da maioria para escolha das decisões.

A diretoria da ANEC é formada basicamente por homens, a maioria com ensino superior incompleto, faixa etária de 40 anos, casados e filiados a diversos partidos (Partido Republicano Brasileiro, Partido dos Trabalhadores, Partido Verde, Partido Social Cristão e Democratas). Não obstante a diversidade político-partidária dos membros, as decisões são tomadas pelo grupo sem grandes embates. Para ANEC, assim como para a UNEGRO, a observação da conjuntura política é muito importante para escolha das prioridades. Os acontecimentos do meio evangélico, por sua vez, merecem atenção especial da entidade, uma vez que as bandeiras defendidas pelo grupo também refletem os anseios do segmento evangélico do município. Os diretores da organização pertencem a diversas denominações pentecostais e neo-pentecostais e cada qual traz informações a respeito das suas experiências e dificuldades vividas enquanto negros nas igrejas em que são

membros, bem como, nas comunidades em seu entorno. As questões são discutidas nas reuniões do grupo e, a partir disso, são planejadas as ações mais pertinentes. Apesar da existência de distintas pastas, definidas por assuntos específicos, raramente um diretor da pasta planeja ou decide uma ação sozinho. Geralmente, um diretor sugere uma pauta e esta será discutida por todos aqueles que compõem a diretoria. Os demais militantes não participam das reuniões e tampouco decidem sobre os rumos da organização. Vale mencionar que não há nenhuma proibição quanto à participação dos filiados nas reuniões da organização.

A delimitação de obrigações de cada diretoria, atribuída a um determinado responsável, passa a ser meramente formal, pois todos os doze membros do grupo dirigente trabalham simultaneamente em todos os setores. Há sempre a necessidade de levar a questão para o grupo ou pelo menos para o presidente, tido como o mais preparado para decidir, por ser o idealizador do grupo e possuir experiência na arena política, uma vez que já foi dirigente sindical. No entanto, isto não quer dizer que este não tenha que ceder em determinadas discussões, principalmente se sua opinião causar um mal estar entre os membros do grupo. Ademais, os membros do grupo admitem que o presidente toma para si as maiores responsabilidades quanto à manutenção da entidade e por isso compreendem que suas opiniões mereçam a consideração de todos.

O processo de tomada de decisão da ANEC apresenta dificuldades quanto ao equilíbrio dos custos internos e riscos externos inerentes a escolha das decisões. O arranjo organizativo da entidade foi estruturado para cada diretoria planejar e executar ações referentes a sua pasta. No entanto, pela carência de participação dos demais membros da entidade, os dirigentes não querem arcar sozinhos com os custos envolvidos na decisão e por isso precisam frequentemente discutir com todos os demais dirigentes os assuntos pertinentes da diretoria que é responsável. Essa prática organizativa traz morosidade à entidade, uma vez que todos os dirigentes despendem esforços para resolução de um mesmo problema ou até para o planejamento de uma mesma ação, independentemente do grau de complexidade para organizar a mesma. Vale lembrar que a regra adotada para tomada de decisão é o consenso, o que necessita de mais tempo para que todos os membros entrem em acordo, ainda que não haja atritos significativos para o comum entendimento. Além disso, cabe ao presidente uma maior atribuição quanto à resolução de problemas e escolhas de decisões. Sartori alerta que quanto maior o número de pessoas no órgão decisório, maiores os custos internos de tomada de decisão. De forma inversa, os riscos externos

diminuem ao aumentar o número de pessoas envolvidas com o processo decisório. Como podemos perceber, a ANEC sofre custos significativos por conta do grande número de participantes no processo decisório. Contudo, isto não ameniza os riscos externos referentes ao processo, uma vez que não existe a participação daqueles que sofrem os impactos das escolhas destes dirigentes. Vale mencionar que, para Sartori, o número de participantes no órgão decisório não é a única variável que repercute sobre os custos da tomada de decisão. A forma de recrutamento dos participantes do órgão decisório é importante para garantir a representatividade daqueles que são afetados pelas decisões tomadas por outras pessoas.

A ANNEB busca combater as desigualdades existentes entre negros e não-negros. São diversos os problemas que merecem a atenção da organização para atingir esse objetivo. No entanto, a organização entende que é necessário eleger prioridades entre as diversas demandas. Uma questão que está constantemente em discussão no grupo é a promoção do Movimento Negro Evangélico nas igrejas. Este ponto é vital para organização, pois, se o grupo não conquistar o apoio dos irmãos de fé, não terá legitimidade para reclamar os interesses destes. A conjuntura política também é primordial para nortear as ações da entidade. As discussões que emergem do segmento evangélico são importantíssimas para o grupo, pois há uma preocupação em conhecer as principais demandas desse segmento e incorporá-las aos objetivos da entidade. Ademais, o grupo pleiteia a participação na gestão de programas que beneficiem direta ou indiretamente os evangélicos, como uma tentativa de fortalecer a entidade perante o segmento. Contudo, a organização não limita sua atenção apenas ao universo evangélico, considera também questões discutidas por outras organizações do Movimento Negro, compartilhando com estas os mesmos referenciais teóricos para ação, a exemplo do documento gerado a partir da revisão da implementação da Declaração e do Plano de Ação de Durban, discutida numa Conferência realizada em Genebra, em 2009. Desse modo, a organização busca conciliar uma agenda comum ao Movimento Negro Evangélico e ao Movimento Negro.

A organização é formada por seis comissões temáticas, além do presidente e vice-presidente da organização. Cada diretor da pasta é responsável por desenvolver ações em suas respectivas áreas. Todavia, no cotidiano da organização todos os membros da diretoria se envolvem com as questões pertinentes às demais comissões. Embora seja aberta para os demais filiados, apenas os membros da diretoria participam das reuniões e, por conseguinte, tomam as decisões. Os filiados que não compõe a diretoria comparecem apenas nos eventos promovidos

pela entidade. As comissões, em tese, possuem autonomia, pois podem idealizar ações, mas não as executam até o conhecimento e aprovação dos demais membros. A diretoria deseja que todas as decisões sejam tomadas preferencialmente por consenso entre eles, mesmo que seja preciso uma discussão intensa sobre a questão. Contudo, nem sempre isso ocorre, pois há situações em que um ou mais membros não conseguem convencer os demais da sua opinião. Nestas situações, o grupo não adota imediatamente a tese de nenhuma das partes discordantes e busca uma terceira alternativa que favoreça a todos. Se ainda persistirem as diferenças entre as partes conflitantes, a decisão será tomada por meio da votação e a vontade da maioria prevalecerá. Vale frisar que a votação é o último método adotado para a obtenção da decisão, pois os diretores reconhecem que os resultados obtidos dessa maneira causam um mal estar entre os pares, haja a vista o descontentamento dos derrotados. É importante mencionar que a ideia das comissões era agregar os demais membros da entidade no processo decisório, todavia os associados não participam da dinâmica de decisões da organização. Assim, não podemos comparar as comissões existentes da ANNEB com os comitês descritos por Sartori.

A ANNEB da mesma maneira que a ANEC não consegue equilibrar os custos internos e os riscos externos envolvidos no processo decisório, pois há muitas pessoas que participam do processo de tomada de decisão. Além disso, não há a participação daqueles que serão afetados pelas escolhas dos membros dirigentes. Outro elemento que dificulta o processo decisório é a forma de seleção das escolhas. Embora a ANNEB almeje que todas as decisões sejam tomadas por consenso, nem sempre é possível o acordo comum entre os membros da diretoria, pois há muitas divergências entre os pares e por isso a votação é utilizada como método para escolha das decisões. Sartori adverte que o resultado deste método de tomada de decisão é de soma zero, em que alguns obterão êxito a partir da derrota de outros, isto é, um jogador ganha exatamente o que o outro jogador perde. Tal situação pode intensificar conflitos entre os membros e diminuir as chances de coesão do grupo. Ao constatar este fato, alguns membros da entidade, preocupados com a manutenção da organização, buscam encontrar soluções que incorporem as preferências dos discordantes. Apesar das dificuldades, os membros da ANNEB buscam superar os riscos externos que envolvem o processo decisório. Com a expansão da organização para cidades circunvizinhas, tais como Candeias e Salvador, a organização agregou residentes destas cidades na diretoria, com o propósito de garantir a representação destes novos membros. A UNEGRO agiu do mesmo modo que ANNEB, com a expansão da organização para o interior, esta fez

arranjos na estrutura organizativa, criando coordenações regionais, possibilitando a participação dos membros que atuam do interior. Conforme Sartori, o modelo de representação é a maneira mais eficaz de garantir a participação, sem, no entanto aumentar significativamente o número dos tomadores de decisões.

3.2 Institucionalização e Burocratização

As demandas da UNEGRO são encaminhadas ao poder público através de documentos. Exemplo disso foi o envio de uma carta de reivindicações apresentada ao então recém-eleito governador da Bahia, Jaques Wagner, em 2007, assinada também por outras entidades de organizações de movimentos sociais. Em termos gerais, o documento propunha democratização das relações Estado-sociedade, políticas de desenvolvimento, revisão da estrutura de governo e financiamento das políticas sociais. Com o processo de institucionalização dos movimentos negros, as organizações passaram a solicitar suas reivindicações de maneira formal. Rios (2008) argumenta que a modificação nas relações dos ativistas negros com o Estado e com os demais atores sociais, como os partidos políticos, igrejas, sindicatos, ativistas de outros movimentos sociais, sobretudo o feminista, a partir da década de 70, refletiu numa nova forma de organizar o ativismo político dos negros. Essa mudança de atuação também foi sentida pelos membros da UNEGRO como podemos inferir desta fala “[...] não se pode ter em mente encaminhar uma demanda para o poder público e não encaminhar por escrito, mesmo que vá presencialmente, mas leva um documento, a gente protocola.” (Informante A, coordenador de assuntos educacionais). Rios (2008) adverte que a burocratização das demandas dos movimentos sociais negros amplia as possibilidades de negociação das suas reivindicações. Nesse sentido, o protesto de rua parece coexistir com as novas mudanças desse jogo institucional. Isso parece valer para atuação da UNEGRO no cenário político atual, haja vista que a entidade alia a participação em instâncias formais com atos públicos de protesto.

As demandas da ANEC também são encaminhadas as instituições públicas através de documentos. A entidade encaminha juntamente com outras organizações negras, tais como a UNEGRO, a solicitação de políticas públicas específicas para a população negra camaçariense. Exemplo disso foi a criação do comitê do povo negro em 2008, composto por três coordenadores:

um representante dos negros evangélicos, um representante dos negros de religiões de matrizes africanas e um representante da Coordenação de Promoção da Igualdade Racial – COPIR que apresentaram um documento ao então prefeito de Camaçari, Luís Caetano (PT), reivindicando, entre outras coisas, a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. O processo de institucionalização observado nos últimos anos nos movimentos negros parece ter sido facilmente incorporado às ações da ANEC. É importante mencionar que as reivindicações pleiteadas pela organização são realizadas em parceria com outras entidades negras presentes na cidade. Apenas solicitações de colaboração financeira são assinadas estritamente pela entidade, em ocasião de promoção de algum evento. Verificamos que na Coordenação de Promoção da Igualdade Racial não existe nenhum projeto enviado pela entidade. De acordo com o atual coordenador, as entidades negras não encaminham projetos para serem analisados pela coordenação. No entanto, afirma o coordenador, isso não significa que essas organizações não criem projetos, mas que não encaminham ao órgão público por ter plena certeza de que este não possui recursos financeiros, nem autonomia para implementar os projetos idealizados. A ausência de recursos financeiros da COPIR pôde ser confirmada pelo próprio presidente da ANEC, que ocupou o cargo de assessor no órgão supracitado.

Assim como as demais organizações mencionadas, a ANNEB encaminha suas demandas políticas ao poder público através de documentos. Até o momento não realizou nenhum protesto de rua, pois considera o governo local um aliado na luta antirracista. As solicitações feitas junto ao governo aconteceram em parceria com outras organizações negras da cidade, numa tentativa de demonstrar a união entre o Movimento Negro e o Movimento Negro Evangélico que superam suas diferenças em prol a luta por melhoria de vida da população negra. A ANNEB não escapa do processo de institucionalização acometido aos Movimentos Negros. Ademais, os militantes advertem que não é da natureza do indivíduo evangélico adotar uma ação de enfrentamento, mas de diálogo e negociação. Em aliança com a ANEC, a organização criou projetos para participação na Marcha para Jesus e na Semana consciência Negra nos anos de 2010 e 2011. Em 2012 a ANEC e a ANNEB, em parceria com as igrejas de um determinado bairro popular em Camaçari, conseguiram executar um projeto para realização da Marcha de Jesus nesse mesmo bairro. A ideia é que posteriormente aconteçam várias marchas nos bairros da cidade, tais como as lavagens. Outro projeto da organização é o *Cine Negro Zumbi dos Palmares*, um cinema itinerante que exibiria filmes que discutissem e valorizassem a temática negra. Por falta de

recursos financeiros próprios e de patrocínio, a organização não pôde implementar esse projeto. Pelo mesmo motivo a ANEC, ainda com o apoio da ANNEB, não conseguiu realizar o seu projeto do jornal afro-evangélico, que possuía o objetivo de denunciar o racismo no interior das igrejas e apresentar o Movimento Negro Evangélico aos irmãos de fé.

O processo de institucionalização observado nos movimentos negros por diversos estudiosos da área não ficou restrito apenas no trato mais formal das organizações em reivindicarem suas demandas, mas sim na própria relação que estas vêm desenvolvendo com o Estado, que passou de opositor a aliado. É importante frisar que esse processo suscitou uma discussão interna entre os movimentos negros, pois alguns ativistas acreditavam que a cooptação de lideranças dos movimentos pelo Estado poderia provocar duas consequências importantes: a primeira seria a possível contenção de uma ação política mais incisiva por parte das organizações; a segunda diz respeito à disputa interna pelos cargos ofertados pelo Estado. Entretanto, ao analisar a trajetória dos movimentos negros no Brasil, percebe-se que os ativistas passaram a realizar uma interpretação distinta daqueles que lideravam os movimentos em fases anteriores, uma vez que a participação no âmbito do Estado é entendida como positiva e fundamental para elaboração e implementação de políticas públicas que efetivamente atendam às necessidades dos afrodescendentes.

A nova perspectiva frente ao Estado pôde ser percebida na atuação política das organizações estudadas, haja vista a tentativa destas em ocupar espaços decisórios. A UNEGRO na Bahia compõe os seguintes conselhos: Conselho Estadual de Juventude e Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. Ademais, ocupa vaga como suplente no Conselho Municipal de Saúde em Salvador e Conselho Estadual de Comunicação. Conforme os membros da organização, a participação nesses espaços é importante para discutir as necessidades reais da população negra, e, por conseguinte, as políticas públicas destinadas ao segmento podem ser mais eficientes em seus objetivos. Outra estratégia relevante para participação nas decisões é a ocupação de cargos políticos por membros da organização seja em esfera municipal, estadual ou federal. Destacaremos alguns exemplos de militantes que ocuparam cargos de maior relevância política: o antigo coordenador de administração e finanças da entidade, que atualmente ocupa o cargo de diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro – DPA, da Fundação Cultural Palmares. Antes, este foi secretário de Políticas de Ações Afirmativas e de Políticas para as Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da

Presidência da República – SEPPIR; outro militante da entidade na Bahia ocupa atualmente o cargo de Ouvidor da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; uma ex-coordenadora do grupo ocupa o cargo de presidente do Conselho Nacional de Juventude.

A ideia de lançar um candidato próprio da UNEGRO está presente desde a sua fundação, mas só em 1998 essa proposta consolidou-se. Conforme o depoimento da coordenadora de juventude, inicialmente a atual representante política não queria lançar-se candidata, contudo depois de um longo período de debates dentro da instituição, o coletivo conseguiu convencê-la e seu nome foi consensualmente escolhido. A militante disputou as eleições ao cargo de vereadora em Salvador no ano de 2000, mas não conseguiu se eleger. Em 2003 assumiu uma cadeira na câmara e no ano posterior elegeu-se vereadora. Foi secretária de educação no primeiro mandato do prefeito João Henrique, em 2005, entretanto só permaneceu no cargo por um ano e dois meses, até o rompimento do PC do B, partido a que pertence, com a gestão municipal. Uma das ações destacadas pela organização sobre a gestão da Secretária foi a implantação do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira e Africana na rede municipal de ensino (lei 10.639/03). Em 2006 disputou uma vaga na câmara federal, mas não se elegeu. Nas eleições seguintes, se reelegeu como vereadora. Em 2010 candidatou-se a uma vaga na câmara estadual, porém não foi bem sucedida. Nestas eleições disputará a prefeitura municipal com o cargo de vice ao lado do candidato a prefeito da sigla petista.

Os eleitores alvo das campanhas da citada vereadora eram os grupos a que as ações da UNEGRO eram destinadas, tais como os terreiros de candomblé, os feirantes da Feira de São Joaquim, os educadores e o Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho – MDMT, grupo aliado a UNEGRO, cuja bandeira também entrou na pauta do mandato da vereadora nos últimos anos. Em todas as eleições disputadas por ela, os militantes da UNEGRO empenharam-se nas campanhas eleitorais. Inclusive, nas eleições do ano de 2010, em comparação a eleição do ano de 2006, a organização concedeu uma atenção maior ao interior, sobretudo nas cidades em que a entidade possui representação.²⁸ A aposta em uma candidatura ao cargo de deputada estadual pode ter sido incentivada a partir da expansão da organização para o interior nos últimos anos. Nas eleições mais recentes (2012), outras duas militantes da entidade foram candidatas ao cargo de vereadora em Salvador. Até então, não era possível lançar a candidatura de outros militantes ao cargo, pois a defesa de dois ou mais candidatos pela entidade só serviria para dividir os votos

81106_____

²⁸ Informações encontradas num balanço da campanha eleitoral do ano de 2010.

e, por conseguinte, não eleger nenhum deles. Uma das orientações do 4º congresso nacional da entidade é que as sessões nos estados buscassem uma maior representatividade política, condição entendida como necessária para conseguir alcançar os objetivos políticos da organização. Assim, a UNEGRO nas eleições de 2012 não só lançou a candidatura de duas militantes em Salvador, como também em outras cidades do interior baiano, a exemplo da cidade de Camaçari. Ademais, a participação da organização nas disputas eleitorais acontece independentemente da existência de candidatos próprios, haja vista que a conjuntura política e partidária local pode não favorecer este propósito da entidade. Desse modo, os ativistas negros tendem a apoiar outros candidatos sensíveis à causa. Vale lembrar que os candidatos oriundos da entidade disputaram pela sigla do PC do B.

As organizações evangélicas também consideram interessante do ponto de vista estratégico a participação em Conselhos. Em agosto de 2010 foi criado o Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em Camaçari. O principal objetivo do órgão é formular e promover políticas governamentais para a garantia dos direitos das comunidades negras do município. Em 2011, a ANEC ganhou uma cadeira no supracitado conselho, o que aumentou o seu reconhecimento social entre os movimentos sociais locais. Em 2011, a ANNEB também ganhou uma cadeira no mesmo Conselho. Neste mesmo ano, a organização tentou concorrer a uma vaga no Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra – CDCN, mas não obteve êxito, pois precisava possuir pelo menos 300 associados para poder participar da eleição. O grupo promoveu campanhas de filiação para alcançar o número estabelecido como pré-requisito, contudo não conseguiu a adesão necessária. Alguns membros de ambas as organizações ocupam cargos públicos. O presidente da ANEC e da ANNEB atualmente exerce o cargo de gerente de promoção de políticas da igualdade racial dentro da estrutura da Secretaria de Cidadania e Inclusão. O vice-presidente da ANNEB, que também é membro da diretoria da ANEC exerce o cargo de assessor na Secretaria de Governo. O vice-presidente da ANEC também ocupa o cargo de assessor na câmara municipal da cidade. As entidades não possuem ainda representantes políticos, contudo participam ativamente nas eleições municipais. Inclusive, nas eleições ocorridas em 2012, as organizações lançaram, pela primeira vez, um candidato ao cargo de vereador pelo Partido Republicano Brasileiro. Trata-se de um membro dirigente de ambas as entidades. O supracitado candidato não ganhou as eleições.

Até as eleições anteriores a de 2012, a ANEC não declarava apoio formal a nenhum candidato, haja vista a falta de representantes que atendessem aos anseios do Movimento Negro Evangélico. Contudo, seus membros manifestavam apoio a candidatos que possuíssem a questão racial ou evangélica em suas plataformas políticas. Os membros das entidades colaboraram com as campanhas dos seguintes candidatos: a deputada estadual Luíza Maia, o deputado estadual Bira Coroa, o vereador Marcelino e o vereador Dilson Magalhães. Conforme a avaliação dos membros das entidades, o governo do Partido dos Trabalhadores – PT contribuiu significativamente para grandes conquistas sociais no município, na Bahia e no Brasil. No último pleito, embora a gestão anterior do governo petista não tenha cumprido a promessa da criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, as organizações mantiveram seu apoio ao governo da situação com a justificativa de que somente partidos de esquerda são comprometidos com a questão racial. O alinhamento das organizações evangélicas com um governo de orientação dito de esquerda reforça uma tendência política e ideológica adotada pelas organizações negras desde a década de 70.

A luta mais ostensiva por participação em espaços decisórios é uma característica marcante das organizações negras contemporâneas em relação as suas antecessoras. A denúncia de racismo nas relações sociais brasileiras, assim como a responsabilização do Estado pelo agravamento das desigualdades socioeconômicas entre negros e não negros ainda está presente no discurso e na atuação política das organizações negras. No entanto, a ideia de participação na esfera do poder tornou-se a principal estratégia para o alcance dos seus objetivos políticos. Pois, a solução idealizada por essas organizações para enfrentar os problemas que acometem os afrodescendentes passa necessariamente pela via do poder estatal e este não pode ser eficaz sem a participação dos beneficiados. Por isso, a luta por maior representatividade nos espaços decisórios tornou-se vital.

3.3 Mobilização dos membros e incentivos seletivos

A questão financeira é um problema relevante para as organizações, mas não é o único, pois a manutenção da mobilização constante dos membros também é um desafio cotidiano. Na UNEGRO, as comissões criadas para conceder dinamismo às ações não funcionam regularmente.

E isso gera problemas para ação coletiva, uma vez que comissões inoperantes não produzem ações e mais, sobrecarregam alguns membros que acumulam responsabilidades. Olson afirma que, em grupos grandes, “cada membro é, por definição, tão pequeno em relação ao total que seus atos não contarão muito de um modo ou de outro [...] sua ação não seria decisiva em nenhuma circunstância” (OLSON, 1999, p. 74). Além disso, o autor salienta que num grupo grande ou latente um indivíduo não conhece todos os seus pares, então este não será afetado socialmente caso não compartilhe os custos para obtenção de um benefício coletivo. Assim, incentivos sociais, tais como amizade, prestígio, admiração e etc. não são razões suficientes para estimular a participação efetiva dos membros de grupos grandes.

A UNEGRO busca conceder benefícios que estimulem a participação dos militantes, tal como a realização de um curso de inglês voltado para seus filiados. No entanto, a organização do curso não possui capacidade para atender todo o conjunto da militância por conta de dificuldades estruturais. Os incentivos sociais parecem não ser motivo suficiente para participação efetiva da maioria dos militantes da entidade que só comparecem aos eventos esporadicamente. Até os militantes mais engajados, como aqueles que participam das comissões, oscilam quanto à participação, o que resulta no mau funcionamento delas. Olson lembra que organizações com finalidade política não podem coagir legalmente os indivíduos a se tornarem membros da organização e, na maioria das vezes, não conseguem oferecer outros benefícios, além dos bens coletivos conquistados. Tal desenho organizacional compromete a capacidade da entidade em mobilizar continuamente seus membros e atrair novos quadros. Aliás, essa dificuldade da UNEGRO pode ser explicitada pela permanência de alguns membros na ocupação de algumas pastas da entidade.

Na ANEC, quando há uma ação a ser realizada, há uma divisão de tarefas. Mas a atribuição de cada um não é fixa. Por exemplo, um membro responsável por captar recursos numa determinada ação, em outra ocasião poderá ser responsável pela promoção e divulgação de um evento. Não há nenhuma demonstração de insatisfação para com seus pares. De acordo com os diretores da ANEC, estes se encontram com frequência nas atividades de cunho religioso, alguns até são membros da mesma igreja, o que torna mais fácil a cobrança mútua dos compromissos firmados com a organização. Então Olson (1999) parece estar certo quando diz que, em grupos pequenos, há mais chances de coesão e de ação coletiva, pois os comportamentos dos indivíduos são notados pelos outros membros, o que dificulta a omissão dos indivíduos

quanto as suas responsabilidades com a organização, uma vez que estes poderiam ser constrangidos pelos demais haja vista o contato face a face. Conforme o autor, “a pressão social e os incentivos sociais funcionam somente em grupos de tamanho menor, em grupos pequenos o bastante para que cada membro possa ter um contato face a face com todos os demais.” (OLSON, 1999, p.74).

Segundo os membros da Associação, ainda há muitas resistências das autoridades religiosas discutirem a questão racial dentro das igrejas em razão de negarem o problema do racismo nesses ambientes. Os líderes religiosos alegam que a discussão no interior das igrejas pode suscitar divisionismo entre os fiéis e por isso não a estimulam. Os membros da ANEC afirmam que os pastores são formadores de opinião e seu descomprometimento com a causa racial não favorece a politização dos evangélicos. O descaso das autoridades religiosas sobre a questão racial gera outro obstáculo para Associação que é a atração de novos membros para a organização, que praticamente manteve o mesmo número de filiados desde a sua fundação, aproximadamente 60 filiados. Em 2011, a organização precisou fazer uma campanha de filiação para poder concorrer a uma cadeira ao CDCN, pois precisavam de um número mais significativo para fazer parte do Conselho. Além da dificuldade de atrair novos membros, a ANEC enfrenta outro problema que é a mobilização dos membros já filiados ao grupo. Estes só aparecem nos eventos promovidos pela entidade. Essa falta de engajamento dos associados é uma preocupação dos diretores já que eles reconhecem a necessidade de mudar o quadro da diretoria, que, desde o surgimento do grupo, permanece com os mesmos dirigentes. Segundo os diretores da ANEC, para uma mobilização efetiva dos membros, seria necessário que estes fossem beneficiados por projetos sociais desenvolvidos pela entidade.

A compreensão dos agentes políticos sobre a necessidade de promover benefícios exclusivos aos seus membros parece validar, novamente, o argumento de Olson (1999) sobre a necessidade de incentivos seletivos para estimular o indivíduo racional a agir de maneira coletiva. Quanto aos membros da diretoria, são poucos e todos possuem uma participação satisfatória conforme o relato dos próprios. Todavia, a coesão do grupo não foi razão suficiente para garantir o sucesso pleno de seus objetivos, haja vista que até o momento a Associação não conseguiu uma sede, muito menos conquistou a anuência da maioria dos pastores para causa das desigualdades raciais no interior das igrejas, condição necessária para legitimar o discurso do Movimento Negro Evangélico.

A fim de mobilizar os evangélicos negros nas cidades circunvizinhas, a estratégia política da ANNEB – BA foi atrair lideranças religiosas das cidades circunvizinhas Dias D’Ávila, Candeias, Simões Filho e Salvador com o intuito de criar núcleos municipais da organização nesses municípios, e assim, ampliar o raio de ação da entidade. No entanto, a diretoria nacional vetou a iniciativa de descentralização da organização, uma vez que acreditava que antes de considerar a possibilidade de tal arranjo organizativo era necessário o fortalecimento e o reconhecimento da entidade perante o cenário social baiano. Além do mais, era preciso demonstrar uma unidade da organização face às demais organizações negras e a descentralização poderia acarretar numa fragmentação de tendências políticas e ideológicas, o que não seria estrategicamente interessante à organização. Ainda assim, as lideranças filiadas passaram a atuar, com a aprovação da diretoria da ANNEB-BA, em suas respectivas cidades em nome do grupo. No município de Candeias, a discussão da formação do núcleo estava em fase avançada, entretanto, por conta do veto da diretoria nacional, os membros da entidade decidiram criar outra organização com a mesma proposta da ANNEB e da ANEC que é a Associação de Negros Evangélicos de Candeias – ANEC para ter mais autonomia de ação. A estratégia desses militantes nas cidades vizinhas assemelha-se com a ação da ANNEB e da ANEC em Camaçari: primeiro buscar o apoio das autoridades religiosas locais para consentir a ação destes no meio evangélico; após a aprovação, participar de atividades sociais e políticas no segmento evangélico e promover eventos de mobilização evangélica, tal como a Marcha para Jesus. A discussão da questão racial nas igrejas deve ser posta paulatinamente nos debates internos no segmento evangélico, haja vista que os cristãos já possuem uma identidade enquanto evangélicos, mas não enquanto negros. A estratégia do grupo reforça um argumento de Hanchard (2001 [1994]) sobre mobilização política dos negros no Brasil.

[...] a utilização da identificação religiosa e sexual como veículo de conscientização racial talvez tenha mais vantagens a curto prazo na mobilização afro-brasileira. [...] Uma vez que ser “negro” é um fenômeno relativamente novo, identificar-se como mulher, pobre ou cristão talvez seja uma referência pessoal mais fácil e menos conflitiva para o indivíduo do que a referir-se a si mesmo como negro. (p.156)

Segundo o presidente da organização, a formação dos núcleos municipais está temporariamente suspensa, já que o militante pretende ir a Brasília defender a ideia junto à diretoria nacional. De acordo com os membros da organização, a descentralização da gestão da

entidade possibilitaria uma agilidade na construção da ação coletiva nas cidades em que se formariam os núcleos, além de conceder uma autonomia formal aos seus filiados para a escolha das decisões políticas que melhor atendam as particularidades da realidade de cada lugar. Os membros da ANNEB acreditam que a solicitação pleiteada será atendida pela direção nacional e por isso planejam a realização do I Seminário dos Negros Evangélicos da Região Metropolitana. O objetivo da ANNEB é garantir o crescimento da organização e isso só será possível, inicialmente, com a extensão da entidade para as demais cidades baianas. Além de buscar visibilidade à entidade, o grupo busca dar notoriedade ao próprio Movimento Negro Evangélico e, por conseguinte, reivindicar políticas públicas que contemplem os negros cristãos.

Os ativistas afirmam que até mesmo as autoridades religiosas que admitem a importância da discussão racial efetivamente não demonstram comprometimento com a causa no cotidiano das igrejas. Por isso, os membros da ANNEB e ANEC pretendem formar ministérios próprios, ou seja, igrejas em que o cristianismo seja entendido como religião de matriz africana e que as desigualdades raciais sejam sempre postas em evidência. No entanto, a dificuldade de mobilização não está presente apenas entre os membros associados ou no meio evangélico, mas na própria diretoria da entidade. A ANNEB foi fundada há mais de dois anos e mesmo com pouco tempo de existência enfrentou algumas crises internas. A maioria dos membros da organização são homens, frequentadores de igrejas pentecostais, filiados ao partido dos Trabalhadores e moradores do município de Camaçari. Apesar de certa homogeneidade e do compartilhamento de objetivos, ao longo do tempo os membros passaram a dedicar menos tempo aos compromissos firmados com a organização. Prova disso é que inicialmente as reuniões do grupo aconteciam mensalmente e depois passaram a ser realizadas de forma trimestral por conta dos constantes choques de opinião entre os diretores, resultando em processos decisórios por votação. Em 2012, houve uma tentativa de mobilizar o grupo, e as reuniões voltaram a ser mensais. No entanto, muitas vezes elas não aconteciam por contar apenas com o presidente e o vice da diretoria.

Este desinteresse generalizado com a ação coletiva gerou um mal estar entre o presidente, considerado centralizador, e os demais membros, acusados de não contribuir para o andamento das ações da organização. Os desentendimentos entre o presidente e alguns membros chegaram a tal ponto que este escreveu uma carta de renúncia destinada à direção nacional da organização.

A diretoria nacional não aceitou a carta de renúncia e após a crise, o presidente desistiu de sua renúncia ao cargo e buscou trazer a unidade novamente para o grupo. Neste intervalo, mais pessoas de outras cidades passaram a compor o grupo, contribuindo de forma significativa para a organização. Estas novas lideranças ganharam status de diretores, embora não os fosse formalmente. Desta maneira, surgiu a necessidade de realizar um novo arranjo organizacional para acolher estes novos militantes. Assim, nasceu à ideia de criação de núcleos municipais.

3.4 As alianças e as clivagens raciais, partidárias e religiosas

Para atingir seus objetivos políticos, a UNEGRO conta com parcerias estabelecidas de acordo com ação que pretende produzir. Para as ações que visam à discussão de leis ou a efetivação de políticas públicas, a entidade busca o apoio do poder público. Um exemplo disso foi a promoção do seminário *Efetivando o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena* juntamente com o Ministério Público da Bahia em maio de 2010. Ações destinadas a mulheres contam com o apoio da União Brasileira de Mulheres – UBM como aconteceu para realização do Colóquio *África e Diáspora – O lugar da Mulher Negra na Geopolítica: Refletindo sobre os Desafios das Lutas contra Pobreza e o Racismo* em 2008. Dessa forma, os parceiros de cada ação são selecionados a partir da área em que atuam na sociedade. Há também outros critérios utilizados para escolha das parcerias, tais como: afinidade ideológica, reconhecimento social das entidades, recursos financeiros e materiais disponíveis à organização.

Ao longo da história da entidade, verificamos a solicitação de apoio às diversas instituições e autoridades: Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Secretários de governo, deputados, instituições de ensino, empresas, instituições financeiras e etc. Todavia, percebemos que as organizações sindicais apresentam alianças duradouras com a entidade negra. Podemos destacar dois importantes parceiros da UNEGRO, o Sindicato dos Metalúrgicos e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia – FETAG – BA. De modo geral, a aproximação dos movimentos negros com os sindicatos aconteceu a partir da década de 1980. Os líderes de ambos os movimentos políticos possuíam o propósito de denunciar o racismo no ambiente de trabalho. A partir da década de 1990, há uma

intensificação da discussão da questão racial no interior dos sindicatos, estes constataram que o racismo era um problema importante nas relações de trabalho no Brasil e por isso não poderia ser negligenciado na plataforma de luta. Por outro lado, as organizações negras ganharam um aliado forte no enfrentamento do racismo e na defesa de igualdade de oportunidades, uma vez que as centrais sindicais possuíam uma maior organização política no país.

Por conta das diferenças políticas e ideológicas entre as diferentes organizações do movimento negro, percebemos que não existe uma solidariedade perene entre a UNEGRO na Bahia e outras entidades que compõe este movimento social. A parceria entre as organizações é efêmera, acontece em eventos de grande repercussão social, tais como a luta pela aprovação de alguma lei que beneficie a população negra, um ato isolado de racismo que cause grande comoção social etc.²⁹ No ano de 2009, a UNEGRO, em âmbito nacional, afastou-se definitivamente da Coordenação Nacional de Entidades Negras – CONEN³⁰ com a justificativa que esta não atendia mais ao objetivo proposto em sua fundação, qual seja, garantir a unidade política das diversas organizações negras. Em nota oficial, a organização afirmou que a direção da CONEN estava restrita a pequenos grupos em alguns estados do Brasil e que a busca por uma ampla participação da coletividade foi negligenciada. Conforme o relato do coordenador de educação da UNEGRO, a primeira divergência da entidade com a CONEN aconteceu no 1º Encontro Nacional da CONEN, durante a plenária final. Conforme o ativista, as lideranças da CONEN, pertencentes a outras organizações do Movimento Negro, manipularam a votação de escolha dos novos membros da diretoria da organização, resultando a exclusão da UNEGRO na direção executiva da entidade. A partir deste momento a relação entre as lideranças das duas organizações ficou cada vez mais frágil. Segundo o militante, a expansão da UNEGRO no país era uma questão preocupante para as demais lideranças da diretoria nacional da CONEN. Além disso, as lideranças da entidade, em sua maioria, eram filiadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), condição que acirrou ainda mais a disputa com as lideranças da UNEGRO, que possui um número significativo de filiados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Apesar das disputas políticas e partidárias entre as entidades em âmbito nacional ter acontecido antes, o rompimento na Bahia consolidou-se apenas em 2011. De acordo com o

89106_____

²⁹ Um exemplo de uma ação bem sucedida realizada em conjunto com outras entidades negras foi a apresentação de uma emenda constitucional à Assembléia legislativa do estado da Bahia com a finalidade de incluir um capítulo específico sobre o negro na constituição baiana no final dos anos 90.

³⁰ A Coordenação Nacional de Entidades Negras nasceu a partir de uma articulação entre diversas organizações negras em 1991, cidade de São Paulo, durante o I Encontro Nacional de Entidades Negras – ENEN.

militante, a tendência foi seguida em outros estados uma vez que a UNEGRO estava ciente do seu próprio crescimento e do seu potencial para tornar-se uma entidade nacional consolidada, e sua integração ao CONEN poderia contribuir para uma perda de identidade e, por sua vez prejudicar o próprio crescimento da entidade e da sua capacidade de ocupar importantes espaços políticos. As atitudes assumidas pela entidade demonstram que apenas a identificação racial e a busca pela promoção de interesses comuns não são razões determinantes para escolha das alianças políticas. É necessária uma conciliação entre a identidade racial e a identidade político-partidária. No 4º Congresso nacional da UNEGRO, ocorrido em 2011, a entidade propôs a criação de um Fórum Nacional de Organizações Negras, haja vista a suposta inexistência de uma organização capaz de agregar as diversas entidades negras no Brasil. Como podemos observar, o anseio pela criação de um Movimento de massas sempre foi almejado pelos ativistas negros em diferentes momentos históricos. A criação da Frente Negra Brasileira, em 1931 e a fundação do MNU, em 1978 são exemplos ilustrativos disso. A partir de 1990, o MNU perde sua capacidade de exercer influência sobre os movimentos negros. Sobre o fim da hegemonia ideológica do MNU, Hanchard assegura que “(...) o MNU tornou-se apenas mais uma organização entre muitas, e não a entidade abrangente que pretendia ser. Havia grupos em demasia, às vezes com plataforma rivais, para que uma única organização pudesse funcionar à maneira de um guarda chuva.” (2001 [1994], p.152). As diferenças ideológicas e políticas entre as organizações e a disputa pelo papel de protagonista desse movimento nacional não permitiu ainda a concretização deste ideal político.

As divergências ideológicas e partidárias não suscitam dificuldades apenas na formação de alianças no interior dos Movimentos Negros, mas também entre as organizações de distintos movimentos sociais, vez que estas têm o Movimento Negro como sectário. Conforme Domingues (2008), um número significativo de ativistas dos movimentos negros possui uma visão racialista, que defende que os valores da “negritude” estão acima de todas as demais contradições da sociedade, tais como as de classe, gênero e orientação sexual e por isso há uma dificuldade destes setores em estabelecer alianças duradouras com os movimentos sociais negros. De acordo com o coordenador de educação da UNEGRO “[...] muita gente tem dificuldade de dialogar com o movimento negro, porque considera o movimento negro como estreito, sectário [...]” Para contornar esse entrave, a organização agrega membros que lutem por outras bandeiras sociais, a fim de buscar uma interseção entre os distintos problemas. Em 2011, a organização criou a

coordenação de habitação com o intuito de contemplar militantes oriundos do movimento de moradia. Assim como acontece em outros movimentos sociais, o movimento de moradia não é homogêneo e abriga diversas correntes políticas entre os quais o Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho – MDMT, criada por um militante da UNEGRO, também ativista da luta em prol da moradia, com o apoio de dissidentes do Movimento dos Desempregados e Sem Teto de Salvador – MDST. Uma das dissidentes, considerada madrinha da nova corrente deste movimento social, desde então se filiou a UNEGRO e atualmente é coordenadora da recém-criada pasta de Habitação. Este episódio ilustra a tentativa da organização em agregar forças de outros movimentos sociais na luta antirracista, entretanto demonstra também a sua dificuldade em dialogar com outros grupos que não compartilhem suas escolhas políticas, culminando na criação de novas correntes que expressem uma estreita identificação política com a organização.

Muitas vezes, as clivagens político-partidárias criaram em alguns momentos entraves para atuação política da organização. Ao discutir a criação do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra da Bahia – CDCN, órgão vinculado à Secretaria de Justiça, Jocélio Santos (2005) revela os conflitos existentes entre este órgão e as entidades negras que o questionaram na arena política. O CDCN foi criado na gestão do então governador Waldir Pires (PMDB), porém só foi regulamentado e implantado em 1991, na gestão de Antonio Carlos Magalhães (PFL, atual DEM). Conforme Santos, a UNEGRO, assim como outras organizações negras, não respondeu ao ofício do então Secretário da Justiça solicitando a indicação de nomes para a eleição dos membros do referido Conselho, argumentando que esse fórum não possuía legitimidade perante a comunidade negra. Além disso, as entidades acreditavam que o órgão teria uma ação limitada num governo considerado centro-direita. O autor afirma que as razões da recusa de participação do Conselho não foram explicitadas, todavia os motivos expostos acima parecem justificar a negação de algumas entidades, como a UNEGRO, que possui uma identificação com um partido de esquerda, no caso o PCdoB. Inclusive, o autor conta um episódio ocorrido em 1998, quando membros da entidade apareceram na 6ª sessão ordinária do Conselho para apresentar e solicitar apoio ao projeto *Troféu Clementina de Jesus*, que havia ficado um ano sem ser realizado por conta da falta de apoio. Durante sua fala na reunião, a conselheira lamentou a não aceitação da entidade em participar do órgão, quando foi convidada pelo Secretário da Justiça na época da sua

composição³¹. Essa situação ilustra uma situação em que a relação das organizações com o Estado pode variar de acordo com a legenda que está no governo.

A UNEGRO, assim como as demais organizações estudadas, possui uma identificação ideológica com os partidos de esquerda. A vinculação entre as organizações negras e a esquerda parece óbvia. Todavia, os movimentos negros em fases anteriores estavam mais próximos aos ideais de direita, como por exemplo, a Frente Negra Brasileira que era simpática aos regimes totalitários europeus. A aproximação das organizações negras com os partidos de esquerda é relativamente recente, pois esses eram acusados de não incorporar as demandas específicas dos negros em sua plataforma política. Os setores da esquerda compreendiam que as desigualdades raciais eram consequência da exploração das camadas dominantes e que a revolução socialista eliminaria esse problema. Em verdade, os ativistas negros também reclamavam dos partidos de direita, uma vez que esses negligenciavam as desigualdades de base raciais. A admissão da existência de racismo no Brasil pelo Estado se contrapunha a ideia de democracia racial que os militares tentavam transmitir ao mundo. A associação da luta de classes com as desigualdades raciais foi interessante para as organizações negras fortalecerem seu discurso político e agregar novos aliados à luta antirracista. Da mesma forma, os partidos políticos de esquerda também se beneficiaram com essa identificação, pois poderiam atrair novos membros.

A Associação de Negros Evangélicos de Camaçari – ANEC nasce nos anos 2000, segundo os próprios militantes, como resultado do crescimento de um novo movimento negro brasileiro, o Movimento Negro Evangélico. Os ativistas desse movimento social acreditam que permaneceram a margem das reivindicações defendidas pelo Movimento Negro, entendido como homogêneo, e por isso, precisavam suscitar uma mobilização que contemplassem a sua especificidade, sobretudo a religiosa, vez que os movimentos negros no Brasil abraçaram a causa das religiões de matrizes africanas. Enquanto as pastorais negras da Igreja católica buscavam uma legitimação de suas ações perante o Movimento Negro Nacional, utilizando o argumento de que o Movimento Social Negro estadunidense contava com a presença significativa de negros cristãos (RIOS, 2008), o Movimento Negro Evangélico não demonstra uma preocupação em se integrar aos demais movimentos negros e sim promover e consolidar um movimento social considerado novo e singular.

92106_____

³¹ Em ofícios enviados pela UNEGRO, nos anos 90, para solicitação de apoio financeiro aos seus projetos, a entidade argumenta que não é apadrinhada pelo Carlismo e, por isso, depende de doações.

[...] nosso objetivo maior é agregar o povo de Deus, especialmente os afros descendentes, em busca de suas reparações históricas porque independentemente de nós sermos evangélicos, nós somos negros e negro evangélico já foi colocado a parte desse movimento negro secular, não foi tratado como negros por serem evangélicos e nós estamos tentando recuperar nossos espaços seculares, nossos espaços que estão reservados ao povo negro no mundo secular e nos colocamos dentro dos movimentos sociais para nos tornarmos representados como negros evangélicos porque o movimento negro em si é constituído basicamente por pessoas de religião de matrizes africanas que sempre fizeram questão de colocar o negro evangélico a parte, nunca nos consideraram merecedores das benesses oriundas dos diversos convênios, das diversas facilidades que a sociedade pode oferecer, nunca nos delegaram poderes para nós nos representarmos. (Informante A, presidente da ANEC).

A fala do ativista expressa as queixas dos negros evangélicos quanto à dupla discriminação por eles sofrida: enquanto negros, eles seriam discriminados dentro da igreja; enquanto evangélicos, por outros negros. Isso pode indicar problemas para a ação coletiva comum entre grupos de negros evangélicos e outros grupos de negros. Uma vez que os negros evangélicos acreditam que não são beneficiários das políticas públicas destinadas aos demais afrodescendentes. Além disso, acusam os ativistas adeptos de religiões de matrizes de excluir os negros evangélicos destas conquistas coletivas. Olson faz uma análise quanto à entrada e a saída de membros em grupos em contextos sociais diferentes. Em contexto de competição, os grupos ou organizações desejaram reduzir o número de membros para o compartilhamento de benefícios. Enquanto em situações de não concorrência os grupos buscarão novos participantes com o intuito de obter mais benefícios públicos a custos menores, que serão divididos para um maior número de pessoas. Então, o autor distingue os benefícios coletivos em inclusivos e exclusivos. Para obtenção do benefício coletivo exclusivo, é necessário reduzir o tamanho do grupo. Em contraste, para obtenção do benefício coletivo inclusivo, é melhor a expansão do grupo. Conforme Olson, “a questão de que a exclusividade ou inclusividade de um grupo depende mais do objetivo envolvido do que de quaisquer características de seu corpo de membros é importante”. (1999, p. 51).

Para realizar as ações políticas no município, a organização conta com algumas parcerias. Em seis anos de existência a Associação contou basicamente com os mesmos parceiros. Os principais aliados são a Prefeitura municipal e a Câmara municipal, principais colaboradoras financeiras das ações políticas da organização; a COMEC e a AME, que contribuíram para dar visibilidade e credibilidade ao grupo no interior do segmento evangélico; por fim, a ANNEB, aliança indispensável para propagar e fortalecer o Movimento Negro Evangélico em Camaçari. Embora todas as ações políticas passassem a ser promovidas em

conjunto com a entidade nacional, a parceria não trouxe apenas benefícios para a Associação, uma vez que a ANEEB ganhou uma notoriedade maior. Primeiro, porque por se tratar de uma sigla nacional. Segundo, as lideranças que dirigem ambas as organizações concentraram mais esforços no crescimento da ANNEB. O coletivo também conta com o apoio de alguns políticos e empresários para patrocínio de alguns eventos. A ANEC mantém boas relações com outros grupos negros na cidade, contudo as alianças são ocasionais, como ocorre no período das eleições, no qual as organizações se reúnem para negociar com o governo a promessa de realização de políticas públicas destinadas à população negra ou em situações de grande repercussão social, como denúncias de racismo e intolerância religiosa. Aliás, o combate à intolerância religiosa é uma bandeira política da ANEC que prega o respeito à diversidade religiosa. No entanto, as diferenças de identificação religiosa, assim como as disputas por cargos na prefeitura municipal impedem uma aliança efetiva entre a Associação e outros grupos negros na cidade. Os cargos públicos podem ser considerados, de acordo com a definição de Olson (1999), como benefícios coletivos exclusivos, uma vez que não podem ser desfrutados por diversas pessoas. Então, as organizações tendem a não agregar outras organizações ou grupos em sua luta pelos cargos públicos.

A ANEC também não possui alianças com outros grupos ou movimentos sociais. Por conta dessa constatação, o vice-presidente da entidade tentou organizar um grupo de mulheres evangélicas, a Associação de Mulheres Evangélicas de Camaçari – AMEC. O objetivo do coletivo seria questionar o papel de submissão das mulheres no interior das igrejas evangélicas e reivindicar políticas públicas voltadas para esse segmento. Todavia, a AMEC não recebeu uma adesão necessária ao projeto, pois, conforme o vice-presidente da ANEC, não era possível conciliar tempo e dedicação para ambas as associações, haja vista que a ANEC precisava se consolidar enquanto organização do movimento social negro. De modo geral, os movimentos sociais negros possuem dificuldades em firmar alianças com organizações de outros movimentos sociais por serem acusados de sectários. Porém a experiência do insulamento na ANEC parece ser mais contundente do que os demais movimentos sociais negros, vez que a identidade evangélica contribui para o isolamento da associação já que os evangélicos constituem grupos fechados. Por conta disso, suas alianças ficaram restritas ao segmento evangélico e, ainda assim, com sérias dificuldades. Para a organização, a defesa da sua religião é tão importante quanto os interesses compartilhados por outros grupos negros.

A ANNEB também defende a legitimação do Movimento Negro Evangélico como um novo movimento social negro brasileiro. Todavia, acredita que sua identidade religiosa seja um elemento que a diferencia de outros grupos negros, geralmente ligados a outras religiões de matrizes africanas, uma vez que afirmam que o cristianismo possui a mesma origem. De maneira semelhante à ANEC, os membros da ANNEB acreditam que os negros evangélicos são duramente discriminados na sociedade e no interior das igrejas. Ademais, ensinamentos, tais como a teologia da maldição hereditária que prega que há indivíduos evangélicos que foram amaldiçoados por trabalhos e feitiços realizados por seus antepassados, comumente efetuados nos cultos de matrizes africanas, a exemplo do candomblé, contribuem para demonizar o continente africano e seus descendentes. Fora dos muros das igrejas, os evangélicos se sentem excluídos por outros negros em razão da sua escolha religiosa, já que os demais negros não concordam com a afirmação defendida pelas entidades evangélicas de que o cristianismo é uma religião de matriz africana. Os ativistas alegam que as organizações do Movimento Negro excluem os negros evangélicos, como se esses também não sofressem as mesmas mazelas que os negros nos terreiros de candomblé. Por isso, a organização dos negros evangélicos se tornou necessária para dar visibilidade às dificuldades vivenciadas por esse segmento, conforme a fala do presidente da organização.

Com esse objetivo de transformar esses negros evangélicos em atores sociais surge a ANNEB [...] E nós entendemos que por nós sermos filhos da bênção, herdeiros da bênção e filhos do rei, nós temos que participar como atores, participar de forma contundente das decisões das organizações, dos movimentos sociais, ocupar cargos em conselhos, ocupar cargos em associações de moradores, em direções de times de futebol, em direções de tudo que aparecer, conselho escolar, conselho de gestão ambiental. Em todos esses segmentos nós estamos colocando o negro evangélico, para que se pudesse discutir as políticas contemporâneas com um olhar evangélico, com um olhar mais humanizado, porque as coisas estavam sendo direcionadas de forma equivocada. Na última vez que eu estive em Salvador na discussão do estatuto da Igualdade Racial do estado, um debate que eu tive com alguns amigos meus irmãos do Movimento Negro, foi a questão da inserção dos negros evangélicos dentro das políticas, como nós estávamos discutindo a questão do estatuto da igualdade racial, eu disse a ele que eu não via como discutir o estatuto da Igualdade Racial deixando a margem do processo só aqui na Bahia mais de oito milhões de negros. (Informante A, presidente da ANNEB)

As parceiras da ANNEB são formadas no interior do segmento evangélico, basicamente possuem a mesma rede de solidariedade que a ANEC. Apesar do diálogo com outras organizações negras, a ANNEB possui uma aliança duradoura apenas com a ANEC. Essa tendência de separatismo das organizações evangélicas das demais organizações negras pode ser

demonstrada através da celebração do mês da consciência negra. As comemorações evangélicas em Camaçari não acontecem no dia 20 de novembro, data em que outras organizações negras municipais promovem um evento comemorativo. A primeira razão apresentada pelas entidades para a não realização de um evento integrado com os demais grupos negros é que os evangélicos sentir-se-iam constrangidos com uma festa em que estariam presentes artistas do “mundo”, ou seja, cantores que não são cristãos evangélicos e que não possuem em seu repertório a música gospel. A segunda razão é que a entidade pretende guardar a sua identidade como Movimento Social Evangélico. Ainda assim, o presidente da ANEC comparece aos eventos do dia 20 de novembro, organizado por outras entidades negras, para a discussão sobre a importância da data e a defesa da melhoria de vida do povo negro em Camaçari.

3.5 Considerações sobre o capítulo apresentado

Neste capítulo, vimos como cada organização estudada constrói suas estratégias de mobilização de ação política. Apesar da tentativa de cumprir uma agenda programada de ação, contemplando questões discutidas em documentos produzidos a partir de encontros internacionais, a conjuntura sociopolítica local ainda é primordial para escolha das prioridades da organização. Percebemos que a maioria das ações produzidas pelas organizações negras são realizadas de maneira individual, exceto em situações nas quais as reivindicações pleiteadas exijam a demonstração de unidade dos movimentos negros. Geralmente são ações que demandam a intervenção do Estado.

Os arranjos organizativos garantem a participação formal de todos os membros, mas na prática, não funcionam efetivamente. A UNEGRO formou as comissões temáticas a fim de proporcionar a participação dos membros associados, ao mesmo tempo em que criaria condições para o dinamismo e eficiência na construção das estratégias políticas. Essas comissões são importantes para compartilhar os custos das ações entre os filiados e os coordenadores. No entanto, a participação dos associados não responde a expectativa da diretoria, vez que não há um número importante de associados nas comissões. Além disso, a participação dos filiados nas comissões é irregular, o que compromete o dinamismo de ação pretendido. Na ANEC, os membros das diretorias só contam com o auxílio dos demais associados dirigentes. Por conta

disso, não conseguem planejar ações simultâneas em distintas áreas. Ademais, os custos das decisões são distribuídos de forma desigual entre os membros, haja vista que o presidente da organização acumula mais tarefas. Vale lembrar que a distribuição desigual de atribuições não gera atrito entre os membros. Na ANNEB as comissões contam apenas com os dirigentes e ainda assim passaram por momentos de crise interna por conta do não gerenciamento de conflitos entre os pares.

Nessas organizações, há uma tentativa de equilibrar os custos internos e os riscos externos da decisão, tal como sugerido por Sartori, embora haja dificuldades, como podemos perceber logo acima. Os membros das organizações buscam alcançar as decisões por via do consenso, mas nem sempre conseguem, como acontece na ANNEB. As entidades também enfrentam o problema de escassez de recursos financeiros e materiais. A ANEC e a ANNEB não possuem sede, o que dificulta a ação por parte dos membros que sempre dependem da colaboração externa para obter espaço para suas reuniões. Apesar dos anos de existência da UNEGRO, esta só conseguiu pagar com regularidade as despesas básicas para o sustento da organização nos últimos anos. Ainda assim, não há um orçamento para custear ações que beneficiem os membros da organização. Esse fato acomete também as outras organizações estudadas e é um indicativo de problema para ação coletiva na interpretação de Olson, haja vista que as organizações não conseguem garantir benefícios exclusivos para os seus membros e, em consequência, os filiados não são estimulados para compartilharem os custos da ação. De fato, os benefícios produzidos pela ação das organizações só poderão ter seus impactos avaliados em longo prazo.

As organizações estudadas possuem dificuldades para consolidar alianças políticas perenes com outras organizações negras, ainda que possuam objetivos universalistas e agendas políticas comuns. A UNEGRO, por exemplo, deixou de compor a CONEN por conta de disputas políticas internas, acirradas pelas divergências político-partidárias. As organizações anseiam pela criação de um Movimento Negro Nacional liderado por uma organização capaz de aglutinar as variadas organizações dos Movimentos Negros no Brasil, tal como o MNU pretendia. No entanto, até o momento, nenhuma organização está integralmente disposta a abrir mão dos seus interesses particulares em prol do interesse comum, a causa negra. A ANEC e a ANNEB firmaram uma aliança concreta. A parceria entre elas favoreceu o amadurecimento de ambas e, por conseguinte, contribuiu para o fortalecimento do discurso do Movimento Negro Evangélico.

A ANNEB encontrou um terreno mais favorável para suas reivindicações dentro e fora das igrejas, uma vez que a ANEC já tinha iniciado a discussão racial no meio evangélico. A ANEC, por sua vez, obteve a oportunidade de levar o nome da organização para além das fronteiras de Camaçari.

Cabe ressaltar que os membros da ANEC temiam que a aliança com a ANNEB culminasse na absorção da primeira pela organização nacional. Entretanto, acreditavam que era preciso arriscar a autonomia da entidade a custo de não ter a bandeira do Movimento Negro Evangélico difundida para outras cidades baianas. A aliança bem sucedida entre as organizações evangélicas não pôde ser vista com outras organizações dos Movimentos Negros, pois, a identidade religiosa evangélica das entidades não permitiu uma aproximação efetiva com outras organizações que têm a preservação do candomblé como bandeira política. A religião é tão importante para as entidades evangélicas que elas defendem a existência de um novo Movimento Negro, o Evangélico, que difere dos demais por conta da sua identidade cristã. A UNEGRO mantém uma interlocução com o Movimento de Moradia e o Movimento de Mulheres, mas estes possuem uma estreita identificação com o Partido Comunista do Brasil, assim como a própria entidade negra. Isso não quer dizer que a organização não mantenha boas relações com outras organizações e realize atividades em parcerias. Contudo, como observamos, são apenas em ações pontuais. A mesma dificuldade de firmar alianças com outros movimentos sociais ocorre com as organizações evangélicas. O exemplo foi a tentativa dos membros da ANEC em criar uma organização de Mulheres Evangélicas. Enfim, todas as organizações reconhecem que uma rede de solidariedade é importante para o sucesso da ação coletiva. Entretanto, essa rede deve se adequar à identidade das organizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação organizada é primordial para promoção dos interesses dos grupos sociais, sobretudo, daqueles que reivindicam uma ascensão sociopolítica. Nesta dissertação, buscamos compreender como as organizações negras na Bahia constroem suas estratégias de mobilização política. Para responder a questão foi necessário investigar a dinâmica de organização interna das entidades estudadas de modo a identificar suas dificuldades para promoção da ação coletiva. Com o propósito de cumprir essa tarefa, utilizamos as discussões de Marcun Olson e Giovanni Sartori para apreender, respectivamente, os problemas da ação coletiva e o processo de tomada de decisão. A fim de auxiliar no estudo, recorreremos também à história dos movimentos negros no Brasil, especialmente na sua fase contemporânea. A retrospectiva empreendida foi interessante para perceber os traços de continuidades e rupturas na ação das organizações negras. Cumpre mencionar que muitos estudos sobre os movimentos negros no Brasil foram retratados a partir da trajetória das organizações que compunham o próprio movimento social.

Para nortear nosso trabalho, levantamos a hipótese de que as clivagens raciais, religiosas e político-partidárias constituem obstáculos para a consolidação de alianças políticas entre as organizações dos movimentos negros. Acompanhamos a construção da ação coletiva de cada organização estudada, assim como, algumas de suas escolhas para o cumprimento dos seus objetivos políticos. O fato de a conjuntura política ser essencial para a eleição de prioridades dos grupos não significou necessariamente a ausência de planejamento para idealizar e executar as ações. Cada organização observada possui um arranjo organizativo para eleger, construir e decidir sobre as ações adotadas ou produzidas pelo grupo.

Verificamos que as entidades tentam privilegiar a participação individual dos membros, assim como distribuir, de maneira mais igualitária, os custos das ações entre os filiados e minimizar os possíveis atritos entre os pares. Entretanto, identificamos que a participação individual não corresponde às expectativas das organizações. As decisões são tomadas pelos dirigentes, que de fato elegem as prioridades de ação, escolhem as estratégias e as parcerias políticas para atingir os objetivos das entidades. De modo geral, a participação entre as lideranças também é desigual. O atual arranjo das organizações políticas não propicia benefícios exclusivos

para seus membros, o que desestimula a participação regular dos associados e, por conseguinte, acarreta problemas para ação coletiva.

Identificamos uma tendência de institucionalização na atuação política das organizações. Ao longo dos anos, os protestos de rua passaram a conviver com ações mais formais, ou seja, as organizações passaram a reivindicar suas demandas por escrito às instituições do poder público, o que favorece o diálogo com o Estado. As ações na rua são utilizadas, comumente, em datas simbólicas para os movimentos negros. Observamos também que as organizações apresentam dificuldades em firmar parcerias com outros movimentos sociais, o que reforça a ideia de Domingues (2008), que alega que os movimentos negros possuem uma tendência ao isolamento por conta de uma visão racista, ainda presente em muitos ativistas negros. As observações acerca das características dos movimentos negros contemporâneos também foram relevantes para refletir sobre os problemas da ação coletiva das organizações negras na Bahia, no que diz respeito à tendência de isolamento político, mas, sobretudo, na fragmentação política desses movimentos.

As convicções políticas, ideológicas e religiosas dos membros restringem as entidades a pequenos círculos de solidariedade. Por conseguinte, constituem entraves importantes para consolidação de alianças que aumentariam as possibilidades de obtenção de benefícios coletivos que é a própria razão de existência dessas organizações. As organizações evangélicas, por exemplo, lutam, antes de tudo, para se consolidar no cenário sociopolítico como entidades que compõe um novo movimento social negro. Todas as entidades estudadas anseiam a construção de um movimento nacional capaz de unificar a diversidade de organizações negras. Todavia, todas pretendem liderar o suposto movimento nacional. Além disso, essas mesmas organizações lutam entre si para ter mais influência nos espaços decisórios, sobretudo através de cargos na esfera Estatal.

Nesta pesquisa, verificamos que o arranjo organizativo deficiente das entidades cria obstáculos para a construção da ação coletiva. De modo que, mesmo em grupos pequenos, considerados por Olson como mais eficientes para realização da ação organizada, apresentaram problemas internos de mobilização dos membros e dificuldades para gerenciar conflitos, tal como observamos na ANNEB. A dificuldade de mobilização dos membros é um problema que atinge todas as organizações estudadas e cria um importante impasse para o sucesso da ação organizada. A pouca renovação dos quadros das diretorias aponta essa dificuldade. Desde a sua fundação, a ANEC apresenta o mesmo grupo dirigente e o número de filiados é praticamente o mesmo. Além

do mais, identificamos que realmente as clivagens raciais, religiosas e político-partidárias constituem entraves para formação de alianças perenes e bem sucedidas.

Este trabalho tentou apresentar como as organizações negras constroem suas ações políticas e quais as principais dificuldades das organizações para obterem êxito na construção da mobilização política. A hipótese apresentada foi confirmada pela investigação. No entanto, acreditamos que serão necessários mais trabalhos de pesquisa sobre o tema para saber se os dados encontrados podem ser efetivamente generalizados para as demais organizações negras baianas. Vale lembrar que as entidades estudadas possuem objetivos essencialmente políticos, e que as organizações negras consideradas como ONGs não foram contempladas nesta dissertação.

REFERÊNCIAS

- ALBURQUEQUE, Wlamrya R.; Fraga Filho, Walter. O movimento Negro no Brasil Contemporâneo. In: _____. **Uma História do Negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Palmares, 2006. cap. 11, p. 281-305.
- ANDREWS, George Reid. O protesto negro em São Paulo (1888-1989). **Estudos Afro-asiáticos**, [Rio de Janeiro], n. 21, 1991. Disponível em: http://moodle.stoa.usp.br/file.php/1416/O_protesto_negro_no_Brasil_1888-1988.pdf. Acesso em: 20 jan. 2011.
- BACELAR, Jeferson. A Frente Negra Brasileira na Bahia. **Revista Afro - Ásia**, [Salvador], n. 17, 1996. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p73.pdf. Acesso em: 10. nov. 2011.
- BAIROS, Luíza. Orfeu e Poder: uma perspectiva afro-brasileira sobre a política racial no Brasil. **Revista Afro - Ásia**, [Salvador], n° 17, 1996. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p173.pdf. Acesso em: 20 jul.2009.
- BARCELOS, Luiz Claudio. Mobilização Racial no Brasil: uma revisão crítica. **Revista Afro - Ásia**, [Salvador], n° 17, 1996. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p187.pdf. Acesso em: 20 jul.2009.
- BRASIL, Lei n° 12.288. **Estatuto da Igualdade Racial**. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, n.138, 21 jul. 2010. Seção 1, pt 1, p.01. Disponível em: <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=21/07/2010>. Acesso em: 06 out.2010.
- CARDOSO, Nádia. **Instituto Steve Biko: Juventude Negra Mobilizando-se por Políticas de Afirmação dos Negros no Ensino Superior**. 2006.247 f. Dissertação (Mestrado em educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2006. Orientador: Prof. Dr. Wilson Roberto de Mattos.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, [Rio de Janeiro], v.12, n.23, 2007. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/v12n23a07.pdf. Acesso em: 22 jan.2010.
- _____. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de educação**. [Rio de Janeiro], v. 13, n.39, set./dec.2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300008. Acesso em: 10 nov.2011.

_____. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. **Estudos Afro-Ásiáticos**, [Rio de Janeiro], v.24, n. 03, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n3/a06v24n3.pdf>. Acesso em: 30 set. 2010.

_____. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões: Revista de História da UFES**. Dossiê: Identidades negras e indígenas, [Vitória], n.21, 2008. Disponível em: http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes21_PetronioDomingues.pdf. Acesso em: 10 jun.2012

FERNANDES, Antonio Sérgio Araújo. Path dependency e os Estudos Históricos Comparados. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [São Paulo], n.53, 1º semestre, 2002.

FRIEDBERG, Erhad. Afectividade e cálculo: A relativização da Racionalidade. In: _____. **O poder e a Regra: Dinâmicas da Ação Organizada**. Tradução: Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. cap. 1, p. 33 –55(Coleção Epistemologia E Ciência). Título original: Le Pouvoir et la règle – Dymaminiques de L’A Organiséé.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Políticas Públicas para a Ascensão dos Negros no Brasil: argumentando pela ação afirmativa, **Afro- Ásia**, [Salvador], n.18, 1996. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n18_p235.pdf. Acesso em: 17 dez.2009.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do Neo-Institucionalismo. **Lua Nova**, [São Paulo], n.58, 2003.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o Poder: o Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.243 p. Título original: Orpheus and Power. The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988.

HERINGER, Rosana. A ação Afirmativa e Combate às Desigualdades Raciais no Brasil: o desafio da prática. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Recife: abep. Cd-rom, p.1-16. Disponível em: <http://www.asdef.com.br/innova/assets/artigos/ppublicas002.pdf>. Acesso em 12 set.2010.

JOHNSON III, Ollie A. Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99), **Estudos Afro-asiáticos**, [Rio de Janeiro], n. 38, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2000000200001&script=sci_arttext Acesso em: 10 jun. 2012.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, [São Paulo], n. 117, nov. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>. Acesso em: 05 jul.2010.

OLSON, Marcur. **A lógica da Ação Coletiva: Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais.** Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 1999. 201 p. Título original: The logic of collective action : public goods and the theory of groups.

PEREIRA, Amilcar de Araujo. **O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995).** 2010. 268 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
Orientador: Profª Dra. Hebe Maria Mattos.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD (2005).
Relatório de Desenvolvimento Humano - Brasil 2005: Racismo, Pobreza e Violência, Brasília: PNUD Brasil. Disponível em: http://www.ifcs.uffj.br/~observa/relatorios/pnud_brasil2005.pdf.
Acesso em: 11 jun. 2012.

RIOS, Flávia Mateus. **Institucionalização do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo.** 2008. 175 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
Orientador: Dr. Antonio Sérgio Guimarães.

ROSA, Daniela Roberta Antonio. **Teatro Experimental do Negro: Estratégia e Ação.** 2007. 174 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
Orientador: Profª Dra. Elide Rugai Bastos.

SALES JR., Ronaldo L. Políticas de Ancestralidade: negritude e africanidade na esfera pública. **CAOS- Revista Eletrônica de Ciências Sociais,** [João Pessoa], n. 14, 2009. Disponível em: www.cchla.ufpb.br/caos/n14/7Políticas%20de%20ancestralidade.pdf. Disponível em: 25 jul.2011.

SANTOS, Ivair Augusto Alves Dos. **O Movimento Negro e o Estado: O Caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo (1983 – 1987).** 2001. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
Orientador: Dr. Valeriano Mendes Ferreira.

SANTOS, Marcio André de Oliveira dos. A Persistência Política dos Movimentos Negros Brasileiros: transformações e novos desafios institucionais. In. Congresso Internacional Da Brazilian Studies Association – Brasa, 9., 2008, New Orleans. **Anais eletrônicos...** New Orleans: Tulane University, 2008. Disponível em: http://www.brasa.org/_sitemason/files/fHSEpO/Santos_Marcio_A... Acesso em: 02 dez. 2010

SANTOS, Teles dos. O candomblé como imagem força do Estado. In: _____. **O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2005. cap. 3, 129-194.

SARTORI, Giovanni. O debate Contemporâneo. In: _____. **A teoria da Democracia Revisada**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 1994. v. 1, 336 p. Título original: The Theory of democracy revisited.

SILVA, Joselina da. A União dos Homens de cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. **Estudos Afro-asiáticos**, [Rio de Janeiro], v. 25, n.2, 2003. Disponível em: Acesso em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n2/a02v25n2.pdf>. Acesso em: 15 out. 2008.

SILVA, Marcelo Leolino da. **A História no discurso do Movimento Negro Unificado**: os usos políticos da história como estratégia de combate ao racismo. 2007. 129 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
Orientador: Dr. Luiz Fernando F. Rosa Ribeiro.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento**: Movimentos sociais e confronto político. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009. 319 p. Título original: Power in Movement.

VELASCO, Bárbara M. de, “Morte à Ré...Pública” – Frente Negra Brasileira: Monarquismo Paulista no Século XX. In: Congresso Internacional de História, 4., 2009, Maringá (Paraná). **Anais eletrônicos...** ISSN 2175-4446 (ON LINE), 09 a 11 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/487.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2012.